

CARTA EDUCATIVA DE **BENAVENTE**

RELATÓRIO FINAL PRELIMINAR



dezembro 2022

Cofinanciado por



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

Entidade Promotora



LEZIRIA
DO TEJO
comunidade
intermunicipal

Entidade Executora



(página propositadamente deixada em branco)

REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA DE BENAVENTE

FASE 3 RELATÓRIO FINAL PRELIMINAR

dezembro 2022

(página propositadamente deixada em branco)

Índice

0. NOTA DE APRESENTAÇÃO	11
1. ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL	13
1.1. Introdução	13
1.2. Quadro legislativo de referência	13
1.3. Política europeia e metas a prosseguir	16
Os cinco grandes objetivos da UE para 2020	17
Metas para Portugal	17
7 Iniciativas emblemáticas	17
1.4. Política setorial e reformas em curso	24
1.5. Participação e protagonismo dos municípios	32
1.6. A Revisão da Carta Educativa ao serviço da definição e implementação da política setorial	34
1.7. Determinantes da procura de equipamentos educativos	37
1.8. Objetivos e desafios	38
1.9. Metodologia de trabalho	40
2. QUADRO DE REFERÊNCIA TERRITORIAL	45
2.1. Rede territorial e urbana	45
2.1.1. O contexto regional	45
2.1.2. Transformações concelhias	46
2.1.3. Movimentos pendulares	50
2.2. Dinâmica demográfica	52
2.2.1. Evolução populacional	52
2.2.2. Comportamentos demográficos	53
2.2.3. Estruturas etárias	54
2.3. Base económica e social	56
2.3.1. Níveis de instrução e qualificação	56
2.3.2. Níveis de atividade e de emprego	57
2.4. Educação	59
3. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA OFERTA	66

3.1. Enquadramento geral	66
3.2. Educação pré-escolar	69
<i>Rede Pública</i>	<i>69</i>
3.2.1. Equipamentos	69
3.2.2. Espaços, serviços e recursos.....	71
<i>Rede Privada e Social.....</i>	<i>73</i>
3.3. 1º Ciclo do ensino básico	74
3.3.1. Equipamentos	74
3.3.2. Espaços, serviços e recursos.....	76
3.4. 2º e 3º Ciclos do ensino básico.....	77
3.4.1. Equipamentos	77
3.4.2. Espaços, serviços e recursos.....	78
3.5. Ensino secundário.....	80
3.5.1. Equipamentos	80
3.5.2. Espaços, serviços e recursos.....	81
4. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL E POTENCIAL	84
4.1. Procura atual por tipologia de equipamento/nível de ensino.....	84
4.1.1. Enquadramento geral	84
4.1.2. Educação pré-escolar	85
<i>Rede Pública – Pré-escolar</i>	<i>86</i>
4.1.3. 1º ciclo do ensino básico.....	88
4.1.4. 2º e 3º ciclo do ensino básico.....	91
4.1.5. Ensino secundário	96
4.2. Projeções da população escolar	99
4.2.1. Nota introdutória	99
4.2.2. Censarização demográfica (2025 e 2031)	100
4.2.3. Censarização da população a escolarizar (2025 e 2031)	103
4.3. Matriz Síntese de Diagnóstico.....	110
5. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO	111
5.1. PRINCIPIOS ORIENTADORES	111
5.1.1. Equipamentos escolares: instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos	111
5.1.2. Equipamentos escolares: instrumentos de integração social	111
5.1.3. A territorialidade da Rede Escolar	112
5.2. MATRIZ ESTRATÉGICA	113
5.2.1. Visão Estratégica.....	113
5.2.2. Princípios e Objetivos Estratégicos.....	114

6. PROGRAMA DE AÇÃO	120
6.1. Estruturação do Plano de Intervenção	120
6.2. Eixo I –Requalificar/Ampliar o parque escolar instalado	120
6.3. Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino	136
6.4. Eixo III - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos	138
6.5. Eixo IV - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	138
6.6. Quadro-Síntese de financiamento	140
7. MODELO DE MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E DISSEMINAÇÃO	141
7.1. Um contexto de partida	141
7.2. Âmbito	142
7.3. Modelo de Monitorização	143
7.4. Metodologia de recolha, tratamento e disseminação da informação	145

Índice de Quadros

Quadro 1 – Evolução da população residente segundo a dimensão dos lugares (%)	48
Quadro 2 – Evolução da População em Lugares com mais de 300 habitantes no Concelho de Benavente e Variação 2001-11	49
Quadro 3 – Evolução recente da população no concelho de Benavente e densidade populacional	53
Quadro 4 – Evolução dos comportamentos demográficos (‰)	54
Quadro 5 – Evolução da Estrutura Etária da População Residente (%)	55
Quadro 6 – Evolução dos índices demográficos (n.º)	55
Quadro 7 – Evolução da taxa de analfabetismo (%)	57
Quadro 8 – Níveis de instrução da população residente em 2021 (%)	57
Quadro 9 – Evolução das taxas de atividade e desemprego (%)	58
Quadro 10 – Evolução da população desempregada	58
Quadro 11 – Evolução da estrutura da população ativa (%)	59
Quadro 12 – Mapa de refeições servidas entre setembro e dezembro de 2022 nas escolas da rede pública do concelho de Benavente	62
Quadro 13 – Número de Alunos com título de transporte (transporte Escolar) em 2022/2023	63
Quadro 14 – Resultados das Provas Finais de Português e Matemática - ensino básico e comparação com os dados nacionais	64
Quadro 15 – Resultados dos Exames Nacionais e comparação com os dados nacionais	64
Quadro 16 – Tipologia dos estabelecimentos de ensino, por freguesia, no ano letivo 2020-2021	67
Quadro 17 – Tipologia dos estabelecimentos de ensino, por agrupamento de escolas, no ano letivo 2020-2021	67
Quadro 18 – Ano da última requalificação, por agrupamento de escolas e estabelecimentos de ensino	68
Quadro 19 – Ano de construção, nº de edifícios e nº de salas dos estabelecimentos da educação pré-escolar, por agrupamento de escolas	70
Quadro 20 – Recursos humanos nos estabelecimentos de educação pré-escolar, por freguesia, no ano letivo 2020-2021	73
Quadro 21 – Equipamentos da rede privada lucrativa e solidária de pré-escolar, em 2021, por freguesia	74
Quadro 22 – Salas ocupadas com turma (n.º) por agrupamento de escolas, no ano letivo 2020-2021	76
Quadro 23 – Recursos humanos nos estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico da rede pública, por agrupamento de escolas, no ano letivo 2020-2021	77
Quadro 24 – Salas de atividades ocupadas com turmas nos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclo do ensino básico com secundário da rede pública, por agrupamento de escolas, no ano letivo 2020-2021	79
Quadro 25 – Recursos humanos nos estabelecimentos 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico da rede pública, por agrupamento de escolas, no ano letivo 2020-2021	80
Quadro 26 – Cursos Profissionais nos estabelecimentos de ensino secundário, integrados na rede pública, no ano letivo 2020/2021	81
Quadro 27 – Recursos humanos nos estabelecimentos do Ensino Secundário da rede pública, no ano letivo 2020-2021	82
Quadro 28 – Alunas/os matriculadas/os, segundo o nível de ensino ministrado, no concelho de Benavente, entre os anos letivos 2017/2018 e 2019/2020 (N.º/%)	84
Quadro 29 – Número de crianças inscritas na rede privada lucrativa e solidária de pré-escolar 2021 (N.º)	86
Quadro 30 – Número de crianças inscritas na rede privada lucrativa e solidária de pré-escolar 2021 (N.º)	86
Quadro 31 – Alunos inscritos nos estabelecimentos de educação pré-escolar, da rede pública, nos últimos 3 anos letivos, por agrupamento de escolas	87
Quadro 32 – Alunos com NEE, com medidas universais ou Relatório Técnico-Pedagógico, ensino pré-escolar, no AE de Benavente	88
Quadro 33 – Alunos inscritos nos estabelecimentos de 1º CEB, da rede pública, nos últimos 3 anos letivos, por agrupamento de escolas	89
Quadro 34 – Alunos que frequentam as AEC e CAF nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública, no ano letivo 2020-2021, por agrupamento de escolas	89
Quadro 35 – Alunos com NEE, com medidas universais ou Relatório Técnico-Pedagógico, 1º Ciclo do Ensino Básico, no AE de Benavente	90

Quadro 36 – Alunos retidos/que abandonaram nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública, no ano letivo 2019-2020, por agrupamento de escolas.....	91
Quadro 37 – Alunos inscritos nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclos do ensino básico da rede pública, por agrupamento de escolas, vários anos	92
Quadro 38 – Alunos inscritos/turmas nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclos do ensino básico da rede pública, por agrupamento de escolas, vários anos	93
Quadro 39 – Atividades complementares nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclos do ensino básico da rede pública, por agrupamento de escolas.....	94
Quadro 40 – Alunos com necessidades educativas especiais inscritos nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública, no ano letivo 2020-2021, por estabelecimento de ensino	94
Quadro 41 – Alunos com NEE, com medidas universais ou Relatório Técnico-Pedagógico, 2º e 3ºCiclo do Ensino Básico, no AE de Benavente	95
Quadro 42 – Alunos retidos nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública, por estabelecimento de ensino, no ano letivo 2019/2020	96
Quadro 43 – Alunos inscritos /turmas nos estabelecimentos do Ensino Secundário da rede pública, por estabelecimento de ensino	97
Quadro 44 – Alunos com Necessidades Educativas Especiais inscritos nos estabelecimentos do Ensino Secundário da rede pública, no ano letivo 2020-2021	97
Quadro 45 – Alunos com NEE, com medidas universais ou Relatório Técnico-Pedagógico, ensino secundário, no AE de Benavente	98
Quadro 46 – Alunos retidos/que abandonaram nos estabelecimentos Ensino Secundário da rede pública, por estabelecimento de ensino, no ano letivo 2019/2020	98
Quadro 47 – Alunos em cursos profissionais nos estabelecimentos de Ensino Secundário da rede pública, no ano letivo 2020-2021 (Nível de Qualificação 4).....	99
Quadro 48 – Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A - cenário Recuperação acelerada e B - cenário alternativo voluntarista, C - cenário alternativo Dinâmica moderada).....	102
Quadro 49 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: jardins-de-infância	103
Quadro 50 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 1º ciclo	104
Quadro 51 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 2º ciclo	104
Quadro 52 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 3º ciclo	105
Quadro 53 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: Secundário.....	105
Quadro 54 – Indicadores relevantes para calibrar a população a escolarizar na rede pública.....	106
Quadro 55 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025-2031): jardins-de-infância.....	107
Quadro 56 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025-2031): 1º ciclo	107
Quadro 57 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025-2031): 2º ciclo	108
Quadro 58 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025-2031): 3º ciclo	108
Quadro 59 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025-2031): Secundário	109
Quadro 60 – Rede Pública (n.º de alunos; diferencial face ao ano letivo 2020/2021).....	109
Quadro 61 –Ficha de Ação: Criação de Centro Escolar de Samora Correia	123
Quadro 62 –Ficha de Ação: Criação/ampliação de Centro Escolar de Areias	124
Quadro 63 –Ficha de Ação: Criação de Centro Escolar de Santo Estevão	125
Quadro 64 –Ficha de Ação: Ampliação do Jardim de Infância da Lezíria.....	126
Quadro 65 –Ficha de Ação: Criação de Escola Secundária	128
Quadro 66 –Ficha de Ação: Programa Municipal de Modernização e Manutenção do Parque Escolar (JI e 1º ciclo)	129

Quadro 67 – Ficha de Ação: Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário).....	130
Quadro 68 – Ficha de Ação: Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (parque escolar dos JI e 1º ciclo).....	131
Quadro 69 – Ficha: Pavilhão Desportivo da EB 2/3 Duarte Lopes.....	133
Quadro 70 – Ficha de Ação: Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar.....	134
Quadro 71 – Síntese de Financiamento do Programa de Ação.....	140
Quadro 72 – Indicadores de Contexto (Plano de Monitorização).....	146
Quadro 73 – Indicadores de Realização (Plano de Monitorização).....	147
Quadro 74 – Ferramentas de Comunicação: formas e regularidade de apresentação da informação-chave.....	148

Índice de Figuras

Figura 1 – Estrutura do sistema educativo português.....	20
Figura 2 – Abandono escolar precoce da educação ou formação (18-24 anos) – 2009-2019.....	21
Figura 3 – População com 30-34 anos com ensino superior – 2009-2019.....	21
Figura 4 – Proporção da população com menos de 15 anos com reduzida competência em matemática, leitura e ciência (2018).....	21
Figura 5 – Tendências em leitura, matemática e ciência.....	22
Figura 6 – Educação pré-escolar (<i>Participation in early childhood education</i>) 2008-2018.....	23
Figura 7 – Enquadramento geográfico do concelho de Benavente.....	45
Figura 8 – Sistema Territorial e Urbano do Oeste e Vale do Tejo.....	46
Figura 9 – Sistema de Acessibilidades do Concelho de Benavente e da Região.....	47
Figura 10 – Indivíduos residente no concelho de Benavente 2011-2021 (n.º).....	49
Figura 11 – Densidade populacional em 2021.....	50
Figura 12 – Proporção da população residente que entra e sai na unidade territorial (movimentos pendulares) (%), 2021.....	51
Figura 13 – População residente empregada ou estudante (n.º), por local de trabalho ou estudo, Benavente, 2021.....	51
Figura 14 – Evolução da população no concelho de Benavente entre 1950 e 2021.....	52
Figura 15 – Pirâmide etária do concelho de Benavente, 2021.....	56
Figura 16 – Alunos matriculados, Lezíria do Tejo, 1999/2000 - 2020/2021 (n.º).....	60
Figura 17 – Alunos matriculados, Benavente, 1999/2000 - 2020/2021 (n.º).....	60
Figura 18 – Alunos matriculados, público e privado, Benavente, 1999/2000 - 2020/2021 (%).....	60
Figura 19 – Alunos matriculados por nível de ensino, público e privado, Benavente, 2015/2016 e 2020/2021 (n.º).....	60
Figura 20 – Taxa bruta de pré-escolarização – Benavente e Lezíria do Tejo, 2003/2004 - 2020/2021 (%).....	61
Figura 21 – Taxa bruta de escolarização no ensino básico – Benavente e Lezíria do Tejo, 2003/2004 - 2020/2021 (%).....	61
Figura 22 – Taxa de transição/conclusão do ensino secundário– Benavente e Lezíria do Tejo, 1999/2000 - 2020/2021 (%).....	61
Figura 23 – Taxa de retenção e desistência no ensino básico, Benavente e Lezíria do Tejo, 2007/2008- 2020/2021 (%).....	61
Figura 24 – Padrão territorial da rede: Princípios.....	113
Figura 25 – Visão Estratégica.....	114

0. Nota de apresentação

A rede de equipamentos coletivos constitui uma componente fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões, sendo simultaneamente instrumento de qualificação e valorização de centros urbanos e instrumento de fomento da equidade e qualidade de vida das populações.

De entre os equipamentos coletivos, os equipamentos de ensino constituem um conjunto fundamental, dada a sua importância na prossecução de um objetivo essencial no processo de desenvolvimento - acesso da população ao ensino - e na qualificação dos recursos humanos, fator de sucesso importante na competitividade de cidades e regiões. Por outro lado, o conceito de Escola, anteriormente entendido como "escola-edifício", é atualmente assumido como centro ou elo de uma rede de locais de educação e formação, como um espaço de múltiplas atividades de cariz comunitário. Acresce que a Escola passou a ser considerada como centro das políticas educativas devendo construir a sua autonomia a partir da(s) comunidade(s) em que se insere, da resposta aos seus problemas e da valorização das suas potencialidades, de forma a apurar e potenciar o seu desempenho enquanto serviço público de Educação.

Neste contexto, o reordenamento da rede de equipamentos de ensino constitui um fator fundamental na estratégia de desenvolvimento de um município, pelo que a Revisão da Carta Educativa de Benavente surge como uma oportunidade para adequar a rede de infraestruturas de ensino à procura previsível nos próximos anos, mas simultaneamente para operacionalizar os princípios de integração, sequencialidade e de utilização global e racional dos recursos emanados pela Lei de Bases do Sistema Educativo, promovendo o papel e integração virtuosa da Escola numa rede mais ampla de equipamentos, concebidos como organizações (integradoras) no plano interno e nas relações da comunidade.

Com a regulamentação da Carta Educativa, através da publicação do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, foram criadas as condições para enquadrar numa mesma lógica o planeamento e a organização da rede educativa local. Neste contexto, os municípios passaram também a possuir competência para conduzir os processos de planeamento respetivos, ou seja, equacionando e tomando decisões sobre o desenvolvimento da rede educativa local, nomeadamente no que se refere às instalações, aos equipamentos e às formações a disponibilizar (competência relevante e politicamente significativa). Ampliando e detalhando essas competências, o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, veio reforçar a ideia de que há um conjunto de oportunidades e desafios que importa potenciar, numa lógica de concertação e parceria de base territorial, inserindo a Escola num contexto mais abrangente de ordenamento do território municipal, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura no território.

Neste novo quadro legal, resultante de um amplo processo de ponderação e aprofundamento do exercício de descentralização de responsabilidades, atribuições e competências do Estado para a Administração Local, o setor da Educação emergiu como um dos pilares desse processo de negociação, emergindo a necessidade de um aprofundamento do conhecimento do Sistema Educativo, nas suas múltiplas dimensões, de modo a melhor informar e objetivar a tomada de decisão e garantir as condições necessárias à exequibilidade das transferências num quadro de qualidade de resposta municipal a estes novos desafios.

O município de Benavente possui, desde 2006, a sua carta educativa aprovada pelo executivo e pela assembleia municipal, tendo a sua homologação sido ainda efetuada nesse ano pelo Ministério de Educação. Em 2015 procedeu-se à sua 1ª revisão, que se pretende atualizar, face às novas exigências do Sistema Educativo e face às novas dinâmicas territoriais existentes e emergentes. Conforme consagrado no Decreto-Lei enquadrador (Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro), o processo de revisão deve obedecer aos princípios, objetivos e estrutura que nortearam a elaboração da Carta.

O documento que agora se apresenta integra as diversas componentes estruturadoras da Revisão da Carta Educativa: Parte I (Enquadramento e Contextualização Geral); Parte II (Quadro de Referência Territorial), Parte III (Caracterização e Diagnóstico da Oferta); Parte IV (Caracterização da Procura Atual e Potencial); Parte V (Estratégia de Intervenção); Parte VI (Programa de Ação) e Parte VII (Modelo de Monitorização, Avaliação e Disseminação). Integra, igualmente, em volume autónomo, as fichas técnicas, por nível de ensino e estabelecimento de ensino público, que resultaram da sistematização da informação recolhida e tratada no exercício de inquirição.

Para a elaboração deste documento, a equipa efetuou diversas reuniões com o Município, nomeadamente com a Divisão Municipal de Educação, e lançou um inquérito a diversos *stakeholders*, com destaque para os diretores dos Agrupamentos de Escolas da Rede Pública. Para além das opiniões e informações que foram apresentadas no decurso das reuniões anteriormente referidas, a elaboração da Revisão da Carta Educativa fundamentou-se simultaneamente em diversos documentos e fontes publicadas, destacando-se obviamente os provenientes do Município, bem como dos referenciais estatísticos produzidos pelo INE.

Este documento constitui uma ferramenta de cariz prospetivo, capaz de ajudar a tomar decisões no presente e de conduzir com eficácia as mudanças de fundo e circunstanciais (incluindo num novo quadro de competências municipais e de renegociação de apoios financeiros comunitários), de forma a consolidar-se uma rede eficaz de edifícios e equipamentos educativos, integrada numa rede mais ampla de equipamentos coletivos, que permita operacionalizar novos conceitos e diretrizes, que garanta uma efetiva adequação à realidade local e que contribua para o cumprimento, com qualidade, da escolaridade obrigatória e para uma maior integração e inclusão social e territorial.

Saliente-se que não obstante o documento faça parte da Câmara Municipal de Benavente e tenha sido elaborado tecnicamente por uma entidade externa (CEDRU), ele corresponde a um processo e produto que contou com a participação ativa dos atores e agentes educativos locais, traduzindo a realidade da política educativa municipal e as propostas de resposta que se perspetivam e consideram imprescindíveis para o futuro da Educação no Concelho.

Neste sentido, a Revisão da Carta Educativa do Município de Benavente é um exercício que tentou através da participação alargada, obter consensos quanto ao planeamento e ordenamento da rede de equipamentos educativos concelhios.

Nota final: A realização deste instrumento, entre janeiro de 2021 e o último trimestre de 2022, coincidiu com a emergência de saúde pública gerada pela pandemia de COVID-19 (oficialmente declarada a 11 de março de 2020). Sendo inequívoco que as consequências sociais e económicas deste acontecimento serão profundas e duradouras, exigindo uma resposta adequada das políticas públicas nacionais e locais, a Revisão da Carta Educativa não pode refletir ainda o impacto que terá em diversas dimensões-chave sobretudo ao nível da evolução sociodemográfica, da procura escolar e da capacidade de investimentos do Município.

1. Enquadramento e contextualização geral

1.1. Introdução

Conforme consagrado na Lei (Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro), a Carta Educativa representa o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

A Carta Educativa de Benavente foi aprovada em 2006 (e a atualização/revisão em 2015). Sendo um processo desenvolvido externamente, com contributo e participação ativa de diversas estruturas municipais, foi assumidamente participado e co- construído com os principais atores da comunidade educativa. Esta abordagem permitiu definir uma matriz estratégica de melhoria da qualidade e eficácia do sistema educativo, consubstanciada num programa de intervenção ambicioso e sustentado num importante quadro de projetos estruturantes de iniciativa municipal.

Neste quadro de referência, a reorganização e reordenamento da rede escolar municipal, num quadro de necessidade de racionalização e redimensionamento do parque edificado, permitiu, genericamente, responder e adequar a rede à evolução da política educativa e da procura nos últimos anos. Acresce que os instrumentos de apoio comunitário, enquadrados no QREN (2007-2013) e no Portugal 2020 (2014-2020), permitiram a execução de diversas intervenções propostas (requalificações no parque escolar), concorrendo para um satisfatório desempenho da Carta.

Contudo, de acordo com Decreto-lei 21/2019, de 30 de janeiro (tal como já se processava com o Decreto-lei 7/2003, de 15 de janeiro), existe a obrigatoriedade de proceder à Revisão da Carta Educativa quando a rede educativa fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa municipal (sendo obrigatória esta reavaliação de dez em dez anos). Neste contexto, passados 15 anos da sua aprovação (6 desde a sua primeira revisão/atualização), considera-se ser o momento oportuno para proceder à Revisão da Carta Educativa.

1.2. Quadro legislativo de referência

Nas últimas décadas, o Mundo tem vindo a confrontar-se com mudanças rápidas resultante da globalização e dos desafios de uma nova economia baseada no conhecimento. A multiplicidade e complexidade das relações estabelecidas ao nível económico, social e cultural têm imposto uma evolução constante e flexível, das estruturas e sobretudo das pessoas.

A necessidade de gerar e adaptar as estruturas e os mecanismos de valorização dos recursos humanos onde, para além da preparação dos mais novos para uma resposta eficaz aos desafios da modernidade, se incentivasse e orientasse os indivíduos inseridos no mercado de trabalho a (re) ingressar nos sistemas de educação e formação, conferiram à Educação e à Escola um papel progressivamente maior nas Sociedade e atribuíram-lhe uma dimensão central na melhoria do desempenho das diversas políticas públicas. Neste

contexto, ao longo dos últimos anos, tem sido produzida diversa legislação de suporte e enquadramento aos princípios e necessidades emergentes, conferindo uma relevância acrescida ao Sistema Educativo. As referências que se apresentam, no caso português, enquadram-se nesta perspetiva e assumem-se como o quadro legislativo de referência e suporte ao exercício de revisão em curso.

<p><i>Constituição da República Portuguesa (CRP) - artigo 73º, 74º e 75º</i></p>	<p><i>O Estado tem o dever de promover “a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva”. Incumbe ao Estado promover a inserção das escolas nas comunidades e interligação entre o ensino e as atividades económicas, sociais e culturais, através de “uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população”.</i></p>
<p><i>Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), Lei n.º 46/86, de 14 de outubro</i></p>	<p><i>A Lei de Bases estabelece o quadro geral do sistema educativo, sendo o referencial normativo das políticas educativas focadas no desenvolvimento da educação e do sistema educativo. Dos seus princípios organizativos, n.º 3, da LBSE, relevam: i) descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes; ii) contribuir para a correção das assimetrias de desenvolvimento regional e local; iii) contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.</i></p> <p><i>A Lei de Bases, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, foi alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de setembro; 49/2005, de 30 de agosto, e 85/2009, de 27 de agosto e pela Lei n.º 65/15, de 3 de julho, esta última com o estabelecimento do regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e a consagração da universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade. A LBSE, estabeleceu a escolaridade obrigatória de nove anos para todas as crianças e jovens entre os seis e os quinze anos de idade. Em 2009, a Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, amplia até aos 18 anos essa obrigatoriedade, com um objetivo final de que todos os jovens possam completar o nível secundário de escolaridade.</i></p>
<p><i>Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro</i></p>	<p><i>A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar foi o elemento normativo que ampliou a participação municipal neste domínio. A principal inovação prendeu-se com a possibilidade de criação de uma rede pública municipal de jardins-de-infância.</i></p>
<p><i>Lei n.º 159/99, de 14 de setembro</i></p>	<p><i>A Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, estabelece o quadro de transferência de atribuições para as autarquias locais, em matéria de educação, relevando o art. 19º: i) Planear e gerir os equipamentos educativos, mais precisamente nos investimentos para construção, apetrechamento e manutenção de estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico; ii) Proceder à elaboração da então chamada “carta escolar”, a ser integrada nos planos diretores municipais; iii) Criar os conselhos locais de educação; iv) Garantir a rede de transportes públicos escolares; v) Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico; vi) Garantir o alojamento aos alunos do ensino básico, em alternativa ao transporte escolar; vii) Participar no apoio às crianças que frequentam o pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no âmbito da ação social escolar; viii) Apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa nos níveis pré-escolar e básico; ix) Gerir o pessoal não docente nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.</i></p>
<p><i>Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro</i></p>	<p><i>A Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, procurou estabelecer um quadro de transferências de atribuições e competências para os Municípios. O artigo 19º, da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, elencou as competências a transferir na área da educação e do ensino não superior, tendo, sequencialmente, o artigo 13º da Lei n.º 30-C/2000, de 29 de dezembro, e o artigo 12º da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de</i></p>

	<p><i>dezembro, procurado concretizá-las. Não obstante, apenas com o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, ocorre a transferência efetiva de competências no que concerne aos conselhos municipais de educação e à elaboração das Carta Educativa, enquanto instrumento central de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino. Este diploma regulamenta igualmente as competências para a realização de investimentos pelos Municípios (construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico), bem como para a gestão do pessoal não docente.</i></p>
<p>Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto</p>	<p><i>A Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, no Artigo 11.º refere as novas competências dos órgãos municipais no que respeita à educação:</i></p> <p><i>1 - É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos aos estabelecimentos públicos de educação e de ensino integrados na rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, incluindo o profissional, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção.</i></p> <p><i>2 - Compete igualmente aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional: a) Assegurar as refeições escolares e a gestão dos refeitórios escolares; b) Apoiar as crianças e os alunos no domínio da ação social escolar; c) Participar na gestão dos recursos educativos; d) Participar na aquisição de bens e serviços relacionados com o funcionamento dos estabelecimentos e com as atividades educativas, de ensino e desportivas de âmbito escolar; e) Recrutar, selecionar e gerir o pessoal não docente inserido nas carreiras de assistente operacional e de assistente técnico.</i></p> <p><i>3 - Compete ainda aos órgãos municipais:</i></p> <p><i>a) Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico e secundário, como alternativa ao transporte escolar; b) Assegurar as atividades de enriquecimento curricular, em articulação com os agrupamentos de escolas; c) Promover o cumprimento da escolaridade obrigatória; d) Participar na organização da segurança escolar.</i></p> <p><i>4 - As competências previstas no presente artigo são exercidas no respeito das competências dos órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.</i></p>
<p>Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro</p>	<p>Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. O presente Decreto-Lei regula ainda o funcionamento dos conselhos municipais de educação.</p> <p>Neste quadro, é da competência dos órgãos municipais participar, em matéria de educação, no planeamento, na gestão e na realização de investimentos, nos termos regulados no presente decreto-lei. É da competência dos órgãos das entidades intermunicipais o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal.</p> <p>Este quadro legal faz a correspondência entre o âmbito das competências descentralizadas e a organização da oferta pública de ensino básico e secundário que assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória pelas crianças e jovens em idade escolar e visa a universalidade da educação pré-escolar. Esta solução, além de garantir coerência entre o exercício das competências das autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da educação e a organização geral do sistema educativo, corresponde aos diferentes níveis e ciclos de ensino existentes nos agrupamentos de escolas, pondo termo ao exercício concomitante de competências da mesma natureza, numa única unidade orgânica, por diferentes entidades públicas.</p> <p>Com este diploma mantem-se a Carta Educativa municipal e o plano de transporte escolar como instrumentos de planeamento e a consagração da participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação.</p>

Relativamente à Carta Educativa, define os conteúdos (que genericamente, passam pela caracterização sumária da localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico, as projeções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública) e as competências de elaboração (da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal respetiva, após discussão e parecer do conselho municipal de educação, e pronúncia do departamento governamental com competência na matéria).

Por outro lado, refletindo o processo de ordenamento da rede educativa nacional e sendo de, *per si*, um instrumento de ordenamento e planeamento com expressão territorial, a Carta Educativa não deve ser dissociada dos demais instrumentos de planeamento territorial, relevando a necessidade/obrigatoriedade das suas orientações serem integradas com os Planos Diretores Municipais (PDM). Neste contexto, o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, obriga os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), entre os quais o PDM, à articulação com políticas setoriais com incidência local (alínea c), art.º 70). Por outro lado, com o Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio, reforça-se a perspetiva que o PDM define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente (...) a rede de equipamentos de educação. Assim, estando associada ao Plano Diretor Municipal (PDM), enquanto documento complementar, constitui um instrumento fundamental de planeamento informador da decisão estratégica, nomeadamente no que respeita ao enquadramento do redimensionamento do sistema educativo no Município por forma a adequar a rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico (decidindo quanto à construção, encerramento ou readaptação física e funcional dos espaços escolares).

1.3. Política europeia e metas a prosseguir

Para que a União Europeia possa concretizar todo o seu potencial no plano económico, social e cultural, definiu-se em março de 2000 (Conselho Europeu de Lisboa) uma nova estratégia com vista a reforçar o mercado de emprego e coesão social suportados numa “economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social” (Conselho Europeu, 2001).

Sendo a Educação assumida como domínio-chave para a prossecução deste objetivo, na primeira década do milénio, foram definidas estratégias - que abraçaram os diversos subsistemas da educação e da formação e todos os seus intervenientes - para que os cidadãos europeus pudessem desenvolver as suas aptidões e competências e para que se criassem estruturas de combate ao desemprego e à exclusão social dos grupos mais desfavorecidos, proporcionando a todos diversas formas de aquisição de conhecimentos ao longo da vida.

A principal agenda da estratégia de crescimento da União Europeia (UE) para a presente década é o documento Estratégia Europa 2020¹, emanado da Comissão Europeia (junho de 2010). Dadas as grandes mudanças que estão a ocorrer no Mundo, foi estabelecida a grande ambição de tornar a UE numa economia inteligente (promovendo o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital); sustentável (promovendo uma economia hipocarbónica, eficiente em termos de recursos e competitiva) e inclusiva (promovendo uma

¹ Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. COM (2010) 2020. Comissão Europeia (março de 2010).

economia com altas taxas de emprego que assegure a coesão social e territorial), prioridades que interagem e se reforçam mutuamente, tendo em vista o alcance nos diferentes Estados-Membros de elevados níveis de emprego, de produtividade e de coesão social.

Em conformidade, foram identificadas cinco áreas prioritárias de atuação, com objetivos concretos a levar a cabo até 2020, quer para o conjunto da União quer para cada Estado-Membro, sendo a estratégia operativa apoiada por ações concretas ao nível nacional e da UE (algumas centradas, direta ou indiretamente, na Educação).

Os cinco grandes objetivos da UE para 2020		Metas para Portugal
Emprego	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de emprego: 75%
I&D e inovação	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar para 3% do PIB da UE o investimento (público e privado) em I&D e inovação 	<ul style="list-style-type: none"> I&D (em % do PIB): 2,7 a 3,3%
Alterações climáticas e energia	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990 Obter 20% da energia a partir de fontes renováveis Aumentar em 20% a eficiência energética 	<ul style="list-style-type: none"> Redução das emissões de CO₂: 20% Energias renováveis: 31% Eficiência energética: 20% (30% no caso da administração pública)
Educação	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir as taxas de abandono escolar para níveis abaixo dos 10% Aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior 	<ul style="list-style-type: none"> Abandono escolar precoce: 10% Ensino superior: 40%
Pobreza e exclusão social	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social. 	<ul style="list-style-type: none"> Redução da população em risco de pobreza ou de exclusão social: 200.000

Para atingir tais objetivos, a Comissão Europeia propôs 7 iniciativas emblemáticas, cuja execução constituirá uma prioridade partilhada com ações a todos os níveis: organizações à escala da UE, Estados-Membros e autoridades locais e regionais.

7 Iniciativas emblemáticas	
União da inovação	Recentrar a política de I&D e inovação nos principais desafios societais, colmatando o desfasamento existente entre a ciência e o mercado, transformando as invenções em

7 Iniciativas emblemáticas	
	produtos. A título de exemplo, a patente comunitária poderia traduzir-se numa economia anual de 289 milhões de euros para as empresas.
Juventude em movimento	Reforçar a qualidade e a capacidade de atração internacional do sistema de ensino superior europeu, promovendo a mobilidade dos estudantes e dos jovens profissionais. As vagas existentes devem ser mais facilmente acessíveis em toda a Europa e as qualificações e experiência profissional reconhecidas de forma adequada.
Agenda digital para a Europa	Retirar de forma sustentável benefícios económicos e sociais do mercado único digital com base na <i>internet</i> de alta velocidade. Até 2013, todos os europeus deverão ter acesso à internet de alta velocidade.
Europa eficiente em termos de recursos	Apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e eficiente na utilização de recursos. A Europa deve manter-se fiel aos objetivos que fixou para 2020 no domínio da produção, eficiência e consumo de energia. Deste modo, será possível uma poupança de 60 mil milhões de euros nas importações de petróleo e gás em 2020.
Política industrial em prol do crescimento verde	Contribuir para a competitividade da indústria da UE no mundo que emergirá da crise, promover o empreendedorismo e desenvolver novas qualificações. Deste modo, será possível criar milhões de novos postos de trabalho.
Agenda para novas qualificações e novos empregos	Criar as condições para a modernização dos mercados de trabalho, com vista a aumentar as taxas de emprego e assegurar a sustentabilidade dos nossos modelos sociais no momento da passagem à reforma da geração dos « <i>baby-boomers</i> ».
Plataforma europeia contra a pobreza	Assegurar a coesão económica, social e territorial, permitindo que as camadas mais pobres e socialmente excluídas da população desempenhem um papel ativo na sociedade.

A ambição de desenvolvimento do País está plasmada em diversos documentos, com destaque para os que deram sustentação ao Portugal 2020 e para os que emanaram da revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). Pese embora o contexto adverso que o País enfrenta desde 2008, e as mudanças estruturais que se avizinham e balizam o reencaixe do país em diferentes escalas e contextos políticos, socioeconómicos e territoriais, os pressupostos e prioridades de desenvolvimento do País continuarão a manter atualidade e pertinência nos horizontes de médio e longo prazos.

No horizonte 2014-2020, o desenvolvimento territorial de Portugal encontra sustentação em quatro prioridades: i) criação de uma economia inovadora, competitiva, integrada e aberta; ii) criação de um território equitativo e de bem-estar; iii) criação de um espaço sustentável e bem ordenado; iv) criação de uma sociedade criativa, cooperante e com sentido de cidadania.

Das linhas de rumo que o PNPOT pretendeu imprimir ao País, alguns objetivos estratégicos, que se complementam e reforçam reciprocamente, mantêm a sua atualidade e permitem enquadrar e suportar algumas opções de desenvolvimento, incluindo no quadro da rede do Sistema Educativo:

- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;

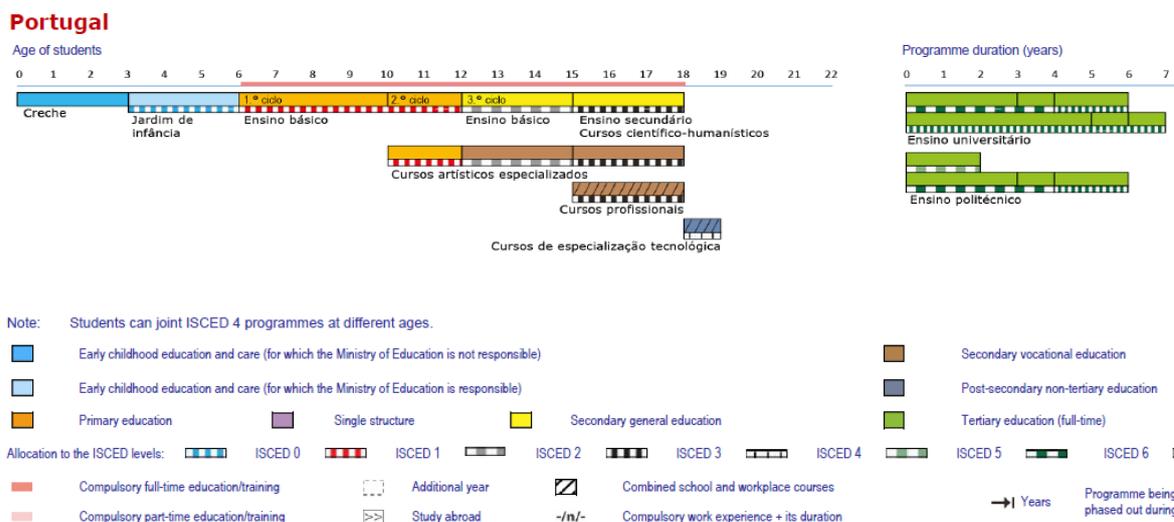
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições;
- Utilizar de modo sustentável os recursos energéticos.

Neste quadro, importa considerar algumas das principais tendências emergentes e que serão o pano de fundo das estratégias de desenvolvimento local dos próximos anos, no quadro dos instrumentos de cofinanciamento:

Reforço de prioridade na alocação de recursos nas questões da competitividade com especial enfoque na introdução e aprofundamento da I&D nos clusters em que País denota maiores vantagens comparativas;

- Aprofundamento das experiências de desenvolvimento urbano integrado com uma redução do investimento nos vetores físicos e no espaço público e a emergência das questões da reabilitação urbana, da competitividade económica e da inovação social, em coerência com as alterações no mercado de habitação;
- Concentração espacial dos investimento e aumento da seletividade na alocação de recursos financeiros, procurando tirar partido das economias de escala, bem como apoiar o processo de revitalização económica e territorial do País;
- Redefinição dos modelos de governança territorial, com vista à redução dos custos de administração territorial e de otimização do stock de bens públicos.

Figura 1 – Estrutura do sistema educativo português



Fonte: European Commission/EACEA/Eurydice, 2018. The Structure of the European Education Systems 2018/19: Schematic Diagrams. Eurydice Facts and Figures. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

É reconhecido que a redução do número de jovens que abandonam a escola precocemente (aqueles que não conseguem completar o ensino secundário) é fundamental não só para aumentar as competências, mas também para melhorar as perspetivas e oportunidades de emprego dos jovens. Pessoas com pelo menos a qualificação secundária (ou superior) são mais propensas a encontrar um emprego, a ter um rendimento superior, do que as que possuem um baixo nível de educação.

Conforme referenciado, o objetivo Europa 2020 passa por reduzir a percentagem de população com baixas qualificações escolares, entre os 18 a 24 anos. Em 2019, na União Europeia, rondava os 10,3%, valor significativamente menor do que o registado em 2008 (14,7%), demonstrando uma evolução muito positiva neste indicador². Em Portugal, o mesmo indicador fica ainda 0,3 pp acima da média europeia, pelos 10,6% (34,9%, em 2008).

Embora esta redução possa, em parte, ser atribuída a um ambiente de maior dificuldade em encontrar trabalho, há também melhorias estruturais significativas (maior qualidade dos espaços, maior integração das políticas educativas e socioeconómicas, maior sensibilização dos jovens) e a tendência deverá continuar, mesmo que a um ritmo mais lento.

² <https://ec.europa.eu/eurostat/web/europe-2020-indicators/europe-2020-strategy/headline-indicators-scoreboard>

Figura 2 – Abandono escolar precoce da educação ou formação (18-24 anos) – 2009-2019

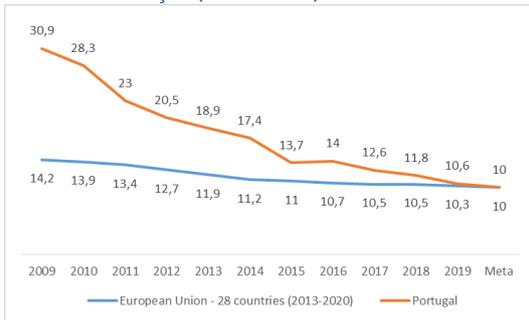


Figura 3 – População com 30-34 anos com ensino superior – 2009-2019

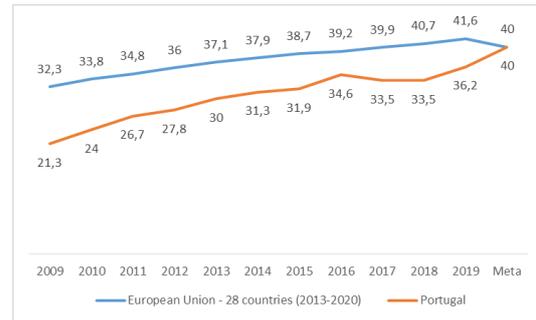
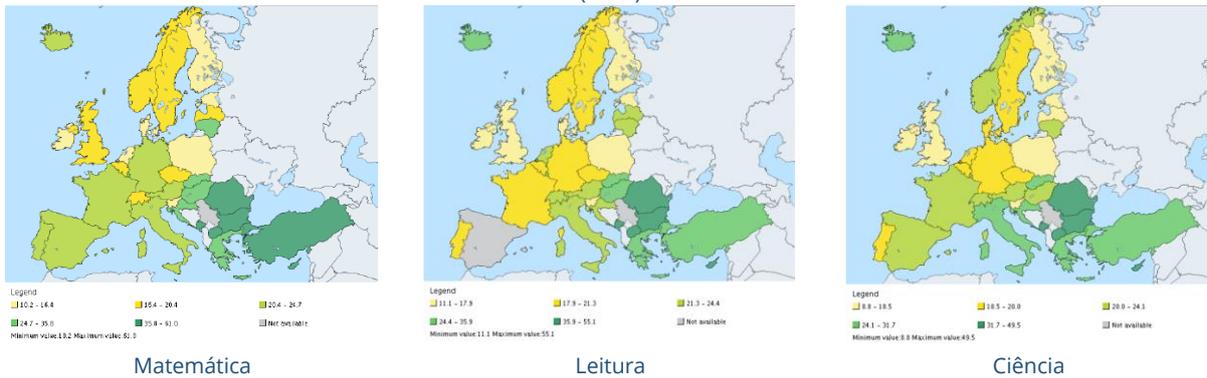


Figura 4 – Proporção da população com menos de 15 anos com reduzida competência em matemática, leitura e ciência (2018)



% de estudantes com menos de 15 anos com competências inferiores ao nível 2 de PISA.
(https://ec.europa.eu/eurostat/tgm/mapToolClosed.do?tab=map&init=1&plugin=1&language=en&pcode=sdg_04_40&toolbox=legend)

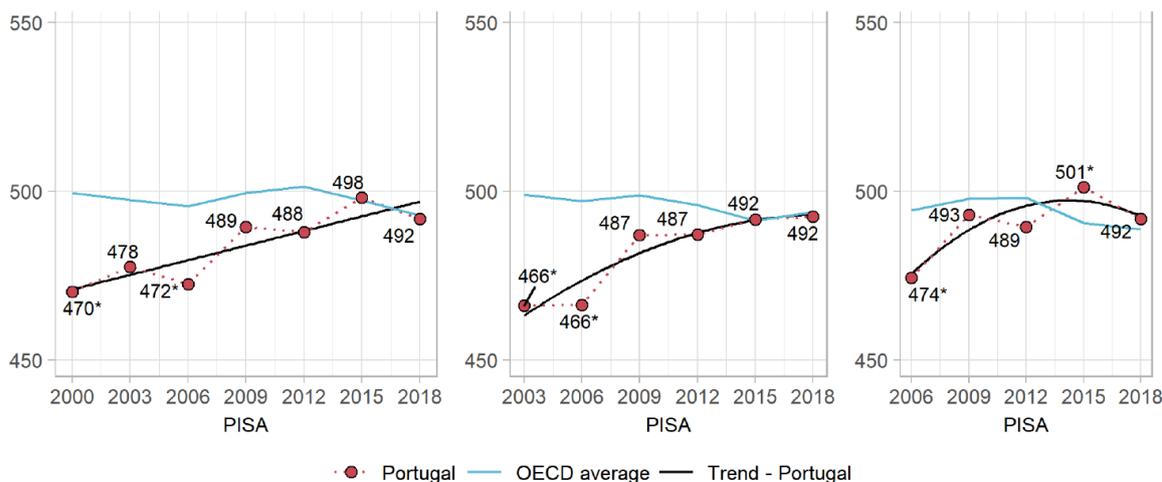
Segundo o *student performance* (PISA 2018), o desempenho em leitura, matemática e ciências, em Portugal, é o seguinte:

- Leitura: os jovens de 15 anos em Portugal pontuam 492 pontos em comparação com uma média de 487 pontos nos países da OCDE.
- Em média, as crianças de 15 anos de idade pontuam 492 pontos em matemática, em comparação com uma média de 489 pontos nos países da OCDE.
- Em Portugal, o desempenho médio em ciência dos jovens de 15 anos é de 492 pontos, em comparação com uma média de 489 pontos nos países da OCDE.

O estatuto socioeconómico explica 14% da variação do desempenho em leitura em Portugal, quando a média da OCDE é de 12%.

A diferença média entre estudantes favorecidos e desfavorecidos na leitura é de 95 pontos, em comparação com uma média de 89 nos países da OCDE. Contudo, 10% dos estudantes desfavorecidos são academicamente resilientes (a média da OCDE é de 11%).

Figura 5 – Tendências em leitura, matemática e ciência



Matemática

Leitura

Ciência

Fonte: OCDE, PISA, 2018.

Entre 2006 e 2017, a taxa de abandono escolar precoce em Portugal reduziu-se para 1/3, mas por comparação a representatividade dos jovens entre os 18 e os 24 anos que não têm ensino secundário e que não estão em ações de formação é a quarta maior da União Europeia (fonte: Eurostat). Esta é uma dimensão que se encontra “a descoberto” no País, emergindo uma franja significativa de jovens que não possuem qualquer tipo de oferta educativa, incluindo profissional, que possa obviar à dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Segundo o Ministério da Educação, para a redução deste indicador terá contribuído a frequência de cursos profissionais (à entrada do secundário, em média, metade dos alunos escolhem esta via).

Segundo o documento da Comissão Europeia “Monitor da Educação e da Formação” (2018), Portugal reduziu a taxa de abandono escolar precoce (entre os 18 e os 24 anos) em 7,9% no período 2012-2017, sendo em 2017, de 12,6%, valor ainda acima da média da União Europeia (10,6%). Contudo, a diferença de género é particularmente pronunciada, (5,3 p.p.), sendo de 15,3% no caso dos homens e de 9,7% no caso das mulheres, dados de 2017. Assim, apesar de ter sido o país que mais reduziu o abandono (por comparação a 2006), Portugal ainda não atingiu uma meta definida na Estratégia Europeia 2020: taxa de abandono escolar precoce de 10%.

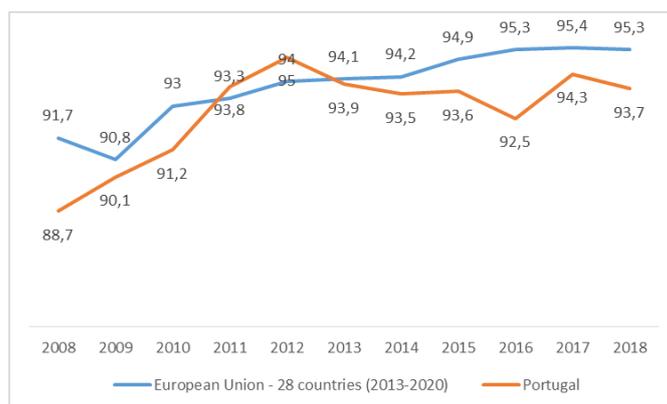
A situação do país melhorou, em 2019, estando mais perto da meta europeia, com uma taxa de 10,6%, subsistindo uma grande discrepância de género (13,7% - homens; 7,4% - mulheres). Em 2021, a taxa de abandono escolar em Portugal atingiu os 5,9%.

Conforme referenciado anteriormente, outro dos objetivos para 2020 passa por possuir 40% de diplomados que tenham completado o ensino superior ou equivalente na população entre os 30 e os 34 anos (em 2009, era de 21,3%).

Numa década, entre 2009 e 2019, observou-se um incremento, da taxa de conclusão dos estudos superiores (30-34 anos) dos 21,3% para os 36,2% (média da UE28=41,6%).

Por outro lado, o ensino e os cuidados na primeira infância (dos 4 aos 6 anos) registaram uma grande oscilação, com o valor mais elevado registado em 2012 (95,0%), e situando-se nos 93,7%, em 2018, abaixo da média da UE28 (95,3%).

Figura 6 – Educação pré-escolar (*Participation in early childhood education*) 2008-2018



Fonte: Eurostat

Em 2014, em relação ao investimento, a despesa pública consagrada à educação em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) era de 6,2%, sem alterações face a 2011 e acima da média da UE (4,9%). Dados provisórios de 2018 apontam para uma percentagem de 3,7% do PIB em despesas de educação, o que revela uma diminuição do investimento neste domínio.

Por outro lado, para fomentar de forma sustentada o crescimento e aumentar o emprego e prevenir/antecipar diferenças acentuadas de competências, os sistemas de educação e formação existentes têm de ser capazes não só de absorver um número superior de alunos, mas igualmente de proporcionar boa qualidade de ensino. Os inquéritos realizados pela OCDE (2015) revelam que cerca de 20% dos alunos com 15 anos de idade testados (PISA) têm uma compreensão insuficiente do que leem e uma proporção ainda maior possui competência insuficiente em matemática. Estes valores, demonstram que em muitos países da UE (incluindo Portugal), ainda existem grandes dificuldades na aprendizagem de competências básicas, bem como de iliteracia científica.

Registe-se que, no quadro da OCDE, foram estabelecidos três indicadores de referência para 2020, no que respeita à Educação e Formação, nomeadamente quanto ao abandono escolar e à participação no ensino: i) Pelo menos 95% das crianças com mais de 4 anos e menos de 6 anos devem participar na educação infantil (pré-escolar); ii) Menos de 15% dos jovens de 15 anos com problemas/dificuldades de leitura, matemática e ciência; iii) Pelo menos 15% dos adultos (grupo etário 25-64) devem participar na aprendizagem ao longo da vida.

No quadro destas metas definidas pela OCDE, para 2020, releva a tendência para a universalização da participação das crianças com 4 anos na educação infantil (pelo menos 95% das crianças com mais de 4 anos e menos de 6 anos devem integrar a rede de pré-escolar). Após uma trajetória de aproximação consistente durante a primeira década do milénio, desde 2012, que Portugal cumpre esta meta. Deve registar-se que, face à integração universal das crianças com pelo menos 4 anos de idade na educação pré-escolar no ano letivo de 2016/2017, esse valor foi consideravelmente incrementado (aproximando-se dos 100%). Sublinhe-se que esta dimensão educativa continua a ser uma prioridade nacional, estando definido desde 2019 que, tendencialmente, se processará a universalidade da educação pré-escolar às crianças com três anos (todas as crianças com essa idade deverão ter lugar num jardim-de infância).

1.4. Política setorial e reformas em curso

Para além do quadro legislativo de referência, que atualmente enquadra e suporta o desenvolvimento do Sistema Educativo, em Portugal, importa identificar as principais opções assumidas nos últimos anos em termos de programação e gestão governativa.

Assim, dos 4 desafios a prosseguir na anterior legislatura (XXII Governo Constitucional - 2019-2023), um apresenta uma relevância acrescida para o presente instrumento: Desigualdades - Mais e melhores oportunidades para todos, sem discriminações”.

Para a concretização deste desafio, emergem como objetivos específicos para a Educação: i) Apostar na escola pública como elemento de combate às desigualdades; ii) Combater as desigualdades à entrada e à saída da escola, iii) Promover o acesso à formação e qualificação ao longo da vida.

Dando continuidade ao programa definido no quadriénio anterior, aponta-se para que a consolidação das contas públicas exija melhorias significativas na eficiência ao nível da utilização e gestão dos recursos por parte das administrações públicas (as decisões devem ser tomadas com base em critérios de custo e eficácia – “na educação básica, a última estimativa do Conselho Nacional de Educação aponta para 150 mil reprovações anuais, o que significa que cerca de 600 milhões de euros de despesa, não tiveram qualquer contrapartida positiva”). Concomitantemente, releva-se a necessidade de apostar na valorização do capital humano, enquanto condição primeira para um país mais próspero (o principal investimento de futuro é o investimento nas pessoas de diferentes gerações, proveniências e capacidades). Assim, “o direito à Educação, e a uma Educação capaz de responder aos desígnios dos cidadãos e da sociedade, é um dos pilares fundamentais do desenvolvimento das comunidades e um aspeto fundacional da democracia portuguesa. A Educação é não apenas o meio privilegiado para o desenvolvimento dos indivíduos, mas também o determinante necessário para alcançar uma sociedade justa e esclarecida. A função social da escola pública só estará inteiramente cumprida quando a origem de cada um não for um aspeto relevante para o sucesso ou insucesso dos seus resultados. Entendemos que este é o fim fundamental para o qual concorre todo o sistema educativo.” (Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023).

Assumindo que o “acesso à escolaridade universal desde os 3 anos de idade e o ensino obrigatório durante 12 anos convocam-nos a trabalhar para que todos possam aceder a um sistema capaz de responder na medida das necessidades de cada um e de garantir o respetivo sucesso” (Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023), combater as desigualdades à entrada e à saída da escola deve ser um desígnio nacional.

Neste quadro, a principal prioridade da política educativa centra-se no combate ao insucesso escolar, entrave relevante à qualidade do ensino, à equidade e ao cumprimento da escolaridade obrigatória.

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Medidas principais
Apostar na educação pré-escolar como chave para o combate ao insucesso escolar	Investimento no alargamento da rede e na qualificação da educação de infância	<ol style="list-style-type: none">1. Garantir a universalidade da oferta da educação pré-escolar a todas as crianças dos três aos cinco anos;2. Assegurar a tutela pedagógica sobre os estabelecimentos que integram a rede nacional de educação pré-escolar, independentemente de pertencerem à rede pública ou à rede solidária;

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Medidas principais
		<p>3. <i>Desenvolver instrumentos de diagnóstico precoce de situações de risco como estratégia de prevenção do insucesso escolar</i></p>
<p>Combater o insucesso na sua raiz: desenvolver um ensino básico integrado, global e comum</p>	<p>Investimento em medidas de combate ao insucesso escolar</p>	<p>1. <i>Promover uma maior articulação entre os três ciclos do ensino básico, redefinindo progressivamente a sua estrutura de modo a atenuar os efeitos negativos das transições entre ciclos, assumindo uma gestão mais integrada do currículo e reduzindo a excessiva carga disciplinar dos alunos</i></p> <p>2. <i>Incentivar a flexibilidade curricular, desde o 1.º ciclo, recorrendo a diferentes possibilidades de gestão pedagógica, gerindo com autonomia os recursos, os tempos e os espaços escolares, adequadas aos múltiplos contextos existentes;</i></p> <p>3. <i>Consolidar as atividades de enriquecimento curricular, integrando-as plenamente na vida pedagógica das escolas, contribuindo, desse modo, para o aprofundamento do princípio da «Escola a Tempo Inteiro», alargando-a a todo o ensino básico.</i></p>
<p>Assegurar o cumprimento dos 12 anos de escolaridade obrigatória: valorizar o ensino secundário e diversificar a oferta formativa</p>	<p>Investimentos em medidas destinadas à valorização do ensino secundário e à diversificação da oferta formativa e valorização do ensino profissional e artístico</p>	<p>1. <i>Criar programas de desenvolvimento do ensino experimental</i></p> <p>2. <i>Alargar o leque de cursos e de qualificações contempladas, em particular de nível secundário e pós-secundário</i></p> <p>3. <i>Reforçar as estratégias de diversificação pedagógica no contexto do ensino profissional e promover uma maior ligação da escola à comunidade e à família, tendo em atenção os jovens que abandonaram a escola sem concluir o ensino secundário e que ainda não se encontram a trabalhar</i></p> <p>4. <i>Criar condições de maior estabilidade ao financiamento da rede de escolas profissionais, através do recurso a programas plurianuais de financiamento condicionado ao mérito dos seus projetos educativos</i></p> <p>5. <i>Promover um maior reconhecimento do ensino profissional e das qualificações profissionais no âmbito do mercado de trabalho, estabelecendo dinâmicas de cooperação com os parceiros sociais e os conselhos empresariais regionais</i></p>
<p>Centrar as escolas no ensino e na aprendizagem dos alunos</p>	<p>Medidas que permitam consolidar e alargar significativamente o regime de autonomia, administração e gestão das escolas e agrupamentos, como elemento central do esforço de descentralização das competências</p>	<p>1. <i>Criar condições para que as escolas e agrupamentos possam gerir o currículo nacional de forma flexível e contextualizada, utilizando os métodos, as abordagens e os procedimentos que se revelarem mais adequados</i></p> <p>2. <i>Promover a descentralização e a desburocratização do sistema educativo</i></p> <p>3. <i>Avaliar o processo de transferência de competências para as autarquias ao nível do ensino básico e secundário, garantindo que não diminui a autonomia pedagógica das escolas</i></p> <p>4. <i>Criar condições para que as escolas e os agrupamentos, em articulação com os centros de formação, as instituições do ensino superior e outros intervenientes, se assumam como espaços privilegiados para a formação contextualizada dos seus docentes</i></p> <p>5. <i>Apoiar as escolas e os agrupamentos no desenvolvimento de projetos promotores de uma cidadania responsável, incentivando o estabelecimento de parcerias educativas com encarregados de educação e as comunidades educativas, no sentido de prevenir situações de indisciplina e violência</i></p>

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Medidas principais
		6. Consolidar os processos de otimização e de qualificação dos recursos humanos, dando relevo às funções docentes e à prática letiva e promovendo a qualificação para funções especializadas
Modernizar os modelos e os instrumentos de aprendizagem	Investimentos em ações que promovam um maior alinhamento das políticas educativas com as dinâmicas sociais e económicas	<p>1. Conceber e implementar uma estratégia de recursos digitais educativos, que promovam a criação, disseminação e utilização de conteúdos digitais no processo de aprendizagem</p> <p>2. Promover a utilização das TIC no âmbito do currículo, visando a apreensão, desde cedo, de práticas de aprendizagem baseadas nas novas tecnologias, capitalizando motivações, fomentando o gosto por aprender</p> <p>3. Lançar um processo de simplificação na administração central da educação para uma maior autonomia e concentração das escolas na sua atividade fundamental, incluindo a reestruturação da administração central e das suas missões, reduzindo o seu peso no sistema, centrando a sua atuação no planeamento, avaliação e regulação do sistema</p>

Com as eleições, em 2022, tomou posse o XXIII Governo Constitucional que mantem, no essencial, o quadro de prioridades, objetivos e medidas anteriormente estruturadoras da ação governativa.

O combate às desigualdades através da educação é fundamental, continuando as apostas na “inclusão de todos os alunos, abandonando conceções de escola centradas numa segregação dos que têm mais dificuldades”. A escola inclusiva, como estabelece o Plano 21|23 Escola+, será robustecida através de uma maior capacitação das escolas e a adoção de novos programas de apoio às aprendizagens e ao desenvolvimento de competências socioemocionais. Consolidar os apoios tutoriais, dar continuidade ao reforço das políticas de Ação Social Escolar, implementar um Programa de Apoio a famílias vulneráveis (redes permanentes de apoio à infância e à juventude, de base autárquica) são ações prioritárias a prosseguir.

Também quanto à melhoria das aprendizagens é referido no Programa do Governo a importância de continuar o trabalho iniciado, com resultados positivos atestados. Merece destaque continuar o reforço do ensino experimental das ciências, com a generalização dos Clubes Ciência Viva na Escola, bem como modernizar o ensino profissional, mediante a criação dos Centros Tecnológicos Especializados e aprofundando a adequação da oferta às necessidades sociais, locais e das empresas. “Erradicar as bolsas de analfabetismo e promover a aprendizagem da língua portuguesa junto das comunidades imigrantes através de planos conjuntos entre escolas-municípios-delegações do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)” assume-se também como uma importante medida a implementar.

Conforme referenciado anteriormente, a Lei de Bases estabelece o quadro geral do Sistema Educativo e representa o Referencial Normativo das Políticas Educativas que visam o desenvolvimento da educação e do Sistema Educativo, em Portugal. Nos últimos anos, tem sido recorrentemente apontada a necessidade de se proceder à sua Revisão. Neste quadro, celebrando 30 anos em 2016 e tendo em conta a sua importância estrutural para o sistema educativo português, o Conselho Nacional de Educação considerou relevante avaliar a atualidade e adequação da Lei quanto ao desenvolvimento social, económico e cultural do país. Neste intuito, e de forma a promover uma reflexão informada e de qualidade em torno da Lei de Bases, desenvolveu diversas iniciativas, estruturadas segundo as temáticas e questões elencadas no quadro seguinte, e que podem ser entendidas como pontos de partida e reflexão para a nova estruturação, princípios e objetivos que nortearão um potencial novo quadro legislativo.

Seminário		
1. Educar para que futuro?	Reflexão de Base	<i>Uma lei de bases é, antes de mais, um referencial normativo das políticas educativas visando o desenvolvimento futuro da educação e do sistema educativo. Por isso, tem sentido questionar a adequação entre o desenvolvimento social, económico e cultural de um país e esse referencial normativo. Sendo desejável que esse quadro beneficie da estabilidade e da convergência sobre as grandes opções de política educativa, importa que ele represente uma visão sobre o futuro da sociedade e da educação suscetível de se constituir como propósito nacional, assente num compromisso entre as diferentes concepções ideológicas e políticas.</i>
	Questões de debate	<i>Quais as tendências das sociedades atuais que importa identificar como estruturantes? Qual o papel do conhecimento no desenvolvimento económico, social e cultural? Como potenciar a interação entre conhecimento e capacidades individuais na construção da relação entre ensino e aprendizagem? Quais os perfis de formação adequados à capacidade das novas gerações em torno dos pilares fundamentais: liberdade/autonomia, cidadania/valores, desenvolvimento/conhecimento/capacidades? Como conciliar equidade e diferenciação dos trajetos educativos? Como adequar as capacidades desenvolvidas às oportunidades criadas pela sociedade e pela economia?</i>
2. Currículo e conhecimento: o que ensinar e como ensinar?	Reflexão de Base	<i>As bases normativas da educação constituem um elemento indispensável, enformador e conformador da estratégia integrada de desenvolvimento cultural, social e económico dos países, funcionando como um referencial a partir do qual se orientam as políticas educativas. É neste contexto que a reflexão sobre a maior ou menor adequação de uma lei de bases a uma orientação para o futuro se torna decisiva, sem que tal represente uma rutura total com a dimensão institucional da educação. Se considerarmos o currículo como a forma racionalmente organizada do conhecimento considerado válido e relevante para a capacitação das novas gerações, o problema que se coloca é o de saber que tipo de conhecimento escolar deverá ser privilegiado e que tipo de capacidades se pretende desenvolver.</i>
	Questões de debate	<i>Numa era de incerteza, será mais adequado privilegiar os saberes estruturantes das diferentes formas de saber, ou adotar uma distribuição igualitária das cargas horárias e trajetos das diferentes disciplinas? Deverá favorecer-se a dimensão universal do conhecimento (a matemática, as ciências, as línguas estrangeiras, etc.), a nacional (a geografia e a história "pátria", a literatura nacional, etc.) ou a europeia? E que equilíbrio deverá existir entre essas três dimensões? Deveremos convergir com os currículos internacionais ou reforçar as particularidades do nosso sistema de ensino? E a partir de que idade se deve organizar o currículo em disciplinas? Que alterações se deverão introduzir no sistema de monodocência? Deveremos admitir uma componente específica de ensino aprendizagem de carácter multidisciplinar que faça confluir sobre o desenvolvimento de temas os conhecimentos disciplinares apreendidos?</i>
3. Organização do sistema educativo: modalidades de educação e ciclos de ensino	Reflexão de Base	<i>A missão da educação é hoje fornecer a cada pessoa os meios para o desenvolvimento de todo o seu potencial, para o exercício de uma liberdade autónoma, consciente, responsável e criativa. Nesse sentido, importa refletir sobre a aptidão da organização do sistema educativo fixado na Lei de Bases para assegurar uma educação que prossiga conjugada e sequencialmente as finalidades do aprender a ser e a viver juntos, do aprender a estar, do aprender a fazer, do aprender a pensar e a aprofundar autonomamente os saberes e as competências.</i> <i>Na Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor, o sistema educativo encontra-se organizado em educação pré-escolar, educação escolar – que inclui as modalidades especiais - e educação extraescolar. A cada modalidade é atribuído um papel, uma duração e uma organização específicos de acordo com os objetivos fixados no referencial normativo.</i>
	Questões de debate	<i>A concretização da intencionalidade educativa da educação de infância contribui para melhores desempenhos nos anos subsequentes? Justifica-se a particularidade da existência de três ciclos no</i>

Seminário		
		<i>ensino básico? Qual o papel do ensino secundário e da diversidade de vias? Como se integram as modalidades especiais de educação escolar na organização do sistema educativo?</i>
4. Escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo	Reflexão de Base	<p><i>Dando continuidade ao ciclo de seminários dedicados à reflexão sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), o Conselho Nacional de Educação organiza a 16 de maio a quinta iniciativa dedicada à temática que respeita ao cumprimento da escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo.</i></p> <p><i>A LBSE, aprovada em 1986, estabeleceu a escolaridade obrigatória de nove anos para todas as crianças e jovens entre os seis e os quinze anos de idade. Em 2009, a Lei n.º 85, de 27 de agosto, alarga até aos 18 anos essa obrigatoriedade, aspirando a que todos os jovens possam completar o nível secundário de escolaridade.</i></p> <p><i>Para além de se estabelecer a obrigatoriedade de frequência, é necessário criar as condições para a sua universalização e definir padrões nacionais de referência que permitam a cada entidade formar cidadãos e oferecer os melhores percursos aos seus alunos, garantindo a articulação entre os ensinos básico e secundário.</i></p> <p><i>Embora a expansão verificada no acesso à educação em todos os níveis do sistema educativo seja assinalável, ainda subsistem problemas por resolver. No ensino básico as taxas de escolarização atingem os 100%, mas nem todos os alunos concluem o 9.º ano de escolaridade com êxito e na idade certa. No ensino secundário os níveis de retenção assumem valores inaceitáveis. Nesta perspetiva, um dos desafios relevantes que se colocam à sociedade portuguesa é o de garantir que todos os jovens acedem e têm sucesso no nível secundário de ensino e formação, independentemente da modalidade e do percurso formativo que tenham escolhido, garantindo a permeabilidade de percursos.</i></p> <p><i>Para além disso, a valorização das formações que capacitam para a entrada na vida ativa é fundamental para tornar estas vias de aprendizagem atrativas para os alunos e suas famílias, mas também para as escolas, professores e formadores que as põem em prática.</i></p> <p><i>A estruturação de um verdadeiro sistema de orientação escolar e vocacional, disponível em todo o território nacional, constituirá certamente um estímulo ao prosseguimento de estudos, possibilitando aos jovens com o 12.º ano de escolaridade um ingresso qualificado na vida ativa ou o prosseguimento de estudos para o ensino superior.</i></p>
	Questões de debate	<i>Quais os desafios do alargamento da escolaridade obrigatória? Diferenciação de trajetos: como e quando? Como garantir a aprendizagem e qualidade para todos?</i>
5. Liberdade de ensino e serviço público de educação	Reflexão de Base	<i>No art.º 2º da LBSE refere-se que “No acesso à educação e na sua prática é garantido a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis, (...)”.</i>
	Questões de debate	<i>Como se concretiza a liberdade de ensinar e de aprender consagrada na Constituição e na LBSE? - Quais as dimensões que essa liberdade pode assumir para além da criação de escolas de ensino privado e cooperativo? Os princípios estabelecidos pela lei serão bastantes para assegurar o direito das famílias a orientar a educação dos filhos? Poder-se-á falar de liberdade de ensinar e de aprender relativamente ao ensino público? Haverá uma efetiva liberdade de ensinar e de aprender quando existem constrangimentos à liberdade de escolha? O que falta para que a liberdade de ensinar e de aprender possa ser exercida por todos? Poderá a liberdade de escolha ser estimulada pela existência de projetos pedagógicos alternativos, independentemente da natureza da escola (pública ou privada)? Até que ponto o exercício da liberdade de escolha pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação e da equidade do sistema educativo? Em que circunstâncias deve o Estado financiar o ensino privado? Como tem sido usada a liberdade de escolha noutros países? Haverá algo a reter desses modelos?</i>

Seminário		
6. Organização e desenvolvimento do ensino superior	Reflexão de Base	<p><i>Tal como definido no artigo 11.º da LBSE, o ensino superior “compreende o ensino universitário e o ensino politécnico”. O ensino universitário está “orientado por uma constante perspectiva de promoção de investigação e de criação do saber” e o ensino politécnico está “orientado por uma constante perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos”. Importa, por isso, debater esta natureza binária e refletir sobre a missão das diferentes instituições de ensino superior.</i></p> <p><i>É assinalável a expansão do ensino superior nas últimas três décadas. Essa expansão manifestou-se não só na multiplicação de instituições de ensino superior, mas também na diversidade da oferta formativa. De tal modo que, nos últimos 15 anos, a economia não teve capacidade de absorver as qualificações produzidas pelo sistema de ensino, em parte devido ao facto dessa oferta ser desajustada às necessidades da economia e da sociedade. A própria reorganização da formação, no âmbito do Processo de Bolonha, introduz alterações no sistema de reconhecimento e certificação da qualidade e na organização da formação que adotou um sistema europeu de créditos (artigo 13.º, LBSE).</i></p> <p><i>A internacionalização e mobilidade são uma referência explícita para a convergência dos sistemas de educação europeus, como são uma referência na LBSE: “A mobilidade dos estudantes entre os estabelecimentos de ensino superior nacionais [...], bem como entre estabelecimentos de ensino superior estrangeiros e nacionais, é assegurada através do sistema de créditos, com base no princípio do reconhecimento mútuo do valor da formação e das competências adquiridas”. Os processos de internacionalização do ensino superior parecem responder aos desafios da globalização das sociedades da informação e do conhecimento e da criação de redes de cooperação.</i></p> <p><i>A LBSE reforça, no seu artigo 18.º, a importância da investigação científica no ensino superior, salienta a necessidade de se ter em conta “os objetivos predominantes da instituição em que se insere”, bem como de se garantir as condições de publicação e de facilitação da divulgação do conhecimento produzido. Esta lei incentiva ainda “a colaboração entre as entidades públicas, privadas e cooperativas no sentido de fomentar o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura”.</i></p>
	Questões de debate	<p><i>Que alterações efetuar no ensino superior? Natureza binária do sistema de ensino superior? Como se deve processar a organização e reconhecimento da formação? Como promover a internacionalização e mobilidade? Que relação estabelecer entre a investigação científica e o ensino superior?</i></p>
7. Formação de professores: dilemas e desafios	Reflexão de Base	<p><i>Os princípios gerais sobre a formação de educadores e professores encontram-se estabelecidos em diversos artigos da LBSE, nomeadamente o artigo 33º que a define como devendo ser flexível, integrada, assente em práticas metodológicas, estimuladora da inovação e da investigação e conducente a uma prática reflexiva; o artigo 34º que aborda questões relacionadas com as instituições de ensino superior que a realizam, como a definição de perfis de competências e de formação e a relação entre a formação científica na área de docência e a formação pedagógica; e a importância da formação contínua que se encontra expressa no 38º artigo da LBSE.</i></p> <p><i>Esta temática assume uma importância particular tendo em consideração o progressivo envelhecimento do corpo docente no ativo (em 2013/2014, 41% dos professores do ensino público tinham 50 e mais anos de idade) e a provável necessidade de renovação dos quadros das escolas nos próximos anos; a maior parte dos diplomados, após as alterações decorrentes do denominado Processo de Bolonha, ainda não entraram no sistema (em 2013/2014, apenas 0,5% dos professores que estavam no sistema tinham idade inferior a 30 anos); os professores que ainda não acederam a um lugar de quadro têm diferentes percursos formativos (modelos pré e pós Bolonha); e a desvalorização social da profissão não a torna atrativa (apenas 2% dos jovens portugueses que realizaram os últimos testes PISA pretendem ser professores, sendo que esses são também os que têm baixas classificações em literacia e matemática).</i></p>
	Questões de debate	<p><i>Como promover a formação contínua? Quais os principais problemas e desafios? Como melhorar a formação inicial? Que alterações a promover na profissionalização e acesso?</i></p>

Seminário		
8. Centralidade, Descentralização e Autonomia em Educação	Reflexão de Base	<i>Na alínea g) do Artigo 3.º, da LBSE, estabelece-se como um dos princípios organizativos do sistema educativo: descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes. Da necessidade de dar cumprimento ao estipulado na LBSE, várias têm sido as iniciativas legislativas tendo em vista a descentralização, envolvendo a transferência de competências para os municípios e a autonomia das escolas. Importa procurar compreender o que foi feito neste domínio ao longo dos últimos 30 anos, que caminhos foram percorridos, que caminhos estão ainda por percorrer e qual a melhor forma de o fazer, perspetivando o futuro da descentralização no que à educação diz respeito.</i>
	Questões de debate	<i>Políticas de descentralização: qual o caminho que tem sido percorrido? Que relação estimular/potenciar entre desenvolvimento económico e atribuição de competências na educação? Como promover a descentralização/desconcentração e autonomia em educação? Quais as principais luzes e sombras da descentralização?</i>

Em 2015, foi lançado o PAE - Programa Aproximar Educação, relativo à descentralização de competências na área da Educação (contrato de educação e formação municipal). O objetivo central passava por assegurar a descentralização, por via de delegação contratual, de competências na área da educação e formação, dos serviços centrais do Estado para os municípios.

Este programa apostava numa maior valorização do papel dos municípios, das escolas e da comunidade em geral na tomada de decisões através de um contrato (fundamentado no quadro da ação local) que possibilitasse o desenvolvimento de uma maior autonomia pedagógica, curricular, administrativa e organizativa. Premissas como a subsidiariedade, proximidade, corresponsabilização, racionalização dos recursos e democratização, estavam na base do processo.

Assim, selecionou-se um grupo de municípios, que começaram no ano letivo de 2014/2015 o projeto de descentralização na área da Educação, cuja fase piloto se estimou com uma duração inicial de quatro anos.

O Contrato de Educação e Formação Municipal assinado por treze municípios, enquadra-se assim no âmbito de um projeto-piloto de cariz pedagógico e administrativo, promotor da eficiência dos recursos educativos, constituindo-se como ponto de referência para um futuro modelo de gestão articulado e integrado no Sistema de Educação nos Concelhos.

Programa Aproximar Educação (PAE)	
Objetivos	<p><i>a) Melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos;</i></p> <p><i>b) Promover a eficácia e eficiência da gestão dos recursos educativos;</i></p> <p><i>c) Combater a saída precoce dos alunos do sistema educativo;</i></p> <p><i>d) Combater o abandono escolar;</i></p>

Programa Aproximar Educação (PAE)	
	<p>e) <i>Monitorizar as práticas, os processos e os resultados do Projeto Educativo Municipal;</i></p> <p>f) <i>Corresponder às necessidades e expectativas da comunidade educativa.</i></p>
Princípios e limites orientadores da descentralização	<p>a) <i>O não aumento da despesa pública global;</i></p> <p>b) <i>O aumento da eficiência da gestão dos recursos afetos à Educação pelas autarquias;</i></p> <p>c) <i>Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias;</i></p> <p>d) <i>O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;</i></p> <p>e) <i>A articulação entre os diversos níveis da administração pública;</i></p> <p>f) <i>Garantia que a liberdade de escolha das famílias é salvaguardada, ou mesmo ampliada.</i></p>
Domínios com competências delegadas	<p>1. <i>Gestão curricular;</i> 2. <i>Gestão pedagógica;</i> 3. <i>Gestão de recursos humanos;</i> 4. <i>Gestão financeira;</i> 5. <i>Gestão de equipamentos e infraestruturas.</i></p> <p><i>Neste último caso, apontem-se alguns exemplos adaptados de contratos de autonomia em vigor: A) Implementar ações de reabilitação, ampliação e construção de estabelecimentos escolares; B) Equipar o Centro de Inclusão pelas Artes e Ofícios com as seguintes valências: unidades de ensino estruturado e apoio a alunos multideficientes; espaço oficial / laboratorial e de novas tecnologias; centro de aprendizagem /apoio ao estudo / ensino vocacional - (destinatários preferenciais: alunos com NEP, ensino vocacional e desenvolvimento de competências).</i></p>

No primeiro semestre de 2015, 13 municípios envolveram-se no projeto de descentralização de competências nas áreas da Educação: Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Crato, Matosinhos, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Vila de Rei e Vila Nova de Famalicão. Estes concelhos, representam cerca de 10% da população portuguesa (um milhão de habitantes), 10% da população estudantil do ensino básico e secundário (cerca de 110 mil alunos), 10% das turmas existentes (cinco mil), 8,5% dos Agrupamentos existentes.

O contrato negociado com as 13 autarquias estipulava que mais de 60% das competências na área da Educação ficassem nos agrupamentos de escolas, 30% nos municípios e menos de 10% no Ministério da Educação e Ciência (MEC).

Entre as competências que permaneciam no MEC figuravam as respeitantes à gestão do corpo docente e seu recrutamento por via dos concursos nacionais e a avaliação dos alunos, professores e escolas. Os agrupamentos continuariam a ser unidades orgânicas do MEC, mas a propriedade das escolas abrangidas passaria para os municípios depois de estar concluído o seu processo de reabilitação. As escolas que são propriedade da Parque Escolar seriam mantidas nesta empresa pública.

Embora obedecendo a normativos nacionais que continuarão a ser decididos pelo Ministério, as escolas juntamente com os municípios têm responsabilidades nas decisões sobre constituição de turmas, horários e o calendário escolar. Consagrou também uma "flexibilização curricular": as matrizes curriculares definidas pelo MEC têm de ser cumpridas, mas as escolas podem ajustar a oferta de disciplinas com base nas características e necessidades dos municípios (25% do currículo nacional pode passar a ser integrado por "componentes curriculares de responsabilidade local"). Estes contratos de educação e formação municipal tinham prevista uma duração inicial de quatro anos escolares, mas poderiam ser denunciados pelo Ministério, caso se verificasse um incumprimento dos compromissos assumidos, nomeadamente no que respeitava à melhoria do desempenho educativo (avaliada em quatro domínios: i) % de alunos que abandonam a escola (ou estão em risco); ii) classificação nos exames nacionais; iii) variação anual destes resultados; iv) taxa de retenção).

Não existindo qualquer exercício de avaliação que permitisse informar sobre o desempenho e sucesso relativo dos contratos assinados, foi decidido avançar com um amplo e abrangente processo de descentralização, de transferência de competências para os Municípios, no domínio da Educação.

Assim, com a publicação da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto) e do decreto-lei que concretiza essa transferência de competências no domínio da educação (Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro) são reforçadas as áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios conferindo-lhes, também, novas competências nas vertentes de planeamento, investimento e gestão no domínio da educação e regulando o funcionamento dos conselhos municipais de educação. A Carta Educativa e o plano de transporte escolar mantêm-se como instrumentos de planeamento, e é consagrada a participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação.

A transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais foi concretizada em 2019. Contudo, caso as autarquias não pretendessem/não estivessem preparadas para tal nesse ano, poderiam comunicar a não-aceitação da transferência de competências à DGAL, como foi o caso do Município de Benavente. Assim, apenas em abril de 2022 o Município de Benavente aceitou a transferência de competências.

1.5. Participação e protagonismo dos municípios

Atualmente, o quadro legislativo que enquadra a participação do poder local na Educação remete-o para um papel mais ativo e interveniente na dinâmica educativa e na administração e planeamento da Educação.

A Carta Educativa constitui um instrumento dinâmico e orientador que contribuiu decisivamente para o planeamento das políticas educativas, sociais e económicas do concelho de Benavente.

O Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro (tal como já ocorria no Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro), refere a obrigatoriedade da revisão da carta educativa sempre que existam alterações no reordenamento da rede educativa, como a criação ou encerramento de novos estabelecimentos educativos, ou sempre que esta fique em desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos. Caso estas premissas não se verifiquem, a periodicidade de revisão do documento deverá acontecer obrigatoriamente (de 5 em 5 anos, segundo o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro; de 10 em 10 anos, segundo o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro).

No fundamental, este documento tem como principal objetivo a formulação de uma proposta de reordenamento da rede educativa concelhia, que se considere mais adequada à procura previsível no

médio/longo prazo. A referida procura terá sempre em linha de conta as evoluções da política e a legislação respetiva, as oscilações da procura da educação e ensino bem como a necessidade de rentabilização do parque escolar existente.

Neste contexto, em termos estratégicos a revisão da Carta Educativa visará o redimensionamento da rede educativa de Benavente que permita aos responsáveis concelhios desenvolver uma atuação que promova a melhoria generalizada da educação, do ensino, da formação e da cultura da população do concelho e tendo como objetivos gerais:

- Adequação das ofertas de ensino, educação e formação à procura efetiva, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos;
- Caracterizar a rede de equipamentos de educação, ensino e formação profissional de âmbito público e privado;
- Detetar e corrigir as assimetrias relacionadas com a localização dos estabelecimentos de ensino públicos, garantindo dessa forma uma distribuição equilibrada no território, bem como as necessidades de construção de novos equipamentos e a reconversão e adaptação dos equipamentos existentes;
- Selecionar os critérios de programação e redimensionamento mais adequados à realidade atual e às necessidades específicas do município, assegurando que a rede pública de ensino pré-escolar, básico, secundário e de formação profissional esteja efetivamente adequada à legislação em vigor e aos objetivos da política educativa municipal;
- Garantir a igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens de forma a atenuar desigualdades e assimetrias;
- Fomentar a articulação e a complementaridade entre a educação a formação e o mercado de trabalho;
- Consolidar os processos de articulação e interação da autarquia com a comunidade educativa, nomeadamente, pais e encarregados de educação, associações de pais, professores, direções de agrupamentos e funcionários;
- Contribuir para o combate ao absentismo e abandono escolar.

Neste quadro de referência, parece indubitável que deverá continuar a caber à autarquia manter e estimular a ligação entre a Educação, a Cultura, a Comunidade e o Desenvolvimento Local Sustentado, continuando a assumir essa prioridade e estratégia durante os próximos anos. De igual modo, é neste sentido que a Revisão da Carta Educativa deverá traduzir-se, no seu enquadramento e propostas, como um instrumento dinâmico e orientador das políticas educativas, mas em complementaridade e com um papel fundamental na prossecução das políticas sociais e económicas no concelho.

Conforme referenciado anteriormente, a elaboração da Revisão da Carta Educativa emerge num contexto em que as relações entre a Escola, a Comunidade e o Poder Local se assumem como um dos novos desafios com que se depara a educação (de que é exemplo paradigmático a implementação do PAE). O próprio conceito de “Educação”, tem evoluído e não se limita a ser entendido como um processo de formação inicial onde os conhecimentos adquiridos se assumem como património cognitivo suficiente para o cabal desempenho dos

vários papéis a cumprir durante a vida. Neste sentido, impõe-se como novo desafio à escola atual, a partilha de responsabilidades e solicitações decorrente do aumento crescente das competências e da sua complexidade, estabelecendo-se alianças e parcerias entre as várias entidades que intervêm nos mesmos espaços educativos e na sua envolvente próxima.

É neste contexto que cada vez mais o tempo educativo se distingue do tempo escolar, este último progressivamente entendido como uma parcela do tempo de formação. Os diversos e contínuos desafios exigem uma educação permanente ao longo da vida, disputando o espaço escolar a sua influência educativa com outros espaços, reais (casa, local de trabalho ou lazer) ou virtuais, possibilitados pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

A Educação passou a ser entendida como um apelo constante à diversificação de espaços, modalidades e meios de ensinar e aprender, reconhecendo-se a importância da educação inicial e a de adultos, a complementaridade entre a educação formal, não-formal e informal e a necessidade de romper o “isolamento” da educação, através da sua vinculação a outros domínios fundamentais do desenvolvimento, como o social, cultural, ambiental e económico.

Por outro lado, a nova sociedade educativa, progressivamente centrada na multiplicação de redes de informação e de intervenção, permite pensar e agir simultaneamente ao nível global e local, recuperando antigas complicitades e afinidades de vizinhança. A Educação passa a abrigar uma dimensão social que diz respeito a todos os atores económicos, sociais e políticos uma vez que é cada vez mais um fator privilegiado, ao serviço do desenvolvimento sustentado da sociedade.

Assim, a Educação deve ser encarada como a principal condição do progresso humanizado das comunidades e da promoção da qualidade de vida das pessoas, colocando a escola no centro da ação ao nível das políticas educativas municipais.

Parece evidente a necessidade de melhorar a qualidade da educação básica criando uma cultura de iniciativa, responsabilidade e cidadania ativa, de expandir e diversificar a formação dos jovens apostando na qualificação das novas gerações. A Escola deve ser entendida como espaço de relação, de aquisição de conhecimentos, de compreensão e respeito mútuos, bem como a congregação de esforços do Estado e da Sociedade Civil, pressupondo uma “convergência” com os Sistemas Educativos e Formativos.

Neste quadro de referência, o Município de Benavente tem vindo a apostar na Educação, assumindo-a como uma prioridade e concedendo à Carta Educativa, em complemento com outros referenciais municipais (Projeto Educativo Municipal) o papel de instrumento privilegiado para a definição e implementação das políticas educativas locais. Como no passado, no exercício de Revisão, o Município de Benavente assume um papel liderante, dinamizador e condutor do processo. Contudo, o seu papel como facilitador, potenciando novos/outros pontos de vista e gerando consensos, não o inibe de se constituir como um agente de mudança, lançando desafios, apontando respostas e soluções para as situações problemáticas diagnosticadas.

1.6. A Revisão da Carta Educativa ao serviço da definição e implementação da política setorial

A legislação que enquadra a Revisão da Carta Educativa é constituída por documentos legais de vários tipos, que refletem as transformações ocorridas nas últimas décadas no Sistema Educativo Português, tendo em

vista a adequação e aproximação às tendências organizacionais que têm atravessado os Sistemas Educativos Europeus nos anos mais recentes, nomeadamente aqueles com os quais tem maiores afinidades culturais.

Dada a natureza do Sistema Educativo Português, influenciado por um conjunto de reformas significativas após a década de 70, estas transformações foram lentas, por vezes têm evoluído de forma contraditória entre si, e nem sempre respondendo eficazmente aos seus principais objetivos. Acresce ainda o facto de a legislação com implicações ao nível do Sistema Educativo ser frequentemente resultante do cruzamento de competências executivas e legislativas de diversas origens, que refletem consensos nem sempre concretizáveis de forma rápida e eficaz.

Conforme explanado, uma das mudanças mais significativas tem sido o crescente protagonismo das autarquias locais enquanto parceiros e responsáveis por vários níveis do sistema educativo. Tem-se registado um significativo aumento das competências dos órgãos municipais, nomeadamente na definição das políticas educativas do concelho, na organização e gestão da educação pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, na gestão de pessoal não docente, nos transportes e apoio social escolar e, também, nas próprias tarefas de organização e ordenamento dos territórios educativos.

O Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, num primeiro momento, e o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, atualmente, visam enquadrar e responder a estas situações, transferindo efetivamente competências relativamente aos Conselhos Municipais de Educação (órgão essencial de institucionalização da intervenção das comunidades educativas ao nível do concelho) e relativamente à elaboração da Carta Educativa (instrumento fundamental de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino). Em termos complementares, estes diplomas regulamentam as competências na área da realização de investimentos por parte dos municípios, nos domínios da construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação (fundamentais para enquadrar o quadro de elegibilidades aos principais instrumentos financiadores) referindo-se, ainda, à gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e ensino.

No que respeita à Carta Educativa, conforme expresso anteriormente, o diploma legal (Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro) define-a “como o instrumento, ao nível municipal de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município”.

Neste contexto, o planeamento da rede educativa pressupõe uma visão integrada e integradora da Escola, não só no plano interno da organização, mas também ao nível da gestão de recursos e práticas, e das relações com a comunidade. Nesta perspetiva, a Revisão da Carta Educativa deve continuar a visar a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e o cumprimento dos grandes objetivos da Lei de Bases do Sistema Educativo:

- Prever uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da rede educativa, colocadas pela evolução da política educativa e pelas oscilações da procura da educação, rentabilizando o parque escolar existente;
- Caminhar no sentido de um esbatimento das disparidades locais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspetiva de adequação da rede educativa às características locais, assegurando a coerência e racionalização dos recursos.

De igual modo, a Revisão da Carta Educativa de Benavente é um instrumento fundamental de planeamento, que permite aos responsáveis desenvolver uma atuação estratégica e informar a decisão, no sentido de:

- Orientar a redefinição do Sistema Educativo em função do desenvolvimento económico e sociocultural do Município de Benavente;
- Evitar ruturas e inadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico;
- Tomar decisões relativamente à construção de novos equipamentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque escolar, otimizando a funcionalidade da rede existente e a respetiva expansão;
- Definir prioridades, otimizando a utilização dos recursos consagrados à educação e a sua complementaridade com recursos de outras áreas do desenvolvimento sustentado concelhio.

Tendo como referência o conceito de território educativo, entendido como o espaço geográfico onde deve ser assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória (DAPPP, 2000), importa promover o desenvolvimento de estruturas que viabilizem a integração dos diferentes ciclos do ensino básico, da educação pré-escolar à secundária, procurando atingir objetivos como: i) desenvolver uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar dos alunos; ii) racionalizar, rentabilizar e melhorar a qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado.

A operacionalização do conceito de território educativo procura articular duas vertentes fundamentais – pedagógica e de ordenamento do território. Relativamente à vertente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos diversificados, através do funcionamento em rede de estabelecimentos (onde será essencial o conceito de escola nuclear que inclua recursos físicos e humanos especializados) ou da sua concentração num número reduzido de estabelecimentos. No que diz respeito à vertente de ordenamento do território deverá procurar-se responder às novas tendências de organização do território.

Os princípios atrás referidos remetem-nos para o conceito de escola nuclear que congrega recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio, quer quanto a instalações quer quanto à dinamização pedagógica. Em face da organização atual do sistema educativo e da tipologia de estabelecimentos atualmente existentes, as escolas nucleares são geralmente Escolas Secundárias; Escolas Básicas 2,3; Escolas Básicas Integradas ou EBI/JI (Escolas Básicas Integradas com Jardim de Infância).

O quadro legal em vigor reforça estes princípios orientadores ao assinalar que a Carta Educativa deve criar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

Neste sentido, definir a rede educativa consiste na “configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em atividades escolares, afetos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”, nomeadamente os que dizem respeito a uma utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas, no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino a todas as crianças e alunos.

Trata-se de uma visão para a programação e planificação da rede de equipamentos educativos, que procura incorporar as novas metodologias e princípios do planeamento estratégico ao domínio da educação, entendendo-se, assim, a Carta Educativa numa dupla vertente. A um tempo, trata-se de um produto,

temporalmente concretizado, que procura consubstanciar a política educativa dos diferentes níveis da administração num dado território (o município). A outro tempo, a Carta Educativa deve ser encarada como um processo, em permanente avaliação e atualização, no quadro das transformações territoriais e socioeconómicas no Município assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional.

Em termos gerais a realização das Revisões das Cartas Educativas, deve ter como elemento fundamental e enquadrador a atual Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, com alterações posteriores), nomeadamente naqueles princípios gerais que possam ter implicações no seu conteúdo.

Assim, o atual quadro legislativo define como objetivo a escolaridade obrigatória de 12 anos e organiza a escolaridade básica em três ciclos (1º ciclo de quatro anos, 2º ciclo de dois anos e 3º ciclo de três anos). Acresce ainda a educação pré-escolar (dos 3 anos aos 5 anos de idade) e o nível secundário (do 10º ano de escolaridade ao 12º ano de escolaridade). Esta organização educativa, aliada à progressiva generalização da frequência da educação pré-escolar a todas as crianças teve implicações no planeamento da rede escolar, nas últimas duas décadas.

Foram assim criadas as condições para o aperfeiçoamento progressivo de um conjunto de tipologias de escolas relacionadas com essa estruturação do sistema educativo, baseado em critérios que indicam que ao ensino básico e ao ensino secundário devem corresponder edifícios diferentes. Indiciam ainda orientações de que os estabelecimentos do ensino básico podem agregar mais de um ciclo e incluir salas de jardins-de-infância, favorecendo a flexibilidade dos estabelecimentos de educação e ensino, em conformidade com a evolução da procura escolar. Dá ainda resposta à procura de generalização progressiva do acesso à educação pré-escolar e ao alargamento da frequência do ensino secundário e do acesso ao ensino superior.

Outra consequência foi a progressiva territorialização das políticas educativas, que reconhece quer a escola como um local central de gestão quer a comunidade local como um parceiro essencial na tomada de decisões de política educativa e a gestão da educação (questão da sociedade que envolve, além do Estado, todos os parceiros sociais, permitindo e incentivando, entre outros aspetos: a descentralização de competências e valorização da inovação ao nível local e da ligação da educação e da formação aos seus territórios geográficos e sociais). Neste contexto insere-se a organização dos territórios educativos em agrupamentos verticais de escola que têm em vista que quem frequenta o ensino público possa iniciar e completar a escolaridade obrigatória num mesmo agrupamento de escolas e, simultaneamente, criar condições de gestão mais racional e eficaz dos estabelecimentos e dos recursos de ensino.

1.7. Determinantes da procura de equipamentos educativos

Atualmente é unanimemente reconhecida a importância de dotar o país e os Municípios de melhores condições de atratividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, o que abrange intervenções ao nível da dotação de equipamentos coletivos, por serem essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

Compreende-se, portanto, a forte pressão para a manutenção de elevados níveis de investimento na dotação de novos equipamentos e na requalificação dos existentes. No entanto, a necessidade em acautelar a respetiva sustentabilidade económica e financeira coloca cada vez mais a tónica na equidade de acesso e utilização dos indivíduos aos equipamentos coletivos. Trata-se assim de promover, a um tempo, uma oferta espacialmente diferenciada em função de necessidades igualmente distintas e, a outro, uma oferta semelhante em territórios com carências idênticas. Deste modo, deve igualmente conferir-se aos equipamentos educativos uma

componente que se estende para lá da sua funcionalidade, fomentando a sua integração e priorizando o seu papel numa rede mais ampla de equipamentos que concorrem para o reforço da coesão social e territorial.

Na qualidade de fatores de diferenciação das particularidades e carências dos territórios importa destacar essencialmente dois fatores:

- Os comportamentos demográficos do concelho, importando conhecer o perfil populacional prevaemente (e da sua envolvente próxima, pela sua capacidade de atração pendular), bem como as estimativas populacionais para os diferentes horizontes temporais de referência e a evolução dos quantitativos de grupos específicos, nomeadamente dos grupos etários alvo (as crianças e os jovens, que integram cada um dos níveis de ensino);
- As dinâmicas socioeconómicas do concelho, o que contempla o desempenho macroeconómico, atual e prospetivo (capacidade polarizadora de emprego sub-regional), aferido com recurso à inserção no mercado de trabalho e aos fenómenos da exclusão social, com base nos deficits de qualificação e formação.

Contemplando estas duas dimensões de análise, as variáveis que determinam a evolução da procura educativa e, subsequentemente, a procura dos equipamentos e serviços educativos constituem as determinantes da procura. Cada uma destas determinantes da procura revela problemas específicos, assumindo-se como fatores estruturantes a contemplar no exercício de programação.

Na análise das dinâmicas demográficas, no concelho de Benavente, assume particular centralidade o aumento populacional (acréscimo de população residente), no decurso das últimas décadas. O aumento das faixas etárias mais jovens e o incremento dos jovens casais em idade fértil (com conseqüente aumento das taxas de natalidade e fertilidade), tem gerado fortes modificações na estrutura da população, o que se reflete diretamente nos padrões de procura educativa orientados para os públicos-alvo que apresentam correspondência direta com os grupos etários mais jovens. Registe-se que a programação de equipamentos educativos norteados para esta população se encontra “facilitada”, na medida em que a sua concordância com grupos etários permite a realização de exercícios de projeções demográficas, possibilitando assim estimar, com menores margens de erro, a evolução e o destes quantitativos populacionais.

A análise das dinâmicas socioeconómicas encontra-se fortemente associada ao comportamento macroeconómico e aos impulsos e predisposição da iniciativa privada, com reflexos na criação de emprego e uma maior inserção no mercado de trabalho de jovens ativos. Nos últimos anos, observa-se uma inversão das tendências negativas, associadas a constrangimentos de caráter estrutural, tais como os baixos níveis de escolaridade na estrutura de qualificações da população ativa. A intensificação do esforço de escolarização, relativamente célere, tem permitido a geração de emprego qualificado, embora se continue a registar um agudizar da desigual distribuição da riqueza, com um aumento considerável do fosso entre os detentores de melhores salários (mais qualificados) e aqueles que estão à margem/em dificuldade no sistema económico, em situação de desemprego ou com emprego precário (com menores níveis de formação e qualificação).

1.8. Objetivos e desafios

A Revisão da Carta Educativa reveste-se da maior pertinência, não só pela relevância da mesma no planeamento e gestão do território, mas sobretudo atendendo às especificidades territoriais e rápidas

transformações económicas e sociais registadas recentemente, marcando incontornavelmente o quadro de vida dos municípios de Benavente.

Conforme consagrado no normativo enquadrador, o processo de Revisão deve obedecer aos princípios, objetivos e estrutura que nortearam a elaboração da Carta. Contudo, o exercício de Revisão assume uma dimensão ambiciosa que se sustenta em quatro desafios principais:

- Manutenção/incremento da qualidade. A Carta Educativa vigente, enquanto exercício com reconhecida qualidade técnica e científica, permitiu a tomada de decisão informada;
- Compatibilização do cumprimento da lei com uma dimensão inovadora que projete uma maior integração intersectorial. Mantendo a arquitetura programática (estrutura, conteúdos, ...), assumiu-se este exercício de 2ª geração enquanto oportunidade para introdução de conceitos/abordagens inovadoras e fomentadoras de uma maior integração de diferentes políticas públicas;
- Garantir eficácia à monitorização/avaliação. A Carta Educativa, enquanto instrumento flexível e de apoio à tomada de decisão informada, deve possuir uma plataforma de monitorização, com fácil acesso e com informação base (crítica) regularmente atualizada;
- Mobilização dos atores-chave. Despoletar um debate alargado sobre o Sistema Educativo no Município e gerar um compromisso para a ação. Momento oportuno para gerar consensos e ponderar mudanças (novas respostas a desafios e problemas existentes/emergentes).

De modo a superar estes desafios, apontam-se algumas das dimensões inovadoras que se associaram ao processo de elaboração:

- Exercício amplamente participado e suportado em ferramentas tecnológicas. As ferramentas metodológicas são, sobretudo, de base tecnológica e intuitivas, facilitadoras da mobilização dos agentes e da sistematização de informação volumosa (inquéritos, plataforma de monitorização, ...).
- Abordagem holística e multidimensional. Uma abordagem multidimensional do Sistema Educativo, que permite potenciar o papel da Educação nas políticas públicas e fomentar uma maior integração intersetorial, relevando dimensões como a eficiência energética, a inclusão social, a refuncionalização /complementaridade de espaços, as causas do insucesso e abandono escolar, ...;
- Alargamento do perímetro do objeto. Ampliação da caracterização física e funcional dos equipamentos, bem como das propostas de intervenção na rede escolar, a todos os níveis de ensino. Procura de potenciar complementaridades e articulações com as restantes redes (privada, solidária, profissional) e estabelecer comparações que permitam enquadrar e suportar opções de melhoria das condições da rede pública num contexto de robustecer as relações inter-redes;
- Utilização de modelação matemática para as estimativas de procura potencial. Utilização do Modelo Cohort-Survival aberto, para a análise prospetiva da evolução da procura. Calibração do exercício de cenarização com as opções de política económica e urbana previstas;
- Recurso a informação de síntese. Circunscrever o diagnóstico a informação que releve o contexto de partida (existente e emergente), focando o instrumento nas dimensões estratégicas, de intervenção e monitorização.

1.9. Metodologia de trabalho

O processo de trabalho adotado, sustentado numa multiplicidade coerente, sequencial e integrada de abordagens e ferramentas metodológicas, assume um papel determinante para a prossecução dos objetivos e o sucesso dos resultados gerados.

Neste quadro, o Roteiro Metodológico desenhado estrutura-se em fases sequenciais, por sua vez subdivididas em etapas. Cada uma destas etapas visa responder a objetivos precisos e claramente identificados. Para os alcançar, foram realizadas diversas ações, através da aplicação de metodologias específicas. O progresso destas tarefas foi também temporalmente organizado, de forma a incrementar sinergias, elevar os níveis de eficácia e produzir ganhos de racionalidade.

Por outro lado, o exercício, temporalmente contemporâneo da Revisão do PDM, representou uma oportunidade para estimular um amplo debate sobre o papel central e estratégico do Sistema de Educação e de formação local no âmbito de um processo de desenvolvimento sustentado e multidimensional, fomentador da competitividade económica, da sustentabilidade ambiental e da coesão social e territorial no Município.

Concomitantemente, foi possível promover um instrumento gerador de compromissos para a ação que envolve um amplo conjunto de entidades com responsabilidades, diretas e indiretas, no domínio da Educação, concorrendo para garantir a exequibilidade e enquadrar as elegibilidades/responsabilidades das intervenções preconizadas nos instrumentos financeiros de apoio disponíveis.

Neste quadro, foram adotadas e potenciadas as premissas que anteriormente, no âmbito da elaboração da Carta Educativa, tinham suportado o processo. O exercício de Revisão foi, assim, amplamente:

- Participado, estimulando e incentivando, por diversos meios, a participação dos agentes educativos (por exemplo, entrevistas semiestruturadas);
- Co-construído, vertendo o contributo ativo dos agentes educativos, dos diversos departamentos municipais com atribuições e competências em dimensões complementares e de apoio ao Sistema Educativo;
- Mobilizador, potenciando a participação de atores estratégicos, através do desenvolvimento de diversas ferramentas e espaços de partilha de opiniões e reflexões, contribuindo para conhecer vontades e ambições e atrair recursos.

O Roteiro Metodológico contemplou duas fases: uma primeira fase de revisitação do diagnóstico (territorial e setorial) numa abordagem prospetiva, uma segunda de (re)definição da estratégia, do programa de intervenções e de garantir um processo de monitorização e avaliação regular da Carta Educativa.

Numa etapa preliminar procedeu-se a uma avaliação global do documento (Carta Educativa), nomeadamente no que respeita à prossecução dos objetivos e do conseqüente grau de execução das propostas, bem como da pertinência e atualidade das propostas não executadas. Estas considerações iniciais procuraram, assim, refletir sobre as grandes linhas orientadoras que presidiram à estruturação das propostas consignadas nos documentos, bem como a situação da rede escolar no concelho, nos anos letivos em causa (sobretudo em 2006-2007), que suportaram algumas das decisões/opções assumidas e, em função da evolução verificada na rede e na procura, da adequação e oportunidade de proceder a reajustamentos e reorganização da rede.

Esta primeira abordagem permitiu ainda detetar eventuais fragilidades ou constrangimentos, limitadores ou potenciadores da execução, que potencialmente se poderiam revestir de fulcral importância para a operacionalização do “novo” programa de intervenção.

Assim, para além da revisitação/avaliação destes documentos, a primeira fase dos trabalhos, de contextualização e diagnóstico prospetivo, compreendeu quatro etapas principais. Uma primeira centrada no enquadramento geral do Município, em termos territoriais (inserção geográfica, sistema urbano municipal, demografia e base económica e social) e setoriais (diversas variáveis educativas). Uma segunda, focada na caracterização e diagnóstico da oferta (rede de equipamentos), uma terceira, direcionada para a caracterização da procura atual e potencial (incluindo cenários prospetivos de procura por nível de ensino) que procura relevar visões parcelares e as grandes conclusões e orientações para a abordagem estratégica.

Etapa	Metodologias específicas (principais)	Produto/Capítulo
Enquadramento geral do processo e do Município	<ul style="list-style-type: none"> • Recolha e análise de informação de fontes documentais, estatísticas e cartográficas: seleção e recolha de informação documental, estatística e cartográfica considerada essencial para os objetivos da tarefa. Foram privilegiadas fontes de informação oficiais (INE, outros organismos estatais e da UE, Município de Benavente); • Recolha e análise documental: seleção, recolha e análise de documentos estratégicos e estudos produzidos recentemente e considerados relevantes para compreender as mudanças em curso no território e para identificar alterações ocorridas nas políticas públicas (sobretudo setorial), com impacto na definição estratégica e nas opções/propostas de intervenção. 	“Contextualização Geral” e “Quadro de Referência Territorial”
Caraterização e diagnóstico da oferta (rede de equipamentos), por níveis de ensino	<ul style="list-style-type: none"> • Recolha e análise de informação estatísticas: seleção e recolha informação estatística considerada essencial para os objetivos da tarefa, junto do Município de Benavente, Agrupamentos de Escolas, Escolas Profissionais, Estabelecimentos da Rede Privada e Solidária. • <i>Web Survey</i>: o diagnóstico da oferta foi suportado nos resultados de um inquérito online dirigido às escolas (rede pública, privada, solidária, profissional). Aplicação de inquéritos por questionário a todos os equipamentos que constituem a rede educativa de Benavente (online). O inquérito, desenvolvido numa aplicação web e difundido através de mailing lists serviu para obter informação quantitativa e qualitativa relevante, nomeadamente no que respeita à cobertura da rede, concretamente a taxa de ocupação dos equipamentos, a distribuição geográfica dos mesmos por diversas tipologias, bem como outras dimensões complementares importantes (transportes, rede viária e de mobilidade suave, ...); • Fichas técnicas por equipamento: constam, por exemplo, a tipologia de edifício, dimensão, oferta de educação e ensino, nível/taxa de ocupação, ano de criação, recursos humanos existentes, tipologia de instalação, estado de conservação 	“Caracterização e Diagnóstico da Oferta”

Etapa	Metodologias específicas (principais)	Produto/Capítulo
	(edifício e infraestruturas), oferta de serviços, recursos/atividades e espaços complementares, condições de higiene, segurança e saúde/conforto, condições de acesso, consumo/eficiência energética.	
Caraterização da procura atual e potencial	<ul style="list-style-type: none"> • Recolha e análise de informação estatísticas: seleção e recolha informação estatística considerada essencial para os objetivos da tarefa, junto do Município de Benavente, Agrupamentos de Escolas, Escolas Profissionais, Estabelecimentos da Rede Privada e Solidária. • <i>Web Survey</i>: o diagnóstico da oferta foi suportado nos resultados de um inquérito online dirigido às escolas (rede pública, privada, solidária, profissional). O inquérito, desenvolvido numa aplicação web e difundido através de mailing lists serviu para obter informação quantitativa relevante, nomeadamente no que respeita à procura existente e sua evolução recente (n.º de alunos inscritos por nível: pré-escolar, básico - 1º, 2º e 3º ciclos e secundário). • Elaboração de projeções demográficas/ estimativas da população escolar para os anos letivos de 2025-2026 e 2030-2031 - utilização do modelo de <i>cohort survival</i> aberto. As projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram desenvolvidas para as diversas freguesias do concelho, segundo um cenário tendencial. Nas freguesias em que as dinâmicas em curso assim o justificam, foram realizadas projeções para um outro cenário (expansionista/voluntarista). Com base nestes dados de projeção demográfica, foi construído um cenário prospetivo de procura educativa por idade e grau de ensino, num quadro de ensino obrigatório de 12 anos de escolaridade, até aos 18 anos. 	"Caracterização da Procura Atual e Potencial"

Assim, nesta primeira fase, na medida em que já tinham decorrido mais de 5 anos letivos sobre os dados de base utilizados na atualização/revisão da Carta Educativa, associado ao fato de algumas das dinâmicas demográficas e urbanas observadas recentemente, apontarem para transformações territoriais não plenamente consagradas na Carta Educativa, estabeleceu-se uma nova situação de referência, de suporte a um programa de intervenção eficaz e adaptado à realidade presente.

Assim, procurou refletir, entre outros, sobre: i) as tendências recentes e dinâmicas demográficas e urbanas emergentes; ii) a oferta de equipamentos complementares potencialmente a associar à rede educativa; iii) a evolução recente da oferta e procura educativa global no concelho; iv) a oferta e procura existente ao nível da rede de equipamentos profissional.

Posteriormente, executaram-se três etapas principais. Uma primeira sustentada nos desafios, princípios e objetivos que concorrem para a definição da matriz estratégica de intervenção. A segunda, que correspondeu à definição do plano de ação. A terceira, focada no modelo de monitorização.

Nestas etapas, foram expostos os desafios colocados à Revisão Carta Educativa, nomeadamente:

- Adoção de estratégias integradoras que maximizem sinergias e complementaridades;
- Vinculação a outros domínios fundamentais do desenvolvimento;
- Melhoria da qualidade da prestação de serviços;
- Equidade de acesso aos equipamentos;
- Incremento e qualificação da rede de equipamentos existentes;
- Atração de novos atores e reforço da integração e posicionamento do município à escala regional.

Foram, igualmente, definidos os princípios e critérios de planeamento da rede. Enquanto princípios orientadores do padrão territorial da rede, relevam por exemplo: organização, territorialização, proximidade, utilização mais eficiente dos recursos, centralidade/policentrismo, correção de desigualdades e assimetrias. Nestas etapas, foi definida a estratégia educativa para o concelho, concretamente a Estratégia de Intervenção, as Linhas Estratégicas, o Plano de Ação da Rede de Equipamentos Educativos.

Sistematizadas as principais propostas apresentadas e ponderadas as opções alternativas e/ou complementares, foi criado um Programa de Intervenção, que contempla um conjunto de projetos estruturantes, de maior dimensão financeira e impacte, bem como uma série de projetos complementares resultantes de intervenções ao nível do parque escolar já instalado (climatização, apetrechamento com material didático, racionalização energética, etc.). Esta componente teve como principal objetivo o estabelecimento de prioridades de ação no horizonte da Carta Educativa, de acordo não apenas com os objetivos que a Carta pretende alcançar, mas também com a afetação de recursos materiais inerentes à implementação das propostas da mesma.

Finalmente, assumindo que a Revisão da Carta Educativa do Município é um documento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado, correspondente a cerca de 10 anos letivos (2032/2033), mas simultaneamente é um instrumento flexível (diversas variáveis que poderão levar à necessidade de reajustamentos: reorientações do Sistema Educativo, disponibilidade financeira, dinâmicas demográficas, económicas, sociais, entre outras), contemplou-se um processo de monitorização e avaliação que inclui uma bateria de indicadores que permite efetuar a validação das opções tomadas, bateria essa que inclui uma vertente macro (indicadores de contextualização) e uma vertente micro (indicadores de acompanhamento e de impacte, nomeadamente da relação entre a oferta e a procura).

(página propositadamente deixada em branco)

2. Quadro de referência territorial

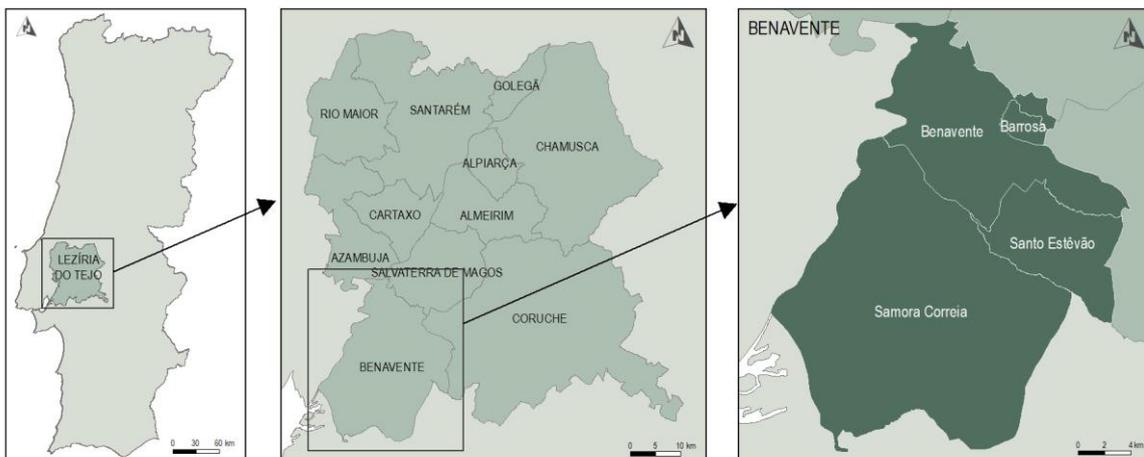
2.1. Rede territorial e urbana

2.1.1. O contexto regional

A Lezíria do Tejo, com uma área de aproximadamente 4.275 Km² e com cerca de 247 mil habitantes, constitui uma sub-região de média dimensão no contexto nacional e regional. Em termos de hierarquia urbana esta sub-região é dominada pela cidade de Santarém. O nível intermédio é desempenhado pelas cidades de Almeirim, Cartaxo, Rio Maior, Samora Correia e pelas vilas de Benavente e Coruche.

Estrategicamente situado na periferia imediata da Área Metropolitana de Lisboa e nos eixos de ligação aos polos de Lisboa, Setúbal e Évora, o concelho de Benavente situa-se na margem esquerda do Tejo, entre este rio e o Alentejo, integrando em termos mais vastos, a sub-região da Lezíria do Tejo; é ainda percorrido pelas zonas ribeirinhas do Sorraia e Almansor. Confina a norte com o Rio Tejo e o concelho de Salvaterra de Magos, a sul com os concelhos do Montijo, Alcochete e Palmela, a nascente com o concelho de Coruche e a poente, para além do rio Tejo em toda a sua longitude, com Vila Franca de Xira. É constituído por quatro freguesias.

Figura 7 – Enquadramento geográfico do concelho de Benavente



Fonte: Elaboração própria

As transformações recentes do sistema territorial e urbano da Lezíria do Tejo têm favorecido a emergência de dois tipos de dinâmismos. Por um lado, os processos de concentração inter e intra concelhios têm despoletado um crescente protagonismo territorial dos centros urbanos de pequena e média dimensão. Por outro, têm vindo a consolidar-se subsistemas territoriais e urbanos, sob a forma de eixos e conurbações, sustentados pelas principais vias de comunicação.

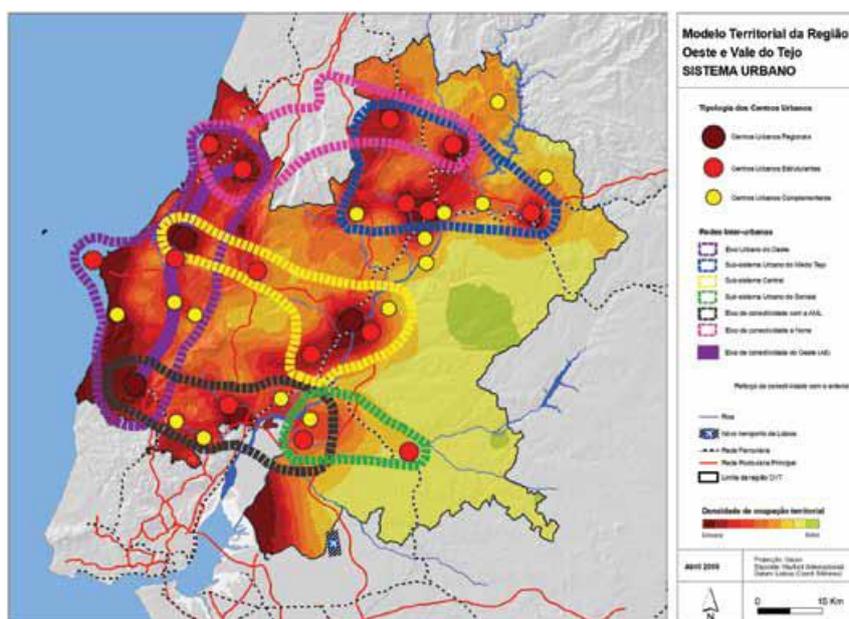
Relativamente ao primeiro aspeto, a vila de Benavente constitui um centro urbano estruturante no contexto regional, desempenhando algumas funções de âmbito supralocal, polarizando mesmo algumas áreas de municípios vizinhos, ainda que de uma forma pouco consolidada.

No que diz respeito aos subsistemas territoriais, importa destacar o subsistema do Sorraia, constituído por Benavente, Salvaterra de Magos e Coruche, com um potencial interessante de função de charneira entre subsistemas distintos e, em particular, entre a margem sul da AML e o Alentejo Central.

As orientações do PNPOT e do PROTOVT (Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo) para a componente da equipamentação territorial estão em estreita articulação com a modelação do sistema territorial e urbano, designadamente:

- a rede de equipamentos e serviços deve responder adequadamente à diversidade dos contextos territoriais, atendendo às características das estruturas sociais e económicas e aos níveis e tipologia dos problemas presentes e emergentes;
- o sistema urbano regional orienta a definição e a estruturação das redes de serviços, infraestruturas e equipamentos públicos de âmbito supramunicipal e regional, garantindo condições de equidade territorial em termos de cobertura e acessibilidade;
- a rede de equipamentos e serviços deve assentar em sistemas de articulação, de forma a dar coerência à oferta, rendibilizar recursos humanos e físicos e permitir uma melhor adaptação aos novos desafios da sociedade e da economia.

Figura 8 – Sistema Territorial e Urbano do Oeste e Vale do Tejo

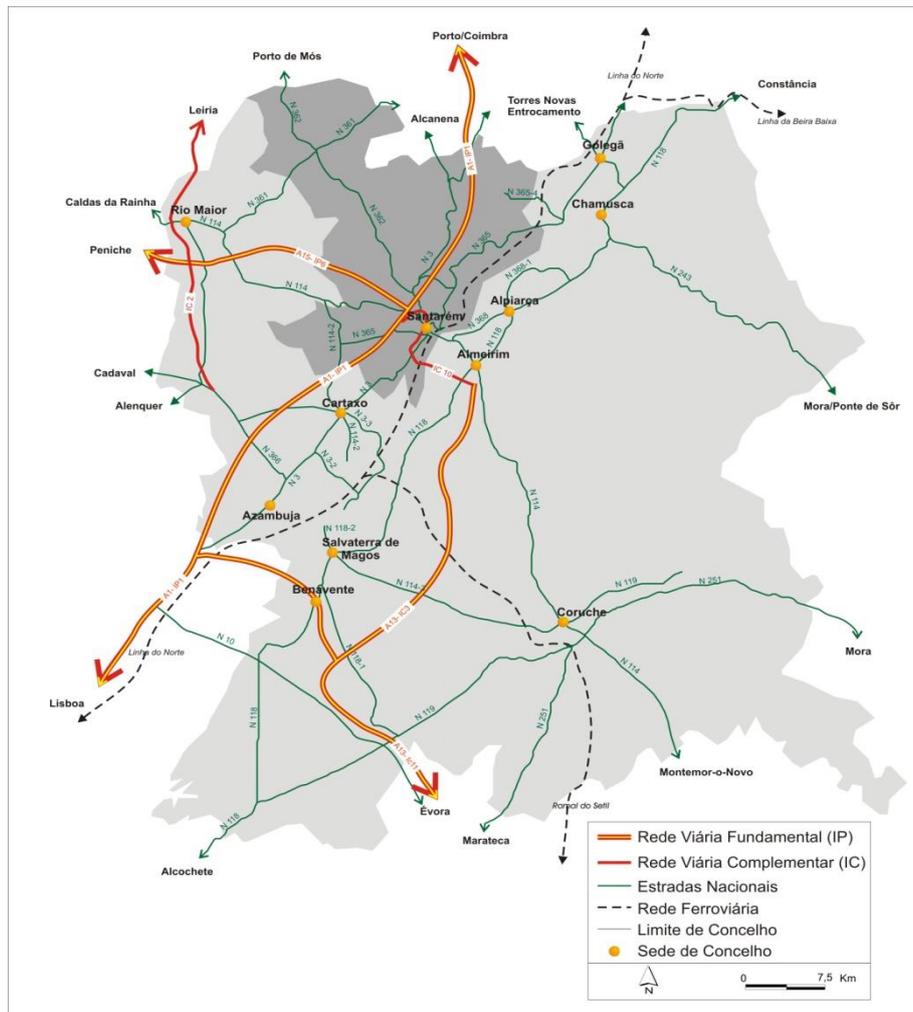


Fonte: CCDRLVT (PROT do Oeste e Vale do Tejo, 2009)

2.1.2. Transformações concelhias

O município de Benavente tem vindo a melhorar o seu sistema de acessibilidades, através do IC3/A13, que lhe permite efetuar uma rápida ligação à margem sul da AML e ao próprio Alentejo e Algarve e a Almeirim e Santarém, e do IC11/A10 que efetua a ligação ao Carregado e, por conseguinte, ao IP1/A1. Importa ainda destacar a EN 118 e a EN 10, que permite ao concelho o acesso à ponte sobre o Tejo em Vila Franca de Xira e ao Alentejo e sul do País, mas que apresenta graves problemas de congestionamento.

Figura 9 – Sistema de Acessibilidades do Concelho de Benavente e da Região



Fonte: Elaboração própria

As transformações económicas, sociais e culturais ocorridas nos últimos anos em Portugal introduziram, também, modificações relevantes na forma como as populações se distribuem pelo território. As linhas gerais do povoamento apontam para a concentração da população nos aglomerados de maior dimensão, em desfavor das áreas rurais de menor expressão demográfica.

No caso concreto do município de Benavente importa relevar o reforço do peso dos três principais núcleos urbanos: Benavente, Samora Correia e Porto Alto; de resto, assistiu-se mesmo a uma mudança de escalão de dois centros urbanos: Samora Correia ultrapassou o escalão dos 10 mil habitantes e Porto Alto ultrapassou o escalão dos 5 mil habitantes. Pelo contrário, assistiu-se a um ligeiro decréscimo da importância relativa dos pequenos aglomerados populacionais com menos de 2 mil habitantes.

Quadro 1 – Evolução da população residente segundo a dimensão dos lugares (%)

Ano	Unidade Territorial	Isolados	<1.999	2.000-4.999	5.000-9.999	>10.000
2001	Benavente	1,9	14,2	15,2	68,7	0,0
	Lezíria do Tejo	3,4	42,0	17,6	20,6	16,3
	Continente	2,8	41,9	9,2	7,8	38,2
2011	Benavente	1,0	13,6	0,0	45,8	39,6
	Lezíria do Tejo	3,0	39,7	13,7	18,2	25,4
	Continente	1,7	36,9	9,1	9,0	43,3

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

A análise da variação demográfica dos lugares com mais de 300 habitantes no concelho de Benavente permite evidenciar algumas características fundamentais do sistema de povoamento:

- A estrutura de povoamento é concentrada, verificando-se que menos de 15% da população reside em aglomerados com menos de 2 mil habitantes, o que constitui um ponto forte relevante;
- O sistema urbano é binucleado, com crescente protagonismo demográfico de Samora Correia e com maior peso funcional / administrativo de Benavente;
- Nos anos mais recentes tem vindo a consolidar-se uma pequena conurbação urbana entre Samora Correia e o Porto Alto com uma forte dinâmica demográfica, reflexo da sua proximidade com a AML.

O processo de revisão do PDM do município de Benavente, recentemente concluído, hierarquiza o sistema urbano do concelho em quatro níveis principais:

- Polos Urbanos de Nível 1 – Integra as áreas urbanas de Benavente e Samora Correia / Porto Alto, que correspondem aos principais centros do município, com dinâmicas sociais, urbanísticas, culturais e económicas, fortalecidas e expressas por uma elevada concentração e diversificação de funções urbanas;
- Polos Urbanos de Nível 2 – Integra as áreas urbanas de Santo Estêvão e Barrosa, que correspondem à evolução natural de núcleos rurais, caracterizados por um nível médio de infraestruturação, baixa densidade populacional e reduzido nível de funções urbanas, correspondendo a uma estrutura fragmentada com envolvimento rural e onde, tendencialmente, se irá programar a conclusão da execução faseada de infraestruturas, equipamentos e organização de espaços públicos;
- Polos Urbanos de Nível 3 – Integra as áreas urbanas de Vila Nova de Santo Estêvão e Vargem Fresca, que correspondem aos núcleos urbanos emergentes, perfeitamente integrados em meio rural, com boas acessibilidades, caracterizados por um elevado nível de infraestruturação e baixa densidade populacional, onde a organização dos espaços públicos e equipamentos se encontra definida e onde se evidencia uma harmoniosa relação urbana com o património natural e paisagístico envolvente;

- Polos Urbanos de Nível 4 - Integra as áreas urbanas de Coutada Velha, Foros da Charneca, Foros de Almada, São Brás e Aldeia do Peixe, que correspondem aos núcleos urbanos integrados em meio rural, sem uma estrutura urbana evidente, mas com uma forte relação entre a ocupação, a forma de vida e o espaço envolvente.

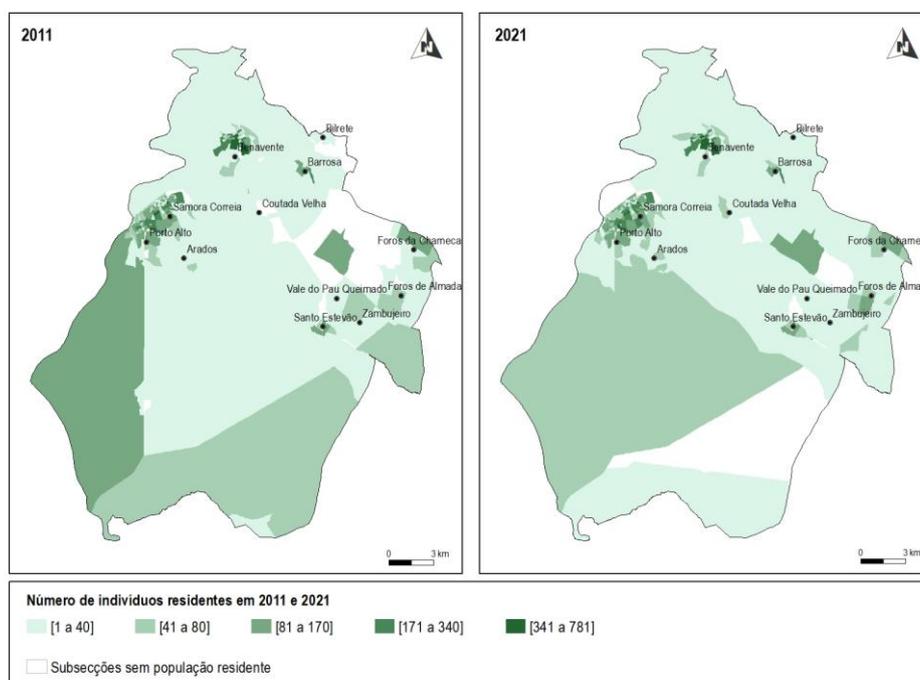
Quadro 2 – Evolução da População em Lugares com mais de 300 habitantes no Concelho de Benavente e Variação 2001-11

Unidade territorial	Lugar	Pop. 2001	Pop. 2011	Var. (%)
Benavente	Benavente	7.209	8.174	13,4
	Foros da Charneca	547	549	0,4
Barrosa	Barrosa	704	683	-3,0
Samora Correia	Samora Correia	8.771	11.502	31,1
	Porto Alto	3.534	5.109	44,6
Santo Estêvão	Santo Estêvão	939	1.085	15,5
	Foros de Almada	374	420	12,3

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

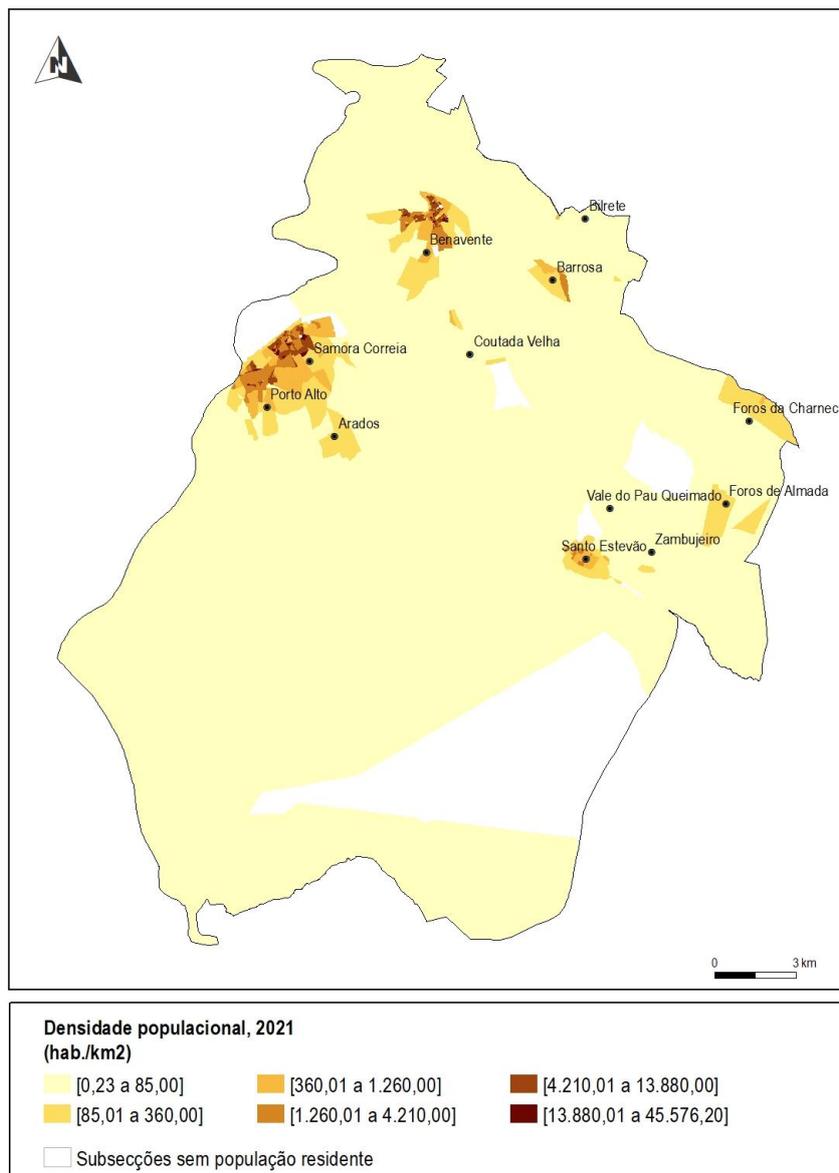
Os mais recentes dados resultantes do recenseamento populacional de 2021 espelham o acréscimo populacional na generalidade do concelho e o aumento da concentração da população, nomeadamente na sede de concelho e nos núcleos Samora Correia/Porto Alto, locais onde se atingem as maiores densidades.

Figura 10 – Indivíduos residente no concelho de Benavente 2011-2021 (n.º)



Fonte: INE (Recenseamento da População, 2011 e 2021-resultados provisórios)

Figura 11 – Densidade populacional em 2021



Fonte: INE (Recenseamento da População, 2021 -resultados provisórios)

2.1.3. Movimentos pendulares

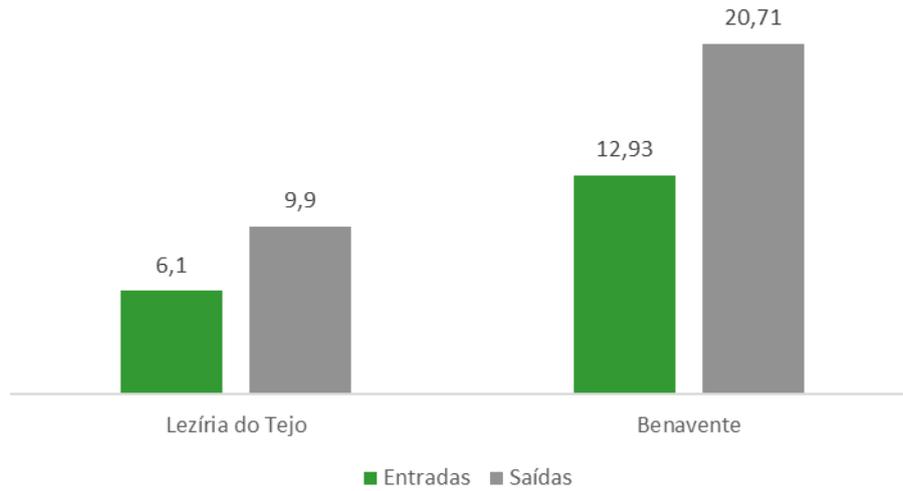
A separação entre o local de trabalho e a residência é uma das características mais relevantes da sociedade contemporânea. De facto, na atualidade, uma parte considerável da população ativa e estudantil residente no concelho de Benavente deslocava-se a outro concelho para exercer a sua atividade ou para estudar.

O incremento das deslocações casa-trabalho ganha cada vez mais relevância no território concelhio e regional, contribuindo, por um lado, para a redefinição das necessidades a satisfazer pelos sistemas de transporte e, por outro, para a identificação das relações de complementaridade que a procura de mão-de-obra impõe, enquanto fator produtivo territorialmente localizado.

Considerando o movimento de entradas e saídas de população ativa e estudantil, constata-se que em 2011 o saldo global para o município de Benavente era negativo (-2.011). Este facto traduz, fundamentalmente, a

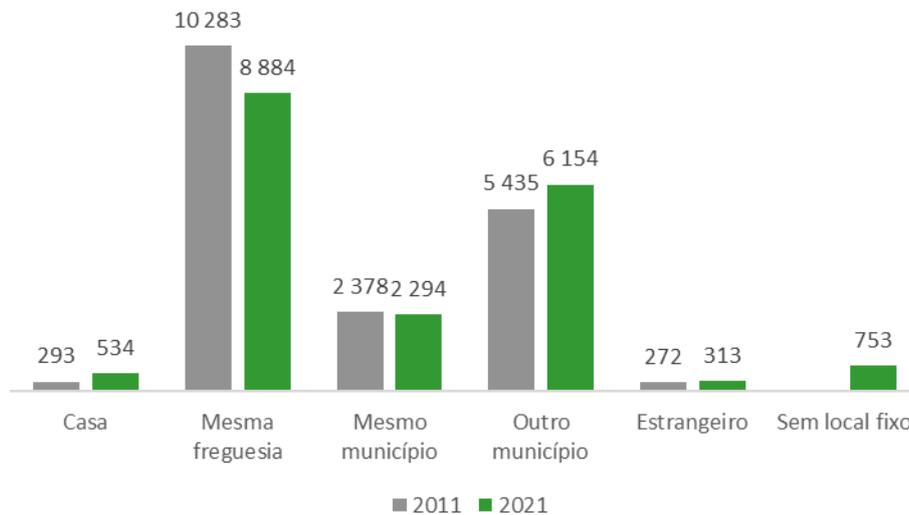
proximidade do município relativamente à Área Metropolitana de Lisboa, levando a que um número significativo de residentes no concelho (sobretudo os que residem na parte sul do concelho) exerça a sua atividade na maior aglomeração urbana nacional. Em 2021, o número de saídas foi de 6.467, mais 769 saídas que no ano de 2011, considerando a população trabalhadora e estudante. As saídas (20,71%) permanecem em maior proporção do que as entradas (12,39%), sendo que a duração média dos movimentos pendulares foi de 21,96 min.

Figura 12 – Proporção da população residente que entra e sai na unidade territorial (movimentos pendulares) (%), 2021



Fonte: INE (Recenseamento da População, 2021)

Figura 13 – População residente empregada ou estudante (n.º), por local de trabalho ou estudo, Benavente, 2021



Fonte: INE (Recenseamento da População, 2021)

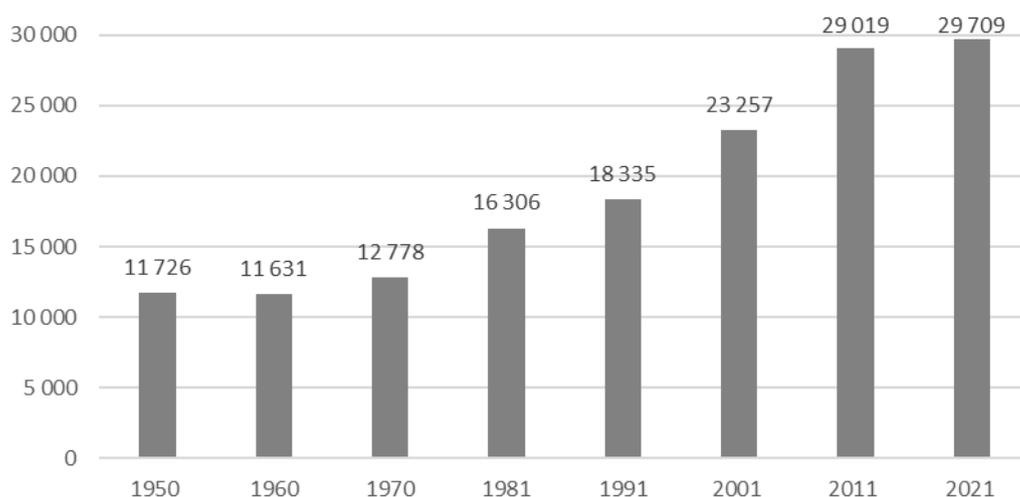
2.2. Dinâmica demográfica

2.2.1. Evolução populacional

O concelho de Benavente tem vindo a registar um crescimento populacional muito significativo ao longo dos últimos sessenta anos, tendo passado de cerca de 12 mil habitantes em 1950 para cerca de 30 mil habitantes em 2021. O crescimento tornou-se particularmente acentuado ao longo dos últimos vinte anos, tornando, deste modo, Benavente o segundo concelho mais populoso da Lezíria do Tejo (sendo apenas ultrapassado pelo município de Santarém).

Por conseguinte, o peso demográfico do concelho de Benavente na sub-região da Lezíria do Tejo aumentou consideravelmente (mais do que duplicou), tendo passado de 5,3%, em 1950, para 11,7%, em 2011, e 13%, em 2021. Assinale-se que Benavente foi o único concelho da Lezíria do Tejo a registar um incremento populacional no último período intercensitário (2,4%, entre 2011 e 2021).

Figura 14 – Evolução da população no concelho de Benavente entre 1950 e 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População

Uma análise demográfica desagregada para as duas últimas décadas permite detetar três comportamentos distintos:

- As freguesias de Samora Correia e de Santo Estêvão têm vindo a registar ritmos de crescimento demográfico assinaláveis (foram as duas freguesias que mais cresceram entre 2001 e 2011, de todas as 68 freguesias que constituem os onze municípios da Lezíria do Tejo); Samora Correia, com mais 575 residentes, entre 2011 e 2021, foi a que mais cresceu no último período intercensitário, mas a um ritmo bastante inferior (+3,4% de população residente);
- A freguesia sede de concelho registou também um crescimento demográfico considerável (cerca de 10%, entre 2001 e 2011; tendo continuado a crescer entre 2011 e 2021 (cerca de 2,2%).

- A freguesia de Barrosa acentuou o decréscimo populacional, tendo perdido 86 residentes, entre 2011 e 2021 (-12,0%).

Constata-se, assim, que se tem consolidado uma lógica de metropolização do concelho, reforçando-se a sua lógica bipolar, entre as freguesias de Samora Correia (sustentada pelo eixo Samora Correia- Porto Alto) e de Benavente.

Não obstante, o ritmo de crescimento concelhio ter abrandado fortemente entre 2011 e 2021, Samora Correia continua a ser das freguesias mais atrativas em termos populacionais, mas tem um crescimento ténue (+3,4%, entre 2011 e 2021, quando na década anterior tinha aumentado a sua população em 33,5%). Por sua vez, a freguesia de Santo Estêvão, a que teve o maior crescimento entre 2001 e 2011 (44,6%), tem agora uma variação populacional negativa (-0,5%). Como referido anteriormente, a freguesia sede de concelho apresenta igualmente uma variação populacional positiva (2,3%). A freguesia de Barrosa continua o processo de perda de população, de forma cada vez mais acentuada (-12,0% nesta década).

Outro indicador pertinente para a análise da evolução da população no concelho de Benavente prende-se com a densidade populacional. Deste modo, em 2021, verifica-se que os níveis de densidade populacional do concelho (cerca de 57 habitantes por km²) situam-se ligeiramente acima da média sub-regional e bastante inferiores à média nacional. De registar a maior densidade populacional da freguesia da Barrosa (dada a sua reduzida extensão) e o facto da maior freguesia do concelho – Samora Correia – ser também a mais populosa, conferindo-lhe uma densidade intermédia (55,1 hab./Km²).

Quadro 3 – Evolução recente da população no concelho de Benavente e densidade populacional

Unidade Territorial	População (2001)	População (2011)	População (2021)	Varição 2001-2011 (%)	Varição 2011-2021 (%)	Área Km ²	Densidade Populacional (2011)	Densidade Populacional (2021)
FR: Barrosa	739	725	638	-1,9	-12,0	7,2	101,0	89,0
FR: Benavente	8.311	9.174	9.385	10,4	2,3	130,4	70,3	72,0
FR: Samora Correia	12.826	17.123	17.698	33,5	3,4	321,4	53,3	55,1
FR: Santo Estêvão	1.381	1.997	1.988	44,6	-0,5	62,4	32,0	31,9
CC: Benavente	23.257	29.019	29.709	24,8	2,4	521,4	55,7	57,0
Lezíria do Tejo	240.832	247.453	235.861	2,7	-4,7	4.275,0	57,9	55,2
Continente	9.869.343	10.047.621	9.855.909	1,8	-1,9	89.088,9	112,8	110,6

Fonte: INE - Recenseamentos da População, 2001, 2011 e 2021

2.2.2. Comportamentos demográficos

Os fatores que têm estado subjacentes à dinâmica populacional do território nacional têm vindo a sofrer alterações consideráveis. De facto, se nos anos 60 e 70 a evolução demográfica era, em grande medida,

determinada pelas migrações internas e externas, já durante a última década é a componente do saldo fisiológico a principal responsável pelas alterações populacionais registadas nas unidades territoriais portuguesas.

No concelho de Benavente, à semelhança do que ocorreu entre 2001 e 2011, a taxa de natalidade também diminuiu entre 2011 e 2021, passando de 11,0‰ para 7,3‰, encontrando-se agora com uma taxa inferior à média do continente. O decréscimo da taxa de natalidade ocorreu na maioria dos concelhos da Lezíria do Tejo.

A taxa bruta de mortalidade que tinha registado um ligeiro incremento entre 2001 e 2011, consequência do aumento da proporção de idosos na população total, continua a aumentar em 2021, superando neste ano a taxa de natalidade, passando o concelho a apresentar um saldo fisiológico negativo. O aumento da taxa de mortalidade ocorreu em todos os municípios da Lezíria do Tejo.

Uma das transformações demográficas mais positivas do período pós-25 de Abril em Portugal prende-se com o decréscimo acentuado da taxa de mortalidade infantil (2,4 ‰, em 2021). Na Lezíria do Tejo verificou-se um retrocesso neste indicador, aumentando 0,5 pp entre 2011 e 2021. Em 2021, Benavente regista ocorrências de mortalidade infantil.

Quadro 4 – Evolução dos comportamentos demográficos (‰)

Unidade Territorial	Taxa de Natalidade			Taxa de Mortalidade			Taxa de Mortalidade Infantil		
	2001	2011	2021*	2001	2011	2021*	2001	2011	2021
Benavente	13,4	11,0	7,3	8,3	9,1	11,8	6,4	3,1	0,0
Lezíria do Tejo	10,0	8,3	7,2	12,4	11,7	14,8	3,7	2,4	2,9
Continente	10,8	9,1	7,7	10,1	9,8	12,1	4,8	3,1	2,4

Fonte: PORDATA
*Valor preliminar

2.2.3. Estruturas etárias

A quebra da natalidade reforçou a tendência, já anteriormente esboçada, para o envelhecimento da população, verifica-se que em todas as unidades territoriais em análise a percentagem de idosos aumentou.

De facto, no concelho de Benavente a percentagem de idosos com mais de 65 anos tem vindo a crescer de forma significativa, aumentado de 14,7%, em 2001, para 16,0%, em 2011, e para 19,7%, em 2021, valores, ainda assim, substancialmente mais baixos dos verificados na Lezíria do Tejo e no Continente.

Por acréscimo, a percentagem de jovens no total da população conheceu um comportamento inverso, diminuído em todas as freguesias. A freguesia da Barrosa (11,1%) é que tem menos jovens até aos 14 anos, com uma percentagem inferior à média regional e nacional, sendo que as restantes freguesias, embora com um comportamento recessivo, estão ainda numa situação demográfica melhor que a média regional.

Quadro 5 – Evolução da Estrutura Etária da População Residente (%)

Unidade Territorial	2001				2011				2021			
	0-14	15-24	25-64	65 ou +	0-14	15-24	25-64	65 ou +	0-14	15-24	25-64	65 ou +
FR: Barrosa	15,2	11,8	52,6	20,4	13,7	10,1	53,9	22,3	11,1	8,8	55,2	24,9
FR: Benavente	16,4	13,6	54,0	16,0	16,7	10,7	54,0	18,7	15,0	11,3	53,1	20,7
FR: Samora Correia	17,4	13,7	56,0	12,9	18,4	10,9	56,6	14,1	15,7	11,7	53,9	18,6
FR: Santo Estêvão	16,0	10,6	52,4	21,0	18,1	10,8	53,2	17,9	14,2	11,4	50,9	23,5
CC: Benavente	16,9	13,4	54,9	14,7	17,7	10,8	55,4	16,0	15,3	11,5	53,5	19,7
Lezíria do Tejo	14,1	13,1	53,0	19,8	14,7	9,6	53,7	22,0	12,9	10,3	51,0	25,8
Continente	15,8	14,2	53,5	16,5	14,8	10,7	55,2	19,3	12,8	10,5	53,0	23,7

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001, 2011, 2021)

Estas tendências evolutivas tiveram reflexos distintos na evolução do índice de envelhecimento em cada uma das unidades territoriais em análise. De salientar o comportamento da freguesia de Santo Estêvão que havia registado um decréscimo assinalável deste indicador, no período 2001/2011, e que em 2021 tem o segundo maior índice de envelhecimento do concelho (165,6). Barrosa persiste como a freguesia mais envelhecida com 223 idosos por cada 100 jovens. O censo de 2021 é o primeiro em que as freguesias de Samora Correia e Santo Estêvão, apresentam índices superiores a 100, ou seja, o número de jovens suplanta o número de idosos.

Na freguesia de Samora Correia, que apresentava o índice de envelhecimento mais baixo do concelho, em 2001 e 2011, continua com o valor mais baixo quando comparado com as médias das restantes unidades territoriais. Esta evolução é também observável em indicadores como no índice de dependência de idosos.

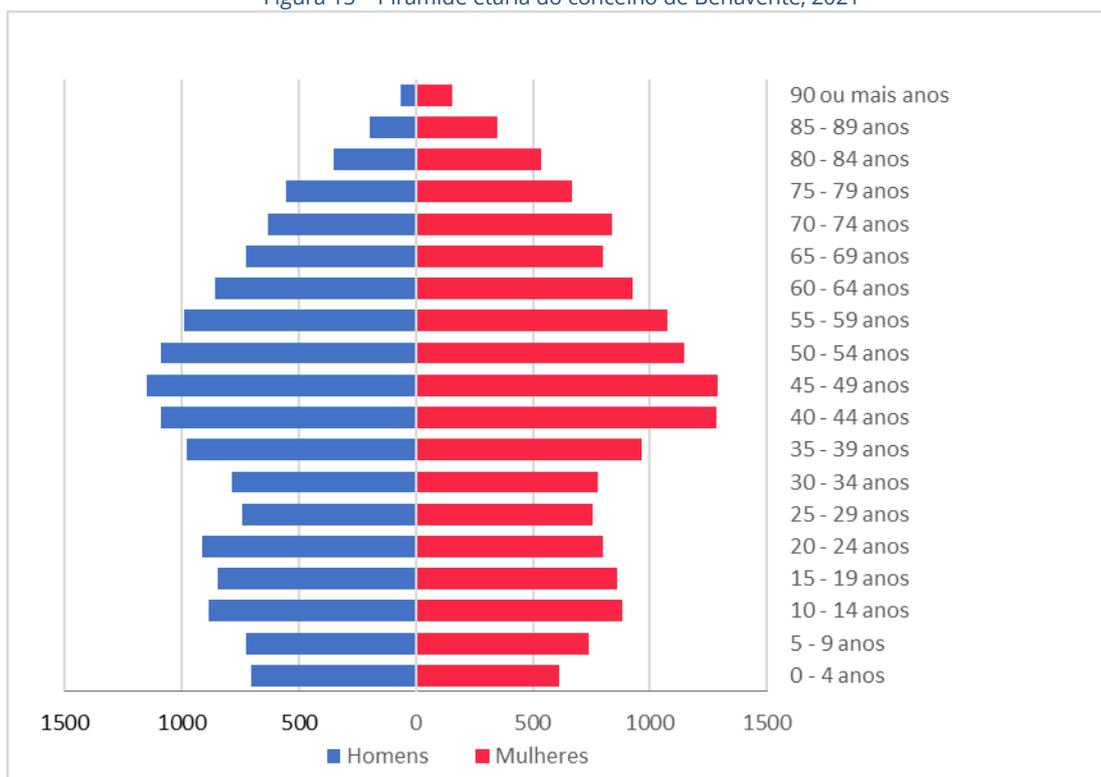
Quadro 6 – Evolução dos índices demográficos (n.º)

Unidade Territorial	2001				2011				2021			
	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.
FR: Barrosa	134,8	55,3	23,5	31,7	163,6	56,3	21,3	34,9	223,9	56,4	17,4	39,0
FR: Benavente	97,4	47,9	24,3	23,6	112,1	54,6	25,8	28,9	138,2	55,4	23,2	32,1
FR: Samora Correia	74,2	43,6	25,0	18,6	76,6	48,3	27,4	21,0	118,3	52,4	24,0	28,4
FR: Santo Estêvão	131,2	58,7	25,4	33,3	99,2	56,3	28,2	28,0	165,6	60,5	22,8	37,7
CC: Benavente	87,2	46,3	24,7	21,6	90,4	51,0	26,8	24,2	129,0	53,9	23,5	30,4
Lezíria do Tejo	139,8	51,3	21,4	29,9	150,4	58,0	23,2	34,8	199,6	63,0	21,1	42,0
Continente	104,5	47,7	23,3	24,4	130,6	51,6	22,4	29,2	184,6	57,5	20,2	37,3

I.E. – Índice Envelhecimento I.D.T. – Índice Depend. I.D.J. – Índice Depend. Jovens I.D.I. – Índice Depend. Idosos
Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001, 2011 e 2021)

A tendência global para o envelhecimento demográfico é notória na pirâmide etária do concelho de Benavente no ano de 2021. Com efeito, é visível o fenómeno de duplo envelhecimento, quer na base (devido à quebra da taxa de natalidade) quer no topo da pirâmide (devido ao aumento da proporção de idosos reflexo, em parte, do aumento da esperança média de vida). Ainda assim, constitui uma pirâmide com um peso muito significativo de população em idade ativa, com níveis de envelhecimento bastante inferiores aos registados noutros municípios da Lezíria do Tejo e do próprio Continente.

Figura 15 – Pirâmide etária do concelho de Benavente, 2021



Fonte: INE

2.3. Base económica e social

2.3.1. Níveis de instrução e qualificação

Nas sociedades contemporâneas os níveis de instrução e qualificação dos recursos humanos constituem uma das dimensões mais relevantes, contribuindo para uma maior coesão social e uma maior competitividade da base económica.

Ainda que subsistam carências consideráveis neste domínio em Portugal, têm vindo a registar-se progressos consideráveis. No concelho de Benavente constata-se que a taxa de analfabetismo continuou o seu decréscimo acentuado, tal como na Lezíria do Tejo e em Portugal. De resto, a taxa de analfabetismo apresenta valores próximos à média nacional e inferiores à média sub-regional.

Quadro 7 – Evolução da taxa de analfabetismo (%)

Unidade Territorial	2001	2011	2021
Benavente	10,2	5,3	3,3
Lezíria do Tejo	13,0	7,5	4,3
Continente	8,9	5,2	3,0

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

Ainda assim, é muito significativa a percentagem de população residente com níveis de instrução iguais ou inferiores ao ensino básico (cerca de 65%, em 2011 e de 57%, em 2021), sendo ainda pouco significativa a percentagem de população residente com o ensino superior: cerca de 12%, em 2011 e de 14,9%, em 2021, valor semelhante à média sub-regional, mas inferior à média nacional.

Quadro 8 – Níveis de instrução da população residente em 2021 (%)

Unidade Territorial	Nenhum	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Pós-Secundário	Ensino Superior
CC: Benavente	5,9%	19,5%	10,5%	21,1%	26,7%	1,4%	14,9%
Lezíria do Tejo	7,3%	24,0%	9,8%	19,2%	23,5%	1,2%	15,1%
Continente	5,8%	22,2%	9,4%	17,8%	23,6%	1,1%	20,0%

Fonte: INE (Recenseamento da População, 2021)

2.3.2. Níveis de atividade e de emprego

Durante a primeira década do séc. XXI a taxa de atividade não registou alterações significativas, registando-se uma tendência para um ligeiro decréscimo nas diversas unidades territoriais em análise, consequência, fundamentalmente, do envelhecimento demográfico. Esta tendência veio a confirmar-se em 2021, com uma taxa de atividade de 48,3, menos 4 pp do que em 2011.

Já no que se refere à taxa de desemprego, constata-se um incremento considerável em todas as unidades territoriais, consequência do período de crise económica iniciado em meados da década passada. No concelho de Benavente a taxa de desemprego aumentou de 7,4% em 2001 para 13,6% em 2011. Apesar da dinâmica industrial e logística do eixo urbano Benavente/ Samora Correia/ Porto Alto, a reestruturação do setor agrícola e a crise económica terá deixado no desemprego muitos recursos humanos pouco qualificados. Os dados mais recentes do Censo de 2021, mostram uma inversão da tendência, sendo que Benavente retorna aos valores de desemprego de 2001, com um valor inferior a 8%.

Quadro 9 – Evolução das taxas de atividade e desemprego (%)

Unidade territorial	Taxa de atividade			Taxa de desemprego		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Benavente	52,4	50,9	48,3	7,4	13,6	7,8
Lezíria do Tejo	48,1	46,6	44,7	8,1	12,7	6,8
Continente	48,4	47,6	46,6	6,9	13,2	8,1

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001, 2011 e 2021)

De facto, a subida no número de desempregados nas diversas unidades territoriais em análise, entre 2001 e 2011, foi exponencial. A título exemplificativo, constata-se que no concelho de Benavente o valor mais que duplicou no período de uma década, passando de 904, em 2001, para 2.012, em 2011. Por sua vez, no período 2011/2021 diminuiu em 899 o número de desempregados no concelho (1.113 indivíduos).

Nesta sequência, no concelho de Benavente, em 2011, acentuou-se ligeiramente a percentagem de desempregados à procura de novo emprego, que representam 86% do total de desempregados, esta percentagem aumentou em 2021, para 92,5% do total. Este padrão é semelhante ao que sucede na Lezíria do Tejo e no Continente. Na maioria trata-se de ativos com poucas qualificações e de difícil integração nos outros setores, saídos da atividade agrícola e do processo de reestruturação e de encerramento de pequenas empresas do setor industrial e dos serviços.

Quadro 10 – Evolução da população desempregada

Unidade Territorial	Total			Procura do 1º emprego (%)			Procura de novo emprego (%)		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
CC: Benavente	904	2.012	1.113	16,2	14,0	7,5	83,8	86,0	92,5
Lezíria do Tejo	9.418	14.571	7.218	15,7	14,2	8,0	84,3	85,8	92,0
Continente	327.404	630.711	369.937	21,0	18,2	9,9	79,0	81,8	90,1

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001, 2011 e 2021)

Nos últimos anos alterou-se profundamente a estrutura do emprego nacional, regional e local. Efetivamente acelerou-se o processo de terciarização, tendo no concelho de Benavente aumentado o peso do sector de serviços. Com efeito, o peso do setor terciário no concelho aumentou de 58%, em 2001, para 71%, em 2011, e para 72% em 2021, valor acima da média sub-regional, mas semelhante à média nacional.

Esta mudança faz-se à custa de transferências do setor agrícola e industrial para o setor terciário. O valor percentual dos ativos no terciário de natureza económica é ainda dominante, mas tal como noutros concelhos da sub-região, o que se verificou foi essencialmente uma expansão do terciário de natureza social. Contudo, uma análise mais fina permite concluir que nem todas as freguesias do concelho se comportam da mesma maneira. A freguesia de Barrosa possui ainda um peso considerável do setor primário, que se reforçou em 2021,

sendo de realçar o forte peso do setor terciário nas freguesias de Samora Correia e de Santo Estêvão; este último facto está, em grande medida, associado à concentração de residentes que exercem as suas atividades no setor dos serviços na Área Metropolitana de Lisboa.

Quadro 11 – Evolução da estrutura da população ativa (%)

Unidade Territorial	2011					2021				
	Primário	Secundário	Terciário			Primário	Secundário	Terciário		
			Total	Social	Económico			Total	Social	Económico
FR: Barrosa	11,1	28,2	60,7	24,3	36,4	13,7	21,9	64,4	26,7	37,7
FR: Benavente	6,5	25,6	68,0	28,0	39,9	6,9	24,5	68,6	27,9	40,6
FR: Samora Correia	3,4	24,2	72,3	21,9	50,5	3,9	22,2	73,9	24,2	49,6
FR: Santo Estêvão	7,3	17,9	74,8	29,3	45,5	8,5	17,2	74,3	24,2	50,1
CC: Benavente	4,8	24,3	70,9	24,3	46,6	5,3	22,6	72,0	25,5	46,6
Lezíria do Tejo	7,3	24,2	68,5	26,7	41,9	7,6	22,6	69,9	28,4	41,5
Continente	2,9	26,9	70,2	28,4	41,8	2,8	25,2	71,9	29,5	42,4

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2011 e 2021)

2.4. Educação

O concelho de Santarém concentra 29% dos alunos da Lezíria do Tejo, constituindo o principal polo de ensino da NUT III, enquanto Benavente ocupa a segunda posição, com 12,6% do total de alunos matriculados no ano letivo 2020/2021 (4.473).

Considerando as últimas duas décadas, o máximo de alunos matriculados foi atingido no ano letivo 2009/2010 (5.150). Face a 1999/2000, houve um aumento de alunos inscritos em 22%, verificando-se ligeiras oscilações neste período.

Ao nível dos ciclos de ensino, a diferença mais significativa dá-se no ensino pré-escolar, que teve um crescimento de 74%, desde o ano letivo 1999/2000. Porém é no primeiro ciclo do ensino básico que está concentrado o maior número de alunos, no ano letivo 2020/2021 os alunos matriculados no 1º ciclo eram 1.222 o que representa 27% do total.

A oferta de ensino privada/solidária, existe apenas no pré-escolar, onde a cobertura do ensino público não é suficiente para responder às necessidades da procura, existindo um peso muito relevante da oferta por parte da rede solidária (32%).

Figura 16 – Alunos matriculados, Lezíria do Tejo, 1999/2000 - 2020/2021 (n.º)

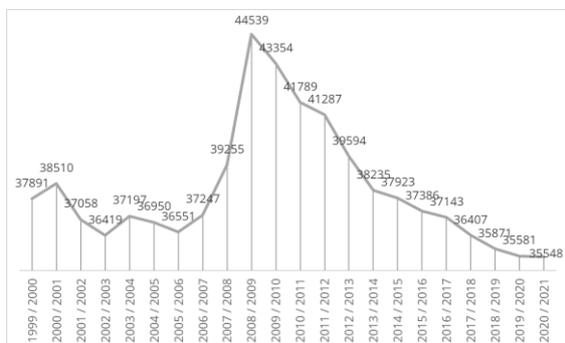


Figura 17 – Alunos matriculados, Benavente, 1999/2000 - 2020/2021 (n.º)

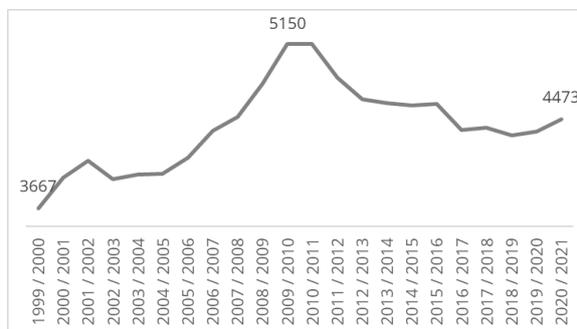


Figura 18 – Alunos matriculados, público e privado, Benavente, 1999/2000 - 2020/2021 (%)

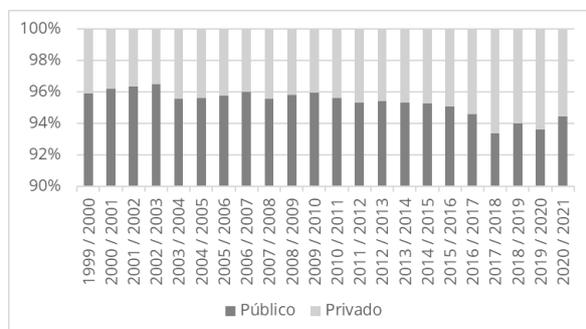
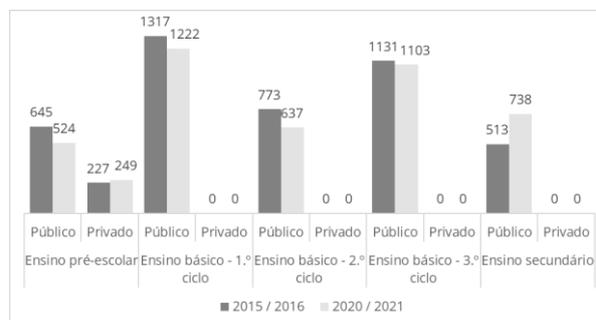


Figura 19 – Alunos matriculados por nível de ensino, público e privado, Benavente, 2015/2016 e 2020/2021 (n.º)



As taxas de retenção e desistência no primeiro, segundo e terceiro ciclo têm vindo a diminuir, com algumas oscilações ano a ano, com ligeira subida no último ano disponível. Em 2020/2021, a taxa de retenção e desistência para a totalidade do ensino básico no concelho é de 5,6%, mantendo-se acima do valor da Lezíria (4,3%) e do valor médio para Portugal (3,1%).

Os valores das taxas brutas de pré-escolarização e de escolarização no ensino básico, abaixo dos 100%, indiciam a existência de alunos a estudar em equipamentos de concelhos vizinhos.

Figura 20 – Taxa bruta de pré-escolarização – Benavente e Lezíria do Tejo, 2003/2004 - 2020/2021 (%)

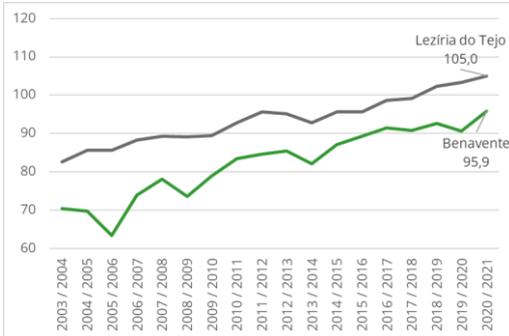


Figura 21 – Taxa bruta de escolarização no ensino básico – Benavente e Lezíria do Tejo, 2003/2004 - 2020/2021 (%)

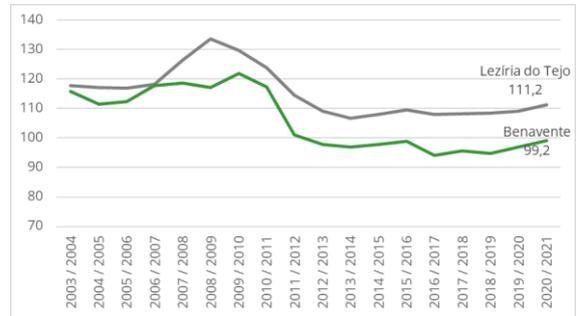


Figura 22 – Taxa de transição/conclusão do ensino secundário – Benavente e Lezíria do Tejo, 1999/2000 - 2020/2021 (%)



Figura 23 – Taxa de retenção e desistência no ensino básico, Benavente e Lezíria do Tejo, 2007/2008-2020/2021 (%)



2.5. Refeições e transportes escolares

As refeições escolares e o transporte escolar são apoios concedidos no âmbito da ação social escolar. No primeiro trimestre do ano letivo 2022/2023 (setembro a dezembro de 2022) foram servidas 165.923 refeições nos 19 estabelecimentos de ensino da rede pública do concelho de Benavente. As escolas onde foi servido um maior número de refeições foram a Escola Básica n.º 2 de Porto Alto (15% do total) e a Escola Básica de Samora Correia (14% do total), ambas pertencentes ao AE de Samora Correia.

Quadro 12 – Mapa de refeições servidas entre setembro e dezembro de 2022 nas escolas da rede pública do concelho de Benavente

Designação do Estabelecimento de Ensino	Escalão A	Escalão B	Sem Escalão	Total	Esc A + Esc B (%)
Escola Básica de Benavente (CE de Benavente - EB1/JI)	4.526	4.277	10.875	19.678	45%
Escola Básica n.º 2 de Porto Alto (CE de Porto Alto - EB1/JI)	5.559	5.732	13.444	24.735	46%
Escola Básica de Samora Correia (CE de Samora Correia - EB1/JI)	7.216	5.411	9.884	22.511	56%
Escola Básica de Fonte dos Escudeiros (EB1)	1.111	2.138	8.329	11.578	28%
Escola Básica n.º 1 de Benavente (EB1/JI)	5.495	1.442	8.892	15.829	44%
Escola Básica de Porto Alto (2/3)	1.666	972	3.740	6.378	41%
Escola Básica Duarte Lopes (2/3)	2.158	975	3.215	6.348	49%
Escola Básica Prof. João Fernandes Pratas (2/3)	1.232	948	2.046	4.226	52%
Escola Básica de Acácias (EB1)	2.681	2.478	7.271	12.430	42%
Escola Básica de Areias (EB1)	3.432	1.478	3.775	8.685	57%
Escola Básica de Foros da Charneca (EB1)	985	115	895	1.995	55%
Escola Básica de Santo Estêvão (EB1)	1.371	526	2.630	4.527	42%
Escola Secundária de Benavente	325	88	128	541	76%
Jardim de Infância de Porto Alto	1.078	1.164	2.865	5.107	44%
Jardim de Infância da Lezíria	572	999	2.434	4.005	39%
Jardim de Infância de Santo Estêvão	633	922	1.938	3.493	45%
Jardim de Infância de Foros da Charneca	118	102	402	622	35%
Jardim de Infância n.º 3 de Benavente	640	391	2.501	3.532	29%
Jardim de Infância Prof. António José Ganhão	2.577	1.495	5.631	9.703	42%
Total	43.375	31.653	90.895	165.923	45%

Fonte: CM Benavente

Aos alunos com apoio social, pertencentes aos escalões A e B correspondem 45% do total das refeições servidas. Uma análise mais fina, ao nível da escola, permite distinguir 5 escolas, em que o número de refeições servidas a alunos em situação de carência socioeconómica é claramente superior (>50%), destacando-se a Escola Secundária de Benavente, em que estas compreendem 76% do total de refeições, mas também a Escola Básica de Areias (57%), a Escola Básica de Samora Correia (56%), a Escola Básica de Foros da Charneca (55%) e a Escola Básica Prof. João Fernandes Pratas (52%).

Quadro 13 - Número de Alunos com título de transporte (transporte Escolar) em 2022/2023

Agrupamento	Grau de ensino	N.º de alunos
AE Benavente	Educação pré-escolar	8
	1º ciclo do ensino básico	15
	2º ciclo do ensino básico	58
	3º ciclo do ensino básico	84
	Ensino secundário	186
	Cursos de Educação Formação	7
	Cursos profissionais	86
		444
AE Samora Correia	Educação pré-escolar	1
	1º ciclo do ensino básico	11
	2º ciclo do ensino básico	15
	3º ciclo do ensino básico	29
	Ensino secundário	14
		70
Externas a Benavente	Cursos Profissionais	8
	Ensino secundário	211
		219
Total		733

Fonte: CM Benavente

No que respeita ao transporte escolar, o município comparticipa os passes escolares aos alunos residentes no concelho que residem a mais de 3 km dos estabelecimentos de ensino. Adicionalmente, os alunos que frequentam escolas fora da área do Município, devido à inexistência de oferta formativa pretendida no concelho podem usufruir deste apoio.

No ano letivo 2022/2023 estão a ser apoiados 733 alunos, 61% dos quais a frequentar as escolas do AE de Benavente. O transporte para fora do concelho faz-se sobretudo para o Concelho de Salvaterra de Magos, para frequência do Ensino Secundário, sobretudo para a Escola Profissional de Salvaterra (160 alunos) e para a Escola Secundária de Salvaterra de Magos (24)

2.6. Resultados dos exames nacionais

Os resultados das provas finais de português e matemática do 9º ano no ano letivo 2021/2022, situam Benavente abaixo da média nacional (-7,4 pp na prova de português e -8,4 pp, na prova de matemática). Em 2022/2023 a diferença face à média nacional diminuiu significativamente na prova de Português (-6,6 pp do que a média nacional), mas aumentou na prova de português (-11,84 pp do que a média nacional).

Quadro 14 – Resultados das Provas Finais de Português e Matemática - ensino básico e comparação com os dados nacionais

Ano	Provas finais	2021/2022 Provas de aferição		2022/2023	
		AE de Benavente	Nacional	AE de Benavente	Nacional
9º ano	Português	47,60%	55%	54,50%	61%
	Matemática	36,60%	45%	31,16%	43%

Fonte: Ministério da Educação

No que se refere aos exames nacionais, comparando os resultados concelhios dos anos letivos 2021/2022 e 2022/2023, salienta-se pela positiva as médias das disciplinas de Matemática Aplicada às Ciências Sociais (MACS) do 11º ano, cuja média subiu 1,7 pp face ao ano letivo de 2021/2022, a disciplina de Economia A (+ 1,6 pp), também do 11º ano, e a disciplina de Português do 12º ano (+1,8 pp).

Considerando o ano letivo 2022/2023, e comparativamente à média nacional, Benavente situa-se na maioria das disciplinas abaixo da média, com exceção de 3 disciplinas: Biologia e Geologia (média idêntica à nacional), Francês (2,3 pp acima média) e Geometria Descritiva A (6,6 pp acima da média nacional).

Quadro 15 – Resultados dos Exames Nacionais e comparação com os dados nacionais

Ano	Exames Nacionais	2021/2022		2022/2023		Varição 21/22 - 22/23
		AE de Benavente	Nacional	AE de Benavente	Nacional	AE de Benavente
11º ano	715 Física e Química A	11,4	11,7	10,7	11,2	↓
	702 Biologia e Geologia	10,8	10,8	11,4	11,4	↑
	719 Geografia A	10,9	11,6	10,6	10,9	↓

Ano	Exames Nacionais	2021/2022		2022/2023		Varição 21/22 - 22/23
		AE de Benavente	Nacional	AE de Benavente	Nacional	AE de Benavente
	835 MACS	10,4	10,5	11,3	12,1	↑
	735 Matemática B	5,3	8,9	8,5	11,3	↑
	712 Economia A	10,4	11,8	11,0	12	↑
	714 Filosofia	10,6	11,1	10,1	11,1	↓
	515 Francês	16,7	14,4	
	550 Inglês	15,0	14,8	14,6	14,8	↓
	547 Espanhol (iniciação)	12,4	13,4	...
	847 Espanhol (continuação)	9,8	11,2	...
	708 Geometria Descritiva A	13,4	10,4	16,3	9,7	↑
	724 História da Cultura e das Artes	11,7	12,3	10,1	10,3	↓
12º ano	635 Matemática A	10,5	11,9	9,4	11	↓
	63 Português	10,7	10,9	12,1	12,5	↑
	623 História A	12,3	12,3	9,6	11,5	↓

Fonte: Ministério da Educação

3. Caracterização e diagnóstico da oferta

3.1. Enquadramento geral

De modo a efetuar um exaustivo diagnóstico e caracterização da oferta de equipamentos escolares no concelho de Benavente foi solicitado a cada um dos Diretores dos Agrupamentos de Escolas da Rede Pública, o preenchimento de um conjunto considerável de matrizes contendo informação relevante. O processo de inquirição abrangeu um total de 19 estabelecimentos de ensino, sendo que destes 6 eram de ensino pré-escolar, 5 estabelecimentos eram de ensino pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB), 4 estabelecimentos eram de 1º CEB, 2 estabelecimentos eram de 2º e 3º CEB e 2 estabelecimentos eram de 2º e 3º CEB e de ensino secundário.

O concelho de Benavente dispõe ainda de um estabelecimento de ensino desativado, a Escola Básica de 1º Ciclo da Barrosa e que, por essa razão, não foi considerada na presente análise.

A rede de estabelecimentos de ensino público no concelho de Benavente distribui-se por 2 agrupamentos de escolas, designadamente, o Agrupamento de Escolas de Benavente e o Agrupamento de Escolas de Samora Correia. A área de influência do Agrupamento de Escolas de Benavente abrange os equipamentos localizados nas freguesias de Benavente, Santo Estevão e Barrosa, enquanto a área de influência do Agrupamento de Escolas de Samora Correia abrange os equipamentos que se localizam na freguesia de Samora Correia.

Uma análise por freguesia evidencia algumas assimetrias espaciais, com as freguesias de Benavente e de Samora Correia a terem a quase totalidade da oferta de equipamentos de ensino (17 estabelecimentos de ensino), enquanto a freguesia de Santo Estevão regista apenas 2 equipamentos (um de jardim de infância e outro de escola básica de 1º CEB). A freguesia da Barrosa, com a desativação da Escola Básica de 1º Ciclo da Barrosa, passou a ficar desprovida de qualquer estabelecimento de ensino implantado na freguesia.

As freguesias de Benavente e de Samora Correia apresentam uma oferta muito similar, com a primeira a ter 42% da oferta e a segunda 47%. Cada uma destas unidades territoriais dispõe de estabelecimentos de jardim de infância (2 e 3 respetivamente), de jardim de infância e de 1º CEB (1 equipamento cada freguesia) e de escolas básicas de 1º CEB (1 e 2 respetivamente). Ambas as freguesias contam ainda com um equipamento cada uma de 2º e 3º CEB e um equipamento que agrega o 2º e 3º CEB e o Ensino Secundário (Escola Básica e Secundária Prof. João Fernandes Pratas, Samora Correia) e um equipamento com 3º CEB e Secundário (Escola Secundária de Benavente).

Quadro 16 – Tipologia dos estabelecimentos de ensino, por freguesia, no ano letivo 2020-2021

Freguesia	REDE PÚBLICA					
	Jl	EB1	Jl+EB1	EB2,3	EB2,3+Ensino Secundário	Ensino Secundário
Benavente	2	1	3	1	1	
Samora Correia	3	2	2	1	1	
Santo Estêvão	1	1				
Barrosa						
CC: Benavente	6	4	5	2	2	0

Fonte: CEDRU, 2021.

As tipologias dos estabelecimentos de ensino são assim variadas, sendo que as tipologias dominantes são as de nível inferior, designadamente, as de ensino pré-escolar, que totalizam 11 estabelecimentos de ensino, e as de 1º CEB, que compreendem 9 estabelecimentos de ensino. As tipologias de 2º e 3º CEB são ministradas nos mesmos estabelecimentos que o ensino secundário, sendo que mais especificamente, 2 estabelecimentos de ensino dispõem de 2º e 3º CEB (a Escola Básica Duarte Lopes e a Escola Básica de Porto Alto), a Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas integra o 2º e 3º CEB e o Ensino Secundário e, por fim, a Escola Secundária de Benavente agrega o 3º CEB e o Ensino Secundário.

Quadro 17 – Tipologia dos estabelecimentos de ensino, por agrupamento de escolas, no ano letivo 2020-2021

Agrupamento de Escolas	REDE PÚBLICA					
	Jl	Jl+EB1	EB1	EB2,3	EB2,3+Ensino Secundário	Ensino Secundário
Benavente	3	3	2	1	1	
Samora Correia	3	2	2	1	1	
CC: Benavente	6	5	4	2	2	0

Fonte: CEDRU, 2021.

O período de construção dos edifícios originais evidencia que alguns destes apresentam uma assinalável longevidade, ainda que alguns edifícios datem de um período mais recente, nomeadamente, dos primeiros anos do século XXI.

Uma análise desagregada por ciclo de ensino revela, portanto, que no que trata ao ensino pré-escolar que apenas a Escola Básica n.º1 de Benavente e o Jardim de Infância de Foros da Charneca registam equipamentos de ensino particularmente antigos (1955 e 1960), a que acrescem 3 equipamentos que embora um pouco mais recentes datam dos anos oitenta do século XX, o Jardim de Infância Prof. António José Ganhão de 1984, e o Jardim de Infância do Porto Alto e o Jardim de Infância de Santo Estêvão de 1985, respetivamente. Estes dois últimos sofreram ampliações posteriores. Os demais equipamentos de ensino tiveram os respetivos edifícios originais construídos entre 2001 e 2009. Destes edifícios apenas 3 foram alvo de ações de intervenção recente

com vista à sua reabilitação, nem sempre tendo incidido sobre os equipamentos com maior antiguidade. Tratou-se da Escola Básica n.º 1 de Benavente, que registava o edifício mais antigo, intervencionada em 2010, a Escola Básica n.º 2 de Porto Alto (Centro Escolar de Porto Alto) alvo de intervenção em 2011 e a Escola Básica n.º 2 Benavente alvo de ações de reabilitação em 2017.

No que respeita ao 1º CEB, o ano de construção dos edifícios originais em que funcionam os equipamentos de ensino apresentam uma maior longevidade. O edifício mais antigo é o da Escola Básica n.º 1 de Benavente, que data de 1900, com os demais edifícios a terem sido construídos nas décadas de cinquenta, sessenta e oitenta. Constituem apenas exceção os edifícios originais da Escola Básica n.º 2 de Benavente, da Escola Básica de Porto Alto - Centro Escolar, da Escola Básica de Benavente (Centro Escolar de Benavente), da Escola Básica de Samora Correia (Centro Escolar de Samora Correia) construídos em 2001, 2004 e os últimos dois respetivamente em 2009. Dos 9 equipamentos de 1º CEB, 5 foram alvo de ações de reabilitação recentes, intervenções dinamizadas entre 2009 e 2017, como indicado no quadro seguinte.

Os estabelecimentos de 2º e 3º CEB e de ensino secundário apresentam na sua totalidade edifícios originais construídos na segunda metade do século XX, nomeadamente, em 1950 a Escola Secundária de Benavente, em 1989 a Escola Básica Duarte Lopes (com outra localização e construção temporária, desde 1981), em 1989 a Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas e, em 1999, a Escola Básica de Porto Alto. Apenas a Escola Secundária de Benavente, precisamente a que dispunha de um edifício mais antigo, foi alvo de recentes ações de intervenção com vista à sua reabilitação, no ano de 2009.

A reabilitação e requalificação dos equipamentos escolares, ao longo dos tempos, afirma-se como um fator nevrálgico capaz de assegurar a contínua adaptação e valorização física e funcional destes equipamentos às novas exigências da sociedade e do território em que se insere, atendendo às transformações sociais, económicas, culturais, ambientais, territoriais que vão ocorrendo e para as quais importa garantir o necessário reordenamento da rede escolar. Não obstante, dos 19 estabelecimentos de ensino que compõem a rede de equipamentos do concelho de Benavente, apenas 6 foram alvo de ações de reabilitação, o que corresponde a apenas 32%. Sublinhe-se, contudo, a construção relativamente recente (pós-2006) de alguns estabelecimentos de pré-escolar, de que são exemplo o Jardim de Infância n.º 3 de Benavente e o Jardim de Infância da Lezíria, bem como a construção de diversos edifícios de raiz, nomeadamente 3 centros escolares.

Quadro 18 – Ano da última requalificação, por agrupamento de escolas e estabelecimentos de ensino

Agrupamento de Escolas	Ano de Escolaridade	Designação do Estabelecimento de Ensino	Ano da Última Reabilitação
Benavente	Pré-escolar	Jardim de Infância n.º 3 de Benavente	
		Jardim de Infância de Foros da Charneca	-
		Jardim de Infância de Santo Estêvão	-
	Pré-escolar e 1º CEB	Escola Básica de Benavente (Centro Escolar de Benavente)	-
		Escola Básica n.º 1 de Benavente	2014
		Escola Básica n.º 2 de Benavente	2017
	1º CEB	Escola Básica de Foros da Charneca	-

Agrupamento de Escolas	Ano de Escolaridade	Designação do Estabelecimento de Ensino	Ano da Última Reabilitação
		Escola Básica de Santo Estêvão	2009
	2º e 3º CEB	Escola Básica Duarte Lopes	-
	2º e 3º CEB e Secundário	Escola Secundária de Benavente	2009
Samora Correia	Pré-escolar	Jardim de Infância da Lezíria	-
		Jardim de Infância do Porto Alto	-
		Jardim de Infância Prof. António José Ganhão	-
	Pré-escolar e 1º CEB	Escola Básica n.º 2 de Porto Alto (Centro Escolar de Porto Alto)	2011*
		Escola Básica de Samora Correia (Centro Escolar de Samora Correia)	-
	1º CEB	Escola Básica de Acácias	-
		Escola Básica de Fonte dos Escudeiros	2014
	2º e 3º CEB	Escola Básica de Porto Alto	-
2º e 3º CEB e Secundário	Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas	-	

Fonte: CEDRU, 2021.

*Informação relativa ao estabelecimento de ensino pré-escolar.

Conforme referido anteriormente, procurando aprofundar-se o conhecimento da oferta de equipamentos educativos existente no concelho de Benavente, compreender e potenciar a relação inter-redes, num contexto de elevada diversificação dos níveis e das demais características da oferta, procedeu-se à aplicação de um inquérito a todos os equipamentos escolares. A taxa de resposta foi bastante significativa, em termos gerais, tendo sido universal no caso da rede pública. A partir do tratamento da informação reportada pelos diretores dos Agrupamentos/coordenadores dos diversos estabelecimentos de ensino, seguidamente é apresentada uma análise detalhada por níveis de ensino.

3.2. Educação pré-escolar

Rede Pública

3.2.1. Equipamentos

A rede pública de ensino pré-escolar compreende 11 estabelecimentos. Os estabelecimentos de educação pré-escolar encontram-se presentes em três freguesias do concelho (Benavente, Santo Estêvão e Samora Correia), sendo inexistente este nível de ensino basilar apenas na freguesia da Barrosa. A oferta de ensino pré-escolar apresenta uma distribuição espacial homogénea pelas freguesias de Benavente e de Samora Correia, com oferta de 5 estabelecimentos de ensino pré-escolar em cada unidade territorial, e conta com um único equipamento de ensino na freguesia de Santo Estêvão.

Quadro 19 – Ano de construção, nº de edifícios e nº de salas dos estabelecimentos da educação pré-escolar, por agrupamento de escolas

Agrupamento de Escolas	Designação do Estabelecimento de Ensino	Freguesias	Ano de Construção Edifício Original	Construção*	Nº de Edifícios	Nº Total de Salas	Nº de Salas Ocupadas
Benavente	Jardim de Infância n.º 3 de Benavente	Benavente	2006	Raiz	1	2	2
	Jardim de Infância de Foros da Charneca	Benavente	1960	Raiz	1	1	1
	Jardim de Infância de Santo Estêvão	Santo Estêvão	1985	Raiz	1	2	2
	Jardim de Infância da Escola Básica de Benavente (Centro Escolar de Benavente)	Benavente	2009	Raiz	1	3	2
	Jardim de Infância da Escola Básica n.º 1 de Benavente	Benavente	1955**	Raiz	3	2	2
	Jardim de Infância da Escola Básica n.º 2 de Benavente	Benavente	2001	Mista	2	2	2
Samora Correia	Jardim de Infância da Lezíria	Samora Correia	2006	Raiz	1	2	2
	Jardim de Infância do Porto Alto	Samora Correia	1985	Raiz	2	3	1***
	Jardim de Infância Prof. António José Ganhão	Samora Correia	1984	Raiz	4	6	4****
	Jardim de Infância da Escola Básica n.º 2 de Porto Alto (Centro Escolar de Porto Alto)	Samora Correia	1ª fase 2006; 2ª fase 2011	Mista	3	3	3
	Jardim de Infância da Escola Básica de Samora Correia (Centro Escolar de Samora Correia)	Samora Correia	2009	Raiz	1	3	3
CC: Benavente					20	29	24

Fonte: CEDRU, 2021.

* Raiz, Adaptada ou Mista

** Requalificado em 2014

*** 2 salas em 2021-2022; 3 salas, 3m 2022-2023

**** 5 salas, em 2022-2023

De acordo com as fichas de caracterização por estabelecimento (volume de Anexos), na avaliação do edificado, redes e meio envolvente, os diretores de agrupamentos/escolas em matéria de estado de conservação geral do edificado efetuaram uma avaliação global totalmente positiva, com 4 estabelecimentos de ensino a indicarem uma classificação de “Razoável” (Escola Básica de Benavente - Centro Escolar de Benavente, Jardim de Infância de Foros da Charneca, Jardim de Infância de Santo Estêvão e Jardim de Infância Prof. António José

Ganhão), o Jardim de Infância n.º 3 de Benavente a apontar uma classificação de “Excelente”, enquanto os restantes 6 estabelecimentos de ensino registaram classificações de “Bom”.

Concomitantemente, também no que trata ao estado geral de conservação dos espaços exteriores prevalece uma avaliação positiva, com 4 estabelecimentos de ensino a registarem classificações de “Razoável” (a Escola Básica de Benavente - Centro Escolar de Benavente, o Jardim de Infância de Foros da Charneca, o Jardim de Infância de Santo Estêvão e o Jardim de infância da Escola Básica n.º1 de Benavente), 2 equipamentos de ensino acolheram classificações de “Excelente” (o Jardim de Infância n.º 3 de Benavente e o Jardim de infância da Escola Básica n.º 2 de Benavente), tendo os demais 5 estabelecimentos de ensino pré-escolar registado classificações de “Bom” para o estado geral de conservação dos seus espaços exteriores.

Os diretores de agrupamentos/escolas efetuaram uma avaliação bastante satisfatória dos equipamentos de ensino pré-escolar no que trata às acessibilidades. Uma análise desagregada por tipologias de acessibilidades evidencia que no que trata aos acessos gerais, apenas no Jardim de Infância Prof. António José Ganhão foi indicada uma classificação de “Razoável”, com os restantes 10 equipamentos de ensino a registarem uma classificação de “Bom”. Relativamente às acessibilidades pedonais aos equipamentos de ensino pré-escolar, verificou-se que para além do Jardim de Infância Prof. António José Ganhão que também apresentou uma classificação de “Razoável”, esta classificação foi apenas partilhada pelo Jardim de Infância de Foros da Charneca, com os restantes nove equipamentos de ensino pré-escolar a indicarem classificações mais favoráveis (“Bom”).

Relativamente aos acessos para pessoas com mobilidade condicionada, verificou-se uma ampla homogeneidade nas respostas, pois com exceção do Jardim de Infância de Foros da Charneca que efetuou uma classificação de “Razoável”, os restantes 10 equipamentos de ensino apresentaram uma classificação de “Bom”.

A classificação das acessibilidades em matéria de transportes públicos foi a tipologia com maior heterogeneidade de respostas e onde se observou uma avaliação menos positiva, na medida em que 3 estabelecimentos de ensino pré-escolar os indicaram como “Inexistente” (Jardim de Infância de Foros da Charneca, Jardim de Infância de Santo Estêvão e Jardim de Infância da Lezíria). Entre os restantes apenas o Jardim de Infância da Escola Básica n.º 2 Benavente e o Jardim de Infância do Porto Alto indicaram classificações de “Razoável”, tendo os restantes 6 equipamentos efetuado classificações de “Bom”.

Nos anos mais recentes, a eficiência energética dos estabelecimentos dos diversos setores tem vindo a adquirir uma relevância crescente, dados os ganhos associados em matéria de sustentabilidade ambiental. Não obstante, de acordo com a análise efetuada pelos diretores dos agrupamentos sobre a evolução do consumo energético, nos últimos 3 anos, a totalidade dos 11 estabelecimentos de ensino pré-escolar registaram uma evolução neutra, dada a manutenção do consumo, sem que tenham sido adotadas medidas específicas de aumento da eficiência energética.

3.2.2. Espaços, serviços e recursos

Os 11 estabelecimentos de ensino pré-escolar do concelho de Benavente totalizam 19 estabelecimentos de ensino que abrangem 29 salas, sendo que, à data, apenas 24 se encontravam ocupadas (2020-2021). O Jardim de Infância Prof. António José Ganhão é o equipamento de ensino pré-escolar que apresenta um maior número de edifícios (4), seguido pelo Jardim de infância da Escola Básica n.º 2 de Porto Alto (Centro Escolar de Porto Alto) e pelo Jardim de infância da Escola Básica n.º 1 de Benavente (3 edifícios), os dois primeiros pertencentes

ao Agrupamento de Escolas de Samora Correia, e o terceiro ao Agrupamento de Escolas de Benavente, com a totalidade dos restantes equipamentos a disporem de 1 ou 2 edifícios.

Não obstante, no que trata ao total de salas e de salas ocupadas, Jardim de Infância Prof. António José Ganhão, pertencente ao Agrupamento de Escolas de Samora Correia, assume um papel de destaque pela maior oferta disponível, contabilizando-se 6 salas disponíveis, 4 das quais ocupadas à data (em 2020-2021).

A oferta de salas total e ocupadas ao nível do ensino pré-escolar apresenta-se assim ligeiramente assimétrica entre os dois agrupamentos de escolas, com o Agrupamento de Escolas de Samora Correia a registar uma oferta ligeiramente superior (17 salas totais e 13 ocupadas) ao Agrupamento de Escolas de Benavente que regista 12 salas totais, 11 destas encontram-se ocupadas.

A repartição destas salas por freguesia decalca a oferta de equipamentos de educação pré-escolar, com a freguesia de Samora Correia a apresentar o maior quantitativo de salas total (17), seguida da freguesia de Benavente (10 salas), enquanto Santo Estêvão dispõe de apenas 2 salas. Na Barrosa existia um Jardim de Infância que foi desativado.

A totalidade dos 11 estabelecimentos de educação pré-escolar do concelho não apresenta carência de salas, sintomático de uma oferta existente suficientemente para fazer face às necessidades atuais neste nível de ensino.

A cedência de salas/espços à comunidade tem-se consolidado, nos últimos anos, como uma importante prática ao nível dos estabelecimentos de ensino, com ganhos bidirecionais, para a comunidade educativa e para a comunidade externa. Para os primeiros porque reforça o sentido de pertença à comunidade exterior e a importância do papel da escola enquanto espaço e tempo educativo e formativo da maior importância e para os segundos porque aproxima os diversos agentes (encarregados de educação, famílias, agentes económicos, sociais e culturais), essencial para a promoção de níveis superiores de desenvolvimento económico, social e cultural.

Não obstante, à data (2020-2021) apenas 2 dos estabelecimentos de educação pré-escolar do concelho cederam salas/espços à comunidade exterior, o Jardim de Infância do Porto Alto e o Jardim de Infância da Escola Básica n.º 2 de Porto Alto (Centro Escolar de Porto Alto), ambos os equipamentos integrados no Agrupamento de Escolas de Samora Correia. Ambos os estabelecimentos cederam os seus espços à Fundação Padre Tobias, tendo ainda o Jardim de Infância da Escola Básica n.º 2 de Porto Alto (Centro Escolar de Porto Alto) cedido espços/salas a outras associações (ADIC).

Dos 11 estabelecimentos de ensino pré-escolar do concelho todos dispõe de serviço de almoço. Entre estes, apenas a Escola Básica de Benavente (Centro Escolar de Benavente) dispõe de unidade de confeção de refeições própria, com confeção para o exterior, com os restantes 9 estabelecimentos de ensino a apresentarem unidade de confeção de refeições externa.

A distribuição dos recursos humanos por freguesias, à data (2020-2021) acompanha a oferta de equipamentos pelo território concelhio, ainda que a freguesia de Samora Correia apresente uma dotação ligeiramente superior (35 recursos humanos) à de Benavente (29 recursos humanos), enquanto Santo Estêvão, com apenas um equipamento com este nível de ensino, apresenta uma dotação claramente inferior (7 recursos humanos).

Os assistentes operacionais constituem o grupo de recursos humanos dominante (44), a que se seguem os educadores de infância (27), sem que se identifique qualquer outra tipologia de recursos humanos nestes estabelecimentos de ensino. De salientar ainda a forte prevalência de recursos humanos integrados nos quadros (26 educadores de infância e 43 assistentes operacionais) face a outras situações, em geral, associadas

a uma maior vulnerabilidade laboral (1 educador de infância e 1 assistente operacional). Esta é uma situação bastante positiva, uma vez que a estabilidade laboral dos recursos humanos concorre amplamente para níveis superiores de aprendizagem, pela maior estabilidade proporcionada. A estes recursos humanos acrescem os assistentes de ação educativa e pessoal de refeitórios da competência da Câmara Municipal de Benavente.

Quadro 20 – Recursos humanos nos estabelecimentos de educação pré-escolar, por freguesia, no ano letivo 2020-2021

Freguesias	Total	Educadores de Infância		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais		Outros Recursos Humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Benavente	29	8	1	0	0	19	1	0	0
Santo Estevão	7	2	0	0	0	5	0	0	0
Samora Correia	35	16	0	0	0	19	0	0	0
CC: Benavente	71	26	1	0	0	43	1	0	0

Fonte: CEDRU, 2021.

Quanto à distribuição dos recursos humanos por agrupamento de escolas, os dois agrupamentos do concelho apresentam dotações globais homogéneas, com o Agrupamento de Escolas de Benavente a registar 36 recursos humanos e o Agrupamento de Escolas de Samora Correia 35 recursos humanos. As maiores disparidades entre os dois agrupamentos encontram-se no facto do Agrupamento de Escolas de Benavente registar um quantitativo de educadores de infância inferior ao Agrupamento de Escolas de Samora Correia (11 e 16 respetivamente), enquanto no que trata aos assistentes operacionais se verifica a situação inversa (25 no Agrupamento de Escolas de Benavente e 19 no Agrupamento de Escolas de Samora Correia).

Rede Privada e Social

Muito embora no processo de inquirição apenas tenham participado estabelecimentos de ensino pré-escolar da rede pública, o concelho de Benavente dispõe ainda de outros 2 estabelecimentos de ensino. De acordo com a informação disponível na Carta Social do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, em julho de 2021, o município dispunha de um equipamento na freguesia de Benavente, a Creche e Jardim Infantil de Benavente, cuja entidade gestora apresenta uma natureza jurídica de Associação de Solidariedade Social, e outro estabelecimento na freguesia de Samora Correia, a Creche e Jardim de Infância do Centro Bem Estar Social "Padre Tobias", cuja entidade gestora é uma Fundação de Solidariedade Social.

Estes dois estabelecimentos de ensino totalizam uma capacidade para 275 alunos, apresentando os equipamentos uma capacidade diferenciada: 125 lugares, no Jardim Infantil de Benavente, e 150 lugares no Jardim de Infância do Centro Bem Estar Social "Padre Tobias".

Quadro 21 – Equipamentos da rede privada lucrativa e solidária de pré-escolar, em 2021, por freguesia

Freguesia	Designação do Estabelecimento de Ensino	Natureza Jurídica
Benavente	Creche e Jardim Infantil de Benavente	Associação de Solidariedade Social
Samora Correia	Creche e Jardim de Infância do Centro Bem Estar Social "Padre Tobias"	Fundação de Solidariedade Social

Fonte: Carta Social, 2021.

A Creche e Jardim Infantil de Benavente abriu as suas instalações em 1990, tendo posteriormente construído um novo equipamento, no qual iniciou atividade mais recentemente (em 2015) e agrega as respostas sociais de creche e de jardim de infância.

A Instituição Particular de Solidariedade Social do Centro Bem Estar Social Padre Tobias foi criada em 1935 e dispõe de respostas sociais repartidas por três domínios de intervenção, designadamente, as crianças (creche e jardim de infância), a população sénior (lar de idosos, centro de dia e apoio comunitário) e a família e a comunidade (cantina social, serviço de atendimento e acompanhamento social, entre outras).

3.3. 1º Ciclo do ensino básico

3.3.1. Equipamentos

A rede pública de ensino é composta por 9 equipamentos com 1º Ciclo do Ensino Básico. A oferta deste nível de ensino apresenta uma repartição relativamente assimétrica pelo território concelhio, oscila entre a sua inexistência, na freguesia da Barrosa, em resultado da desativação do equipamento aí existente (EB 1 da Barrosa), a existência de um único estabelecimento, na freguesia de Santo Estêvão, e uma oferta composta por 4 estabelecimentos com este ciclo de ensino, nas freguesias de Benavente e de Samora Correia.

A distribuição dos equipamentos segundo os Agrupamentos de Escolas é relativamente idêntica, embora de expressão reduzida. O Agrupamento de Escolas de Benavente integra 5 estabelecimentos de ensino, correspondentes à totalidade dos equipamentos localizados na freguesia de Benavente e de Santo Estêvão, e o Agrupamento de Escolas de Samora Correia agrega 4 equipamentos, correspondentes à totalidade dos que se encontram na freguesia homónima.

A análise do período de construção dos edifícios originais, onde funcionam os equipamentos de 1º Ciclo do Ensino Básico, verifica-se que um data do início do século XX (Escola Básica n.º 1 de Benavente construído em 1900), aproximadamente metade foi construída na segunda metade do século XX (a Escola Básica de Fonte dos Escudeiros em 1950, a Escola Básica de Foros da Charneca em 1960, a Escola Básica de Santo Estêvão e a Escola Básica de Acácias, em 1960) e os restantes constituem construções mais recentes empreendidas já no decurso dos primeiros anos do século XXI.

No decurso dos últimos 20 anos, cerca de metade dos equipamentos de 1º Ciclo de Ensino Básico foram alvo de intervenções de reabilitação. Tratou-se da Escola Básica de Santo Estêvão intervencionada em 2009, da Escola Básica n.º 1 de Benavente e da Escola Básica da Fonte dos Escudeiros intervencionadas em 2014 e, por último, da Escola Básica n.º 2 de Benavente alvo de uma ação de reabilitação relativamente recente, em 2017.

A Escola Básica n.º 2 de Porto Alto (Centro Escolar) configura uma situação singular, na medida em que muito embora não tendo acolhido qualquer ação de reabilitação, o seu edifício mais recente foi construído há apenas 3 anos, em 2018.

A avaliação realizada pelos diretores de agrupamentos/escolas quanto ao estado de conservação geral dos edifícios apresenta-se associada aos períodos de construção dos edifícios e respetivas intervenções de reabilitação dinamizadas. Com efeito, a avaliação realizada apresentou-se globalmente positiva, com apenas a Escola Básica de Acácias, em funcionamento num edifício construídos em 1980 e sem acolher qualquer intervenção de reabilitação recente, a efetuar uma classificação de “Deficiente” quer do estado geral de classificação do edifício, quer ao estado geral de conservação dos espaços exteriores.

Assim, no que trata ao estado de conservação geral dos edifícios, apenas 2 efetuaram uma classificação de “Razoável”, a Escola Básica n.º 1 de Benavente e a Escola Básica de Benavente (Centro Escolar de Benavente), e 1 atribuiu uma classificação de “Excelente” (Escola Básica n.º 2 de Benavente), precisamente o estabelecimento de ensino mais recentemente intervencionado. Todos os restantes equipamentos apresentaram uma classificação de “Bom”.

Relativamente ao estado de conservação dos espaços exteriores, registaram-se 3 classificações de “Razoável” (Escola Básica n.º 1 de Benavente, Escola Básica de Benavente - Centro Escolar de Benavente e Escola Básica de Santo Estêvão), a Escola Básica n.º 2 de Benavente apresentou uma classificação de “excelente” e os restantes foram classificados com “Bom”.

As diversas acessibilidades foram classificadas, em geral, de forma muito positiva. Mais especificamente, o acesso geral, as acessibilidades pedonais e os acessos para pessoas com mobilidade condicionada registaram em todos os estabelecimentos de 1º Ciclo do Ensino Básico uma classificação de “Bom”, tendo constituído a única exceção a Escola Básica de Acácias, que efetuou uma classificação de “Deficiente”. Nas acessibilidades em matéria de transportes públicos registou-se uma maior diversidade de classificações, que oscilaram desde “Inexistente” na Escola Básica de Foros da Charneca e na Escola Básica de Fonte dos Escudeiros, a “Deficiente” na Escola Básica de Santo Estêvão, a “Razoável” na Escola Básica n.º 2 de Benavente, na Escola Básica de Benavente (Centro Escolar de Benavente) e na Escola Básica de Samora Correia (Centro Escolar de Samora Correia). Nos restantes estabelecimentos de ensino, as acessibilidades em matéria de transportes públicos registaram uma classificação positiva de “Bom”.

O tipo de deficiências mais comumente apresentadas pelos diversos diretores de agrupamentos/escolas no que trata ao estado de conservação dos edifícios registou-se ao nível da estrutura, da cobertura e das paredes exteriores, com 3 estabelecimentos de 1º CEB a considerarem-nas com alguns problemas (a Escola Básica n.º 1 de Benavente, a Escola Básica de Benavente - Centro Escolar de Benavente e a Escola Básica de Acácias).

Relativamente ao estado de conservação dos espaços de apoio, identificou-se globalmente uma avaliação positiva, com apenas dois estabelecimentos de ensino a efetuarem algumas avaliações menos positivas, nomeadamente, a Escola Básica de Benavente (Centro Escolar de Benavente) no que trata ao recreio coberto e descoberto e ao parque infantil, e a Escola Básica de Acácias quanto à sala polivalente, ao centro de recursos/biblioteca e aos sanitários.

Por último, em matéria de estado de conservação das redes e instalações, a avaliação realizada foi igualmente bastante satisfatória, com apenas um único estabelecimento de 1º CEB a apresentar algumas situações de maior fragilidade, designadamente, a Escola Básica de Acácias que classificou de “Deficiente” a instalação elétrica e de iluminação e a instalação de evacuação de lixo, tendo os restantes efetuado maioritariamente classificações de “Bom” para as diversas componentes analisadas.

A totalidade dos estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico registou uma evolução neutra em termos de consumo energético nos últimos 3 anos, operacionalizada numa manutenção do consumo, decorrente da ausência de adoção de medidas específicas de aumento da eficiência energética.

3.3.2. Espaços, serviços e recursos

Nos 9 estabelecimentos de 1º Ciclo do Ensino Básico da rede pública existem 57 salas ocupadas com turmas. Os dados disponíveis sugerem uma repartição homogénea entre os dois agrupamentos de escolas, no entanto, o Agrupamento de Escolas de Samora Correia abrangerá mais de metade das salas ocupadas com 1º CEB.

Quadro 22 – Salas ocupadas com turma (n.º) por agrupamento de escolas, no ano letivo 2020-2021

Agrupamento de Escolas	Ano de Escolaridade	Designação do Estabelecimento de Ensino	Salas Ocupadas
Benavente	Pré-escolar e 1º CEB	Escola Básica de Benavente (Centro Escolar de Benavente)	8
		Escola Básica n.º 1 de Benavente	9
		Escola Básica n.º 2 de Benavente	4
	1º CEB	Escola Básica de Foros da Charneca	2
		Escola Básica de Santo Estêvão	3
Samora Correia	Pré-escolar e 1º CEB	Escola Básica n.º 2 de Porto Alto (Centro Escolar de Porto Alto)	9
		Escola Básica de Samora Correia (Centro Escolar de Samora Correia)	8
	1º CEB	Escola Básica de Acácias	8
		Escola Básica de Fonte dos Escudeiros	6
CC: Benavente			57

Fonte: CEDRU, 2021.

A repartição das salas ocupadas com turma, por freguesia, acompanha a distribuição espacial dos equipamentos. Assim, as freguesias de Benavente e de Samora Correia apresentam o mesmo número de estabelecimentos deste nível de ensino e registam um valor aproximado de salas ocupadas (26 e 31 respetivamente), ainda que por razões anteriormente apresentadas, o número de salas da freguesia de Samora Correia será naturalmente superior. A freguesia de Santo Estêvão com um único estabelecimento de 1º CEB, dispõe do número mais circunscrito de salas ocupadas (3).

A carência de salas para funcionamento em horário normal não representa uma problemática muito significativa entre os estabelecimentos de 1º CEB do concelho de Benavente, pois de acordo com os resultados do processo de inquirição, encontra-se circunscrita a 2 estabelecimentos de ensino, ambos integrantes do Agrupamento de Escolas de Benavente. Trata-se da Escola Básica n.º 2 de Benavente, que regista a necessidade de mais 2 salas, destinadas à prática letiva e à informática, e da Escola Básica de Benavente (Centro Escolar de Benavente), com carência de uma sala destinada à informática.

À semelhança do verificado no ensino pré-escolar, também ao nível dos equipamentos do 1º Ciclo do Ensino Básico se verifica uma reduzida prática de cedência de salas/espços à comunidade exterior, circunscrita a apenas 2 estabelecimentos de ensino. Trata-se de dois equipamentos que integram o Agrupamento de Escolas de Samora Correia, a Escola Básica de Samora Correia (Centro Escolar de Samora Correia) e a Escola Básica de Fonte dos Escudeiros. Essa cedência foi em ambos os casos destinada à mesma entidade (ADIC).

A totalidade dos estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico assegura serviço de refeições (almoço), um serviço maioritariamente suportado em unidades de confeção externa, com apenas a Escola Básica de Benavente (Centro Escolar de Benavente) a apresentar uma unidade de confeção própria, com confeção para o exterior.

No ano letivo 2020/2021 estavam afetos 100 recursos humanos aos estabelecimentos de 1º Ciclo do Ensino Básico, dos quais 99%, correspondentes a 99 recursos humanos, integravam os quadros. Os recursos humanos em outras situações correspondiam a apenas 1 docente. Os docentes eram os recursos humanos dominantes (55), seguidos dos assistentes operacionais (43), não se tendo identificado nenhum recurso humano como assistente técnico.

Quadro 23 - Recursos humanos nos estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico da rede pública, por agrupamento de escolas, no ano letivo 2020-2021

Agrupamento de Escolas	Total	Docentes		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais		Outros Recursos Humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Benavente	48	28	0	0	0	20	0	0	0
Samora Correia	52	26	1	0	0	23	0	2	0
CC: Benavente	100	54	1	0	0	43	0	2	0

Fonte: CEDRU, 2021.

Os recursos humanos alocados aos Agrupamentos de Escolas eram relativamente homogéneos, com o Agrupamento de Escolas de Samora Correia a apresentar um quantitativo ligeiramente superior de 52 recursos humanos, face ao Agrupamento de Escolas de Benavente (48 recursos humanos).

3.4. 2º e 3º Ciclos do ensino básico

3.4.1. Equipamentos

O processo de inquirição à rede de estabelecimentos do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico no concelho de Benavente compreendeu 4 equipamentos da rede pública. A Escola Básica Duarte Lopes e a Escola Básica do Porto Alto apresentam unicamente 2º e 3º CEB, enquanto a Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas para além de 2º e 3º CEB dispõe ainda de Ensino Secundário e, por fim, a Escola Secundária de Benavente, em matéria de ensino básico dispõe apenas de 3º CEB, que funciona conjuntamente no equipamento com o Ensino Secundário.

A oferta de 2º e 3º CEB está concentrada em apenas duas freguesias do concelho, Benavente e Samora Correia, sendo inexistente nas outras duas freguesias.

No que trata ao ano de construção dos edifícios originais, a totalidade data da segunda metade do século XX, sendo o da Escola Secundária de Benavente o mais antigo (1950, ainda enquanto antigo Colégio de Benavente) e, por conseguinte, o único dos quatro estabelecimentos de 2º e 3º CEB a acolher intervenções de reabilitação, no decurso dos últimos 20 anos, mais especificamente em 2009. Os edifícios originais dos restantes estabelecimentos de ensino foram construídos num período ligeiramente mais recente, nomeadamente, em 1989 a Escola Básica Duarte Lopes e a Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas e em 1999 a Escola Básica de Porto Alto.

Com base na avaliação realizada pelos diretores de agrupamentos de escolas sobre o estado de conservação geral dos edifícios dos estabelecimentos de ensino com 2º e 3º ciclo e dos respetivos espaços exteriores constata-se uma heterogeneidade de opiniões. Na Escola Secundária de Benavente, a única com estes ciclos de ensino a registar ações de reabilitação recentes, classificou-se de “Excelente” o seu edifício, e de “Bom” os respetivos espaços exteriores. No âmbito da Escola Básica Duarte Lopes e da Escola Básica de Porto Alto, ambos os domínios de análise obtiveram uma classificação de “Razoável”. Na Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas registaram-se as avaliações menos favoráveis, com o estado geral de conservação do edifício a ser classificado de “Deficiente” e de “Razoável” o estado geral de conservação dos espaços exteriores.

Relativamente à acessibilidade, a avaliação efetuada foi globalmente positiva, quer no que trata aos acessos gerais como aos acessos pedonais, com todos os estabelecimentos a classificarem-nos de “Bom”, com exceção da Escola Básica de Porto Alto que efetuou uma classificação de “Razoável”, quer no que trata aos acessos para pessoas com mobilidade condicionada, pois muito embora a Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas tenha sido a única a efetuar uma classificação mais favorável de “Bom”, em todos os restantes estabelecimentos foi apontada uma classificação de “Razoável”. Na avaliação das acessibilidades, é ao nível dos transportes públicos que se registam as classificações menos positivas, nomeadamente na Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas e na Escola Básica de Porto Alto (nos restantes 2 estabelecimentos de ensino foram classificadas de “Razoáveis”).

Não obstante a reconhecida importância de investimento na eficiência energética dos edifícios, em particular, daqueles que apresentam elevado consumo energético, como é o caso dos equipamentos públicos, nos últimos 3 anos, os quatro estabelecimentos de 2º e 3º CEB registaram uma evolução neutra do consumo energético. A manutenção do consumo resulta da ausência de adoção de medidas específicas de aumento da eficiência.

3.4.2. Espaços, serviços e recursos

Existem 94 salas de atividade ocupadas com turmas de 2º e 3º CEB no concelho de Benavente. A maior oferta de salas de atividade ocupadas com turma situa-se no Agrupamento de Escolas de Benavente que tem um total de 56 salas, correspondentes a cerca de 60% do total de salas existentes. Os dois estabelecimentos de 2º e 3º CEB que integram este agrupamento apresentam uma dotação homogénea de salas, cada um dos quais com um total de 28 salas ocupadas com turma. O Agrupamento de Escolas de Samora Correia conta com 38 salas ocupadas, o que corresponde a 40% da oferta global de salas do concelho, verificando-se uma repartição semelhante entre os 2 estabelecimentos de ensino, uma vez que a Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas dispõe de 20 salas e a Escola Básica de Porto Alto de 18 salas.

Quadro 24 – Salas de atividades ocupadas com turmas nos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclo do ensino básico com secundário da rede pública, por agrupamento de escolas, no ano letivo 2020-2021

Agrupamento de Escolas	Ano de Escolaridade	Designação do Estabelecimento de Ensino	Salas ocupadas com turma (n.º)
Benavente	2º e 3º CEB	Escola Básica Duarte Lopes	28
	2º e 3º CEB e Secundário	Escola Secundária de Benavente	28
Samora Correia	2º e 3º CEB	Escola Básica de Porto Alto	18
	2º e 3º CEB e Secundário	Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas	20
CC: Benavente			94

Fonte: CEDRU, 2021.

A carência de salas é uma problemática que atinge a generalidade dos estabelecimentos de 2º e 3º CEB, constituindo a única exceção a Escola Básica de Porto Alto. Identifica-se uma carência global muito significativa de salas (59), com a Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas a apresentar as carências mais expressivas (24 salas). A Escola Secundária de Benavente apresenta uma carência aproximada (20 salas) e a Escola Básica Duarte Lopes é a que apresenta menor carência, muito embora igualmente expressiva (15). De salientar que para os 3 estabelecimentos de ensino que se confrontam com esta problemática, a finalidade das salas é a de servir a componente letiva.

A cedência de espaços à comunidade exterior constitui-se como uma prática existente, nomeadamente no que concerne à Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas, que cede os seus espaços a coletividades e associações da freguesia.

Dos 4 estabelecimentos com 2º e 3º CEB, a maioria (3) dispõe de serviço de almoço, observando-se em todos eles a existência de uma unidade de confeção de refeições própria, com confeção para o exterior. A Escola Secundária de Benavente é o único equipamento com este ciclo de ensino desprovido deste serviço.

No concelho de Benavente estão afetos 480 recursos humanos aos estabelecimentos de 2º e 3º CEB³, dos quais a grande maioria (74,2%) pertencem aos quadros. A prevalência de recursos humanos integrados dos quadros apenas não se verifica na categoria de “outros recursos humanos”, em que 12 se enquadram em outras situações e apenas 7 pertencem aos quadros.

Os docentes representam a categoria de recursos humanos dominante (365 correspondente a 76% do total dos recursos humanos). Neste contexto, importa salientar que cerca de 27%, correspondente a uma centena de recursos humanos, não se encontra integrados nos quadros.

Os estabelecimentos de 2º e 3º CEB contam ainda com 21 assistentes técnicos, encontrando-se estes totalmente integrados nos quadros.

Os assistentes operacionais totalizam 75 recursos humanos, encontrando-se maioritariamente integrados nos quadros (63), face a 12 que integram outras situações.

³ Neste valor encontram-se também abrangidos os recursos humanos afetos ao Ensino Secundário da Escola Secundária de Benavente e da Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas.

Quadro 25 – Recursos humanos nos estabelecimentos 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico da rede pública, por agrupamento de escolas, no ano letivo 2020-2021

Agrupamento de Escolas	Total	Docentes		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais		Outros Recursos Humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Benavente	304	190	50	11	0	29	9	6	9
Samora Correia	176	75	50	10	0	34	3	1	3
CC: Benavente	480	265	100	21	0	63	12	7	12

Fonte: CEDRU, 2021.

Por Agrupamento de Escolas regista-se uma assimetria considerável, com o Agrupamento de Escolas de Benavente a abranger a grande maioria dos recursos humanos integrados em estabelecimentos de 2º e 3º CEB (304 o que corresponde a 64%). O Agrupamento de Samora Correia dispõe de 176 recursos humanos o que perfaz 36% do total.

3.5. Ensino secundário

3.5.1. Equipamentos

O município de Benavente dispõe de 2 estabelecimentos de Ensino Secundário no concelho, integrados na rede pública, tendo ambos participado no processo de inquirição ao ensino secundário.

Este nível de ensino revela uma assinalável concentração territorial, dada a sua presença em apenas duas freguesias, à semelhança do anteriormente observado para o 2º e 3º CEB. A Escola Secundária de Benavente, que pertence ao Agrupamento de Escolas de Benavente, localiza-se na freguesia de Benavente e ministra para além do Ensino Secundário, o 3º CEB. A Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas, integra o Agrupamento de Escolas de Samora Correia, e está implantada na freguesia de Samora Correia, ministra o Ensino Secundário e o 2º e o 3º CEB.

O ano de construção dos edifícios originais destes estabelecimentos de ensino sugere uma assinalável longevidade, com o da Escola Secundária de Benavente a datar de 1950 (ainda como antigo Colégio de Benavente) e o da Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas de 1989. O envelhecimento patente, em particular, na Escola Secundária de Benavente justificou que este tenha sido recentemente alvo de uma intervenção de reabilitação, no ano de 2009.

Quanto à avaliação realizada pelos diretores de Agrupamento sobre o estado de conservação geral dos edifícios e dos espaços exteriores dos estabelecimentos de ensino secundário, identifica-se uma assinalável assimetria nas classificações realizadas. Enquanto a Escola Secundária de Benavente, recentemente reabilitada, acolheu avaliações bastante satisfatórias, nomeadamente, “Excelente” para o estado de conservação geral do edifício e “Bom” para o estado de conservação geral dos espaços exteriores, a avaliação realizada para a Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas apresentou-se consideravelmente menos favorável, tendo acolhido as classificações de “Deficiente” e de “Razoável” respetivamente.

No que trata às acessibilidades dos estabelecimentos de ensino secundário, para os acessos gerais e para os acessos pedonais, ambos os equipamentos registaram classificações de “Bom”. Relativamente aos acessos para pessoas com mobilidade condicionada e às acessibilidades em matéria de transportes públicos, no âmbito da Escola Secundária de Benavente foram classificados de “Razoáveis”, enquanto em relação à Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas registaram-se classificações menos positivas, designadamente, “Bom” e “Inexistente”.

Ambos os estabelecimentos registaram uma evolução neutra do consumo energético, nos últimos 3 anos, sem que tenham sido adotadas medidas específicas de aumento da eficiência.

3.5.2. Espaços, serviços e recursos

Nos 2 equipamentos com ensino secundário existem 48 salas de atividades com condições para o funcionamento da componente letiva, encontrando-se todas ocupadas com turmas. A Escola Secundária de Benavente dispõe de um maior número de salas (28), enquanto a Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas dispõe de 20 salas.

Importa, no entanto, salientar que ambos os estabelecimentos de ensino registam carências de salas, num total de 44 salas, uma carência ligeiramente mais significativa na Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas (24 salas) do que na Escola Secundária de Benavente (20 salas), em ambos os casos destinados ao funcionamento da atividade letiva.

A cedência de salas/espços à comunidade exterior ao nível do ensino secundário, não representa uma prática generalizada, encontrando-se circunscrita à Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas. A cedência de salas e espaços é realizada com coletividades e associações da freguesia e representa um importante fator de interação da comunidade educativa com a comunidade envolvente.

Apenas a Escola Secundária de Benavente disponibiliza oferta de cursos profissionais de nível 4. No ano letivo 2020/2021 foram lecionados 6 cursos profissionais, em áreas temáticas diversificadas, nomeadamente, na área do desporto, turismo e saúde, mas também em áreas como as instalações elétricas e a informática, ou ainda a ação educativa. Esta diversidade da oferta de cursos profissionais representa uma mais-valia a salientar, possibilitando aos alunos uma maior diversidade de opções de ensino.

No ano letivo 2020/2021, estes cursos profissionais de nível 4 do Quadro nacional de Qualificações abrangeram 12 turmas, com os cursos de desporto e de instalações elétricas a registarem o maior número de turmas (3 respetivamente). Seguiram-se os cursos de saúde e de informática, em que cada um teve 2 turmas, enquanto as demais ofertas de cursos profissionais registaram apenas 1 único curso.

Quadro 26 – Cursos Profissionais nos estabelecimentos de ensino secundário, integrados na rede pública, no ano letivo 2020/2021

Estabelecimento de Ensino	Cursos Profissionais de Nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações
Escola Secundária de Benavente	Desporto
	Saúde
	Instalações Elétricas

Estabelecimento de Ensino	Cursos Profissionais de Nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações
	Informática
	Turismo
	Ação Educativa
Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas	-

Fonte: CEDRU, 2021.

O serviço de refeições é apenas assegurado na Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas, dispondo de uma unidade de confeção de refeições própria, sem confeção para o exterior.

No concelho estão alocados ao ensino secundário 232 recursos humanos, em que a grande maioria (171 correspondentes a 74% do total de recursos humanos) se encontram integrados nos quadros. Na generalidade das categorias profissionais, prevalece assim a inserção dos recursos humanos nos quadros, constituindo a única exceção os outros recursos humanos, em que 5 se encontram em outras situações e apenas 3 integram efetivamente o quadro.

Os docentes representam a categoria de recurso humano predominante (167 correspondentes a 72% do total), sendo que a grande maioria (120) integram os quadros e apenas uma franja de 21 docentes se enquadra em outras situações.

Relativamente aos assistentes técnicos, estes totalizam 21 recursos humanos, encontrando-se na sua totalidade integrados nos quadros. Já no que trata aos assistentes operacionais, verifica-se que a maioria integra os quadros (27), embora 9 não se encontrem na mesma situação.

A distribuição de recursos humanos por Agrupamento de Escolas apresenta-se ligeiramente díspar, com a Escola Secundária de Benavente a concentrar a maioria dos recursos humanos (57% correspondente a 131 recursos humanos), enquanto a Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas apresenta um quantitativo global de recursos humanos ligeiramente inferior (101 recursos humanos correspondente a 44% do total).

Quadro 27 – Recursos humanos nos estabelecimentos do Ensino Secundário da rede pública, no ano letivo 2020-2021

Designação do Estabelecimento de Ensino	Total	Docentes		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais		Outros Recursos Humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Escola Secundária de Benavente	131	80	20	11	0	8	7	2	3
Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas	101	40	27	10	0	19	2	1	2
CC: Benavente	232	120	47	21	0	27	9	3	5

Fonte: CEDRU, 2021.

Por último, importa salientar que estes 2 equipamentos acumulam a oferta de ensino básico e secundário pelo que, neste contexto, a dotação de recursos humanos apresentada para o ensino secundário é partilhada com 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico.

4. Caracterização da procura atual e potencial

4.1. Procura atual por tipologia de equipamento/nível de ensino

4.1.1. Enquadramento geral

Acompanhando as tendências nacionais, os anos mais recentes, ficaram marcados no concelho de Benavente por uma redução de alunos matriculados em alguns níveis de ensino ministrados. Esta dinâmica recessiva é evidenciada em todo o ensino básico, no período entre os anos letivos 2018/2019 e 2019/2020, com o 1º CEB a perder -1,9% dos alunos matriculados, o 2º CEB -0,3%, mas é no 3º CEB que esta apresenta maior intensidade no recuo, com uma perda de -2,4% dos alunos. Considerando o triénio entre os anos letivos 2017/2018 e 2019/2020, confirma-se a tendência deste padrão, cuja severidade se agrava no 1º e no 3º CEB (-5,1% e -4,2% respetivamente), com apenas o 2º CEB a registar uma ténue dinâmica de crescimento da procura (0,7%).

Contrariamente ao observado ao nível do ensino básico, os demais níveis de ensino lecionados no concelho de Benavente registaram ganhos consideráveis na procura, quer no triénio considerado, quer sobretudo no intervalo decorrido entre os dois últimos anos letivos analisados. Por conseguinte, os alunos matriculados na educação pré-escolar cresceram 1%, entre os anos letivos 2017/2018 e 2019/2020, e 1,8% entre os anos letivos 2018/2019 e 2019/2020. Esta dinâmica é sintomática da concertação de múltiplos fatores, nomeadamente, de um crescimento nos últimos anos do investimento realizado ao nível da rede pública, mas também da crescente consciencialização social para a importância do ensino pré-escolar enquanto etapa fundamental do desenvolvimento holístico e harmonioso da criança.

Quadro 28 – Alunas/os matriculadas/os, segundo o nível de ensino ministrado, no concelho de Benavente, entre os anos letivos 2017/2018 e 2019/2020 (N.º/%)

Ciclo de Ensino	Alunos Inscritos 2017/2018 (n.º)	Alunos Inscritos 2018/2019 (n.º)	Alunos Inscritos 2019/2020 (n.º)	Variação 2017/2018 e 2019/2020 (%)	Variação 2018/2019 e 2019/2020 (%)
Educação Pré-Escolar	767	761	775	1,0	1,8
1º Ciclo do Ensino Básico	1.282	1.241	1.217	-5,1	-1,9
2º Ciclo do Ensino Básico	718	725	723	0,7	-0,3
3º Ciclo do Ensino Básico	1.066	1.046	1.021	-4,2	-2,4
Ensino Secundário	561	552	623	11,1	12,9
CC: Benavente	4.394	4.325	4.359	-0,8	0,8

Fonte: INE, vários anos.

O Ensino Secundário regista um papel claramente singular, decorrente de um crescimento muito significativo da procura, nos anos mais recentes. Assim, no triénio entre os anos letivos 2017/2018 e 2019/2020 esse crescimento situou-se nos 11,1%, tendo continuado a crescer no período mais recente, entre os anos letivos 2018/2019 e 2019/2020 (12,9%). Para este fenómeno concorrem múltiplos fatores, entre os quais o aumento da escolaridade obrigatória para o 12º ano representou um fator determinante, impulsionado por outros aspetos, como sendo a maior autonomia e mobilidade associada a estas faixas etárias, motivadas pela procura de estabelecimentos de ensino e de cursos específicos. Medidas complementares diversas, como as adotadas recentemente pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), para o próximo ano letivo, de comparticipação total dos passes dos alunos do ensino secundário residentes e a frequentarem as escolas da Lezíria do Tejo, a partir do próximo ano letivo (2021/2022).

Assim, e tendo por base o quadro seguinte, de acordo com os dados dos Anuários Estatísticos da Área Metropolitana de Lisboa, do Instituto Nacional de Estatística, no ano letivo 2019/2020 encontravam-se matriculados 4.359 alunos nos estabelecimentos de ensino do concelho. O ensino básico detinha 67,9% da procura efetiva, com 1.217 alunos inscritos no 1º CEB, correspondente a 27,9%, 723 alunos inscritos no 2º CEB, o que correspondia a 16,6% do total de alunos inscritos e 1.021 alunos matriculados no 3º CEB (23,4%). O Ensino Pré-escolar registava um total de 775 alunos (17,8%) e o Ensino Secundário 623 alunos, o que representava 14,3% do total de alunos matriculados e subseqüentemente constituía a menor proporção da procura efetiva, apesar da trajetória de crescimento muito expressivo nos anos mais recentes, tornando assim exetável a sua intensificação nos próximos anos.

Em Benavente, em resultado da aplicação do DL54/2018, os alunos com NEE são apoiados pelos docentes de educação especial dos Agrupamentos, através de medidas seletivas e universais. No âmbito da educação inclusiva existem quatro tipologias de estruturas de apoio à aprendizagem no AE de Benavente: Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) do Agrupamento de Escolas de Benavente, a Unidade de Apoio Especializado – Centro de Apoio à Aprendizagem da Escola Básica Duarte Lopes (UAE-CAA DL) e a Unidade de Apoio Especializado – Centro de Apoio à Aprendizagem da Escola Secundária (UAE-CAA Secundária), Sala de Apoio à Baixa Visão (SABV). No Agrupamento de Escolas de Samora Correia, na Escola Básica de Acácias, tem sede a Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo.

A Intervenção Precoce no concelho está a cargo da Equipa Local de Intervenção de Benavente, com sede no Centro de Saúde de Benavente.

4.1.2. Educação pré-escolar

Com base na mesma fonte de informação (Anuários Estatísticos Regionais, INE), o número de crianças inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar no concelho era de 775 alunos, no ano letivo 2019/2020. O último triénio registou, como é normal, uma ligeira flutuação na procura (767 alunos matriculados no ano letivo 2017/2018 e 761 alunos matriculados no ano letivo 2018/2019, o que traduz uma quebra de 6 alunos, com acréscimo superior, de 14 alunos, para o ano letivo 2019/2020), conducente a uma taxa de variação positiva de 1% para a globalidade deste período.

Todavia, a dinâmica da procura de educação pré-escolar revelou-se ligeiramente distinta em função da inserção na rede dos estabelecimentos escolares, pois muito embora estabelecimentos de ensino públicos e privados tenham registado trajetórias de crescimento neste período de 3 anos, no ensino público foi inferior ao ensino privado (0,6% e 1,8% respetivamente).

Quadro 29 – Número de crianças inscritas na rede privada lucrativa e solidária de pré-escolar 2021 (N.º)

Natureza Jurídica	Alunos Inscritos 2017/2018 (n.º)	Alunos Inscritos 2018/2019 (n.º)	Alunos Inscritos 2019/2020 (n.º)	Taxa de variação entre 2017/2018 e 2019/2020 (%)
Público	494	501	497	0,6
Privado	273	260	278	1,8
Total	767	761	775	1,0

Fonte: INE, vários anos.

De acordo com os dados da Carta Social, do MTSSS, os estabelecimentos com oferta de Educação Pré-Escolar no concelho de Benavente apresentam uma capacidade instalada de 275 lugares. A Creche e Jardim de Infância do Centro Bem Estar Social "Padre Tobias", situada na freguesia de Samora Correia, regista 150 utentes, o que traduz uma taxa de ocupação de 100% e a Creche e Jardim Infantil de Benavente, localizada na freguesia de Benavente, ainda que não tenha esgotada a sua capacidade total, apresenta uma taxa de ocupação de 98,4%, com apenas 2 vagas disponíveis.

Quadro 30 – Número de crianças inscritas na rede privada lucrativa e solidária de pré-escolar 2021 (N.º)

Freguesia	Designação do Estabelecimento	Natureza Jurídica	Capacidade	Utentes
Benavente	Creche e Jardim Infantil de Benavente	Associação de Solidariedade Social	125	123
Samora Correia	Creche e Jardim de Infância do Centro Bem Estar Social "Padre Tobias"	Fundação de Solidariedade Social	150	150
CC: Benavente			275	273

Fonte: Carta Social – MTSSS, 2021.

Rede Pública – Pré-escolar

Segundo a informação recolhida no processo de inquirição, os estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da rede pública do município de Benavente, no ano letivo de 2020/2021 totalizavam 533 alunos, o que não obstante alguma flutuação da procura no triénio 2018/2019 e 2020/2021, traduz um crescimento de aproximadamente 6% da procura efetiva.

Uma análise desagregada por freguesias, demonstra que a maioria dos alunos do Ensino Pré-Escolar frequentavam estabelecimentos de ensino localizados na freguesia de Samora Correia (303 alunos correspondente a cerca de 57% do total) e, por conseguinte, afetos ao Agrupamento de Escolas de Samora Correia. Os restantes repartiam-se pela freguesia de Benavente, com 197 alunos (37% do total) e pela freguesia de Santo Estêvão, que detinha 33 alunos (6%), que conjuntamente integram o Agrupamento de Escolas de Benavente (que totaliza 230 alunos, correspondente a 43% da procura efetiva da rede pública de Ensino Pré-Escolar).

Considerando a informação disponibilizada pelos diretores de agrupamento/escola sobre o local de residência dos alunos matriculados no ensino pré-escolar, importa notar que este nível de ensino acolhia alunos exclusivamente residentes no concelho de Benavente. Esta evidência resulta da procura de proximidade que

caracteriza este nível de ensino, com uma forte valorização de pendularizações que sejam possíveis de efetuar a pé.

Quadro 31 – Alunos inscritos nos estabelecimentos de educação pré-escolar, da rede pública, nos últimos 3 anos letivos, por agrupamento de escolas

Agrupamento de Escolas	Designação do Estabelecimento de Ensino	Freguesias	Alunos Inscritos 2018/2019 (n.º)	Alunos Inscritos 2019/2020 (n.º)	Alunos Inscritos 2020/2021 (n.º)
Benavente	Jardim de Infância n.º 3 de Benavente	Benavente	35	37	37
	Jardim de Infância de Foros da Charneca		32	30	31
	Escola Básica de Benavente (Centro Escolar de Benavente)		40	42	45
	Escola Básica n.º 1 de Benavente		40	41	43
	Escola Básica n.º 2 de Benavente		40	38	41
	Jardim de Infância de Santo Estêvão	Santo Estêvão	31	31	33
Samora Correia	Jardim de Infância da Lezíria	Samora Correia	50	50	50
	Jardim de Infância de Porto Alto		25	24	24
	Jardim de Infância Prof. António José Ganhão		99	94	92
	Escola Básica n.º 2 de Porto Alto (Centro Escolar de Porto Alto)		66	67	70
	Escola Básica de Samora Correia (Centro Escolar de Samora Correia)		46	41	67
CC: Benavente			504	495	533

Fonte: CEDRU, 2021.

As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) existem em todos os estabelecimentos de Ensino Pré-escolar.

No concelho, 35 crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar beneficiam de apoio terapêutico, quer por apresentarem Necessidades Educativas Especiais – NEE⁴, quer por serem acompanhadas por fatores de risco familiares, o que corresponde a aproximadamente 7% da procura. A distribuição dos alunos com NEE segundo os Agrupamentos de escolas da rede pública evidencia uma forte assimetria na distribuição, com o Agrupamento de Escolas de Benavente a concentrar a grande maioria dos alunos com NEE.

A ELI de Benavente realiza a Intervenção Precoce junto dos estabelecimentos de Ensino Pré-escolar do concelho, bem como nas creches e nos domicílios das crianças.

⁴ Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro - Necessidades Educativas Especiais. Com o Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva, surge a expressão Necessidades Educativas Específicas.

Quadro 32 – Alunos com NEE, com medidas universais ou Relatório Técnico-Pedagógico, ensino pré-escolar, no AE de Benavente

Designação do Estabelecimento de Ensino	Alunos Inscritos 2018/2019 (n.º)		Alunos Inscritos 2020/2021 (n.º)		Alunos inscrito 2022/2023 (n.º)	
	Medidas universais	Rel. Tec. Ped.	Medidas universais	Rel. Tec. Ped.	Medidas universais	Rel. Tec. Ped.
Escola Básica de Benavente (Centro Escolar de Benavente)	0	1	0	0	2	2
Escola Básica n.º 1 de Benavente	0	2	0	1	1	2
Escola Básica n.º 2 de Benavente	0	1	0	1	1	4
Jardim de Infância n.º 3 de Benavente	0	1	0	2	0	2
Jardim de Infância de Santo Estêvão	0	1	0	0	0	4
Jardim de Infância de Foros da Charneca	0	0	0	1	1	0
Total	0	6	0	5	5	14

Fonte: AE Benavente

4.1.3. 1º ciclo do ensino básico

De acordo com a informação obtida nos inquéritos dirigidos aos diretores de agrupamento/escola do município de Benavente, no ano letivo 2020/2021 encontravam-se inscritos nos estabelecimentos de 1º CEB um total de 1.210 alunos. A procura efetiva de alunos neste nível de ensino, à semelhança dos demais níveis de ensino, conheceu uma certa flutuação nos anos mais recentes, tendo, no entanto, crescido aproximadamente 3%, no período que decorreu entre os anos letivos de 2018/2019 e de 2020/2021.

Uma análise por freguesia evidencia importantes assimetrias na distribuição da procura efetiva, decalcando assim o padrão locativo de distribuição dos equipamentos de 1º CEB. Por conseguinte, a freguesia de Samora Correia concentra a grande maioria dos alunos que frequentam o 1º CEB (59%, correspondente a 714 alunos). A freguesia de Benavente ocupa a segunda posição, com 36,7% dos alunos (correspondente a 444 alunos), enquanto a freguesia de Santo Estêvão apresenta o quantitativo mais diminuto, com 52 alunos correspondente a 4,3% do total de alunos inscritos.

Esta distribuição dos alunos revela, por conseguinte, uma maior concentração no Agrupamento de Escolas de Samora Correia (59% da procura efetiva), enquanto o Agrupamento de Escolas de Benavente integra 496 alunos correspondente a 41% do total de alunos deste nível de ensino.

À semelhança do verificado para os estabelecimentos de Ensino Pré-escolar, estes equipamentos de ensino davam resposta exclusivamente a alunos residentes no próprio concelho, no ano letivo 2020/2021⁵. A menor autonomia que caracteriza a faixa etária das crianças que frequentam o 1º CEB, a par dos ganhos amplamente reconhecidos associados a pendularizações de curta-distância e realizadas a pé nestas idades, entre outros aspetos de natureza diversa (proximidade aos locais de trabalho dos pais, menores perdas de tempo nas

⁵ Inexistência de informação para a Escola Básica de Samora Correia - Centro Escolar de Samora Correia e para a Escola Básica das Acácias.

rotinas diárias, existência de redes de suporte familiar na área de residência, etc....) fundamentam a primazia de estabelecimentos de ensino localizados na proximidade da área de residência.

Quadro 33 – Alunos inscritos nos estabelecimentos de 1º CEB, da rede pública, nos últimos 3 anos letivos, por agrupamento de escolas

Agrupamento de Escolas	Designação do Estabelecimento de Ensino	Freguesias	Alunos Inscritos 2018/2019 (n.º)	Alunos Inscritos 2019/2020 (n.º)	Alunos Inscritos 2020/2021 (n.º)
Benavente	Escola Básica de Benavente (Centro Escolar de Benavente)	Benavente	160	165	172
	Escola Básica n.º 1 de Benavente		190	190	191
	Escola Básica n.º 2 de Benavente		55	58	61
	Escola Básica de Foros da Charneca		20	21	20
	Escola Básica de Santo Estêvão	Santo Estêvão	40	45	52
Samora Correia	Escola Básica n.º 2 de Porto Alto (Centro Escolar de Porto Alto)	Samora Correia	202	209	217
	Escola Básica de Samora Correia (Centro Escolar de Samora Correia)		197	210	186
	Escola Básica de Acácias		182	181	178
	Escola Básica de Fonte dos Escudeiros		130	136	133
CC: Benavente			1.176	1.215	1.210

Fonte: CEDRU, 2021.

No que trata aos serviços prestados pelos estabelecimentos de 1º CEB da rede pública, a totalidade presta Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e metade assegura a Componente de Apoio à Família (CAF)⁶. Entre os estabelecimentos de ensino que não dispõem de CAF, todos integram o Agrupamento de Escolas de Benavente, designadamente, a Escola Básica de Foros da Charneca, a Escola Básica n.º 2 de Benavente, a Escola Básica de Benavente (Centro Escolar de Benavente) e a Escola Básica de Santo Estêvão.

Quadro 34 – Alunos que frequentam as AEC e CAF nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública, no ano letivo 2020-2021, por agrupamento de escolas

Agrupamento de Escolas	Alunos Inscritos 2020/2021 (n.º)	Alunos em AEC (%)	Alunos em CAF (%)
Benavente	496	81,7	4,0
Samora Correia	714	41,3	9,8
CC: Benavente	1.210	57,9	7,4

Fonte: CEDRU, 2021.

⁶ Informação não disponível para a Escola Básica n.º 2 de Porto Alto (Centro Escolar).

No concelho, 72 crianças que frequentam os estabelecimentos de 1º CEB apresentam Necessidades Educativas Especiais – NEE⁷, no ano letivo 2020/2021.

A distribuição dos alunos com NEE segundo os Agrupamentos de Escolas da rede pública permite reconhecer uma incidência diferenciada, com o Agrupamento de Escolas de Benavente a dar resposta a 49 crianças, enquanto o quantitativo de alunos com NEE a frequentarem o Agrupamento de Escolas de Samora Correia é amplamente inferior (23 alunos).

Uma desagregação por estabelecimentos de ensino realça a forte concentração de alunos com esta condição inscritos na Escola Básica de Benavente (Centro Escolar de Benavente), 16 alunos, seguida pela Escola Básica n.º 1 de Benavente (13 alunos) e pela Escola Básica n.º 2 de Benavente (12 alunos).

Quadro 35 – Alunos com NEE, com medidas universais ou Relatório Técnico-Pedagógico, 1º Ciclo do Ensino Básico, no AE de Benavente

Designação do Estabelecimento de Ensino	Alunos Inscritos 2018/2019 (n.º)		Alunos Inscritos 2020/2021 (n.º)		Alunos Inscritos 2022/2023 (n.º)	
	Medidas universais	RTP	Medidas universais	RTP	Medidas universais	RTP
Escola Básica de Benavente (Centro Escolar de Benavente)	0	14	2	14	1	6
Escola Básica n.º 1 de Benavente	0	9	1	12	5	18
Escola Básica n.º 2 de Benavente	0	7	1	11	6	10
Escola Básica da Barrosa	0	3	-	-	-	-
Escola Básica de Santo Estêvão	0	3	2	3	1	4
Escola Básica de Foros da Charneca	0	4	2	1	0	4
Total	0	40	8	41	13	42

Fonte: AE Benavente

A Escola Básica de Acácias, no Agrupamento de Escolas de Samora Correia, é sede da Unidade de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo.

No ano letivo 2019/2020, a taxa de retenção no 1º CEB era de 3%, não se apresentando homogénea nos dois Agrupamentos de Escolas, com o Agrupamento de Escolas de Benavente a registar valores percentuais mais baixos (1,9%), comparativamente ao Agrupamento de Escolas de Samora Correia (3,8%). A percentagem de alunos que repete o ano letivo é variável de ano para ano, assim como é indissociável do quantitativo global de alunos que frequenta cada estabelecimento de ensino/Agrupamento de Escolas, sendo neste caso o número de alunos inscrito no Agrupamento de Escolas de Samora Correia amplamente superior ao do Agrupamento de Escolas de Benavente, e resulta da concertação de múltiplos fatores individuais, familiares e do contexto socioeconómico e educativo em que a criança se insere. Não obstante os ganhos verificados neste

⁷ Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro - Necessidades Educativas Especiais. Com o Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva, surge a expressão Necessidades Educativas Específicas.

domínio ao longo das últimas décadas e a vasta reflexão em torno das vantagens e desvantagens da mesma, a repetência em níveis iniciais do ensino básico continua a representar motivo de preocupação pelos impactos negativos no desempenho escolar dos alunos numa fase mais tardia.

Quadro 36 – Alunos retidos/que abandonaram nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública, no ano letivo 2019-2020, por agrupamento de escolas

Agrupamento de Escolas	Alunos Inscritos 2019/2020 (n.º)	Alunos retidos (n.º)	Taxa de retenção (%)
Benavente	479	9	1,9
Samora Correia	736	28	3,8
CC: Benavente	1.215	37	3,0

Fonte: CEDRU, 2021.

* Os dados relativos à Escola Básica n.º 2 de Porto Alto - Centro Escolar não se encontram contabilizados (não foram disponibilizados).

Outro dos fatores de profunda preocupação e reflexão são as situações de abandono escolar, pelos inúmeros impactes negativos atuais e futuros associados nas trajetórias de vida das crianças e jovens. No concelho, a taxa de abandono escolar no 1º CEB tem-se mantido particularmente diminuta nos anos mais recentes, de acordo com o inquérito aplicado aos diretores dos agrupamentos/estabelecimentos de ensino. No ano letivo 2017/2018 e 2018/2019 registaram-se 6 situações de abandono escolar respetivamente e no ano letivo 2019/2020 houve 3 situações (taxa de abandono média concelhia de 0,3%). De salientar que no triénio em análise a totalidade das situações de abandono escolar foram registadas no Agrupamento de Escolas de Benavente, sem que se tenha registado qualquer situação de abandono escolar no Agrupamento de escolas de Samora Correia.

4.1.4. 2º e 3º ciclo do ensino básico

Segundo a informação do INE, nos anos letivos mais recentes, o 2º CEB tem registado uma certa estabilização da procura efetiva, com uma taxa de variação entre os anos letivos 2017/2018 e 2019/2020 a indicar um crescimento muito ténue (0,7%).

O 3º CEB tem conhecido uma tendência regressiva de perda continuada de alunos, ainda que pouco significativa, tendo passado de 1.066 alunos no ano letivo 2017/2018, para 1.046 alunos no ano letivo 2018/2019 e para 1.021 alunos no ano letivo 2019/2020, perfazendo uma perda global no triénio considerado de -4,2% da procura efetiva.

De acordo com a informação disponibilizada pelos diretores de Agrupamentos/Escolas para os 3 anos letivos mais recentes e refletindo a própria mudança de ciclos, verifica-se que no triénio 2018/2019 e 2020/2021, o 2º CEB teve uma forte quebra da procura (-8,8%) no concelho.

Identifica-se ainda uma forte assimetria entre os dois Agrupamentos de Escolas, pois enquanto no Agrupamento de Escolas de Benavente o quantitativo de alunos inscritos aumentou ligeiramente (0,8%), no Agrupamento de Escolas de Samora Correia registou-se uma quebra importante (-14,1%). Assim, no ano letivo

2020/2021 estavam inscritos 635 alunos no 2º CEB, sendo que 250 frequentavam o Agrupamento de Escolas de Benavente e 385 alunos o Agrupamento de Escolas de Samora Correia.

A repartição dos alunos por estabelecimentos de ensino era bastante desigual, com a Escola Básica de Porto Alto a deter metade dos alunos que frequentavam o 2º CEB (50,1%), seguida pela Escola Básica Duarte Lopes (39,4%), enquanto a Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas registava apenas 10,6%.

Pelo contrário, o 3º CEB conheceu neste triénio um crescimento expressivo dos alunos inscritos (taxa de variação de 5,6%), tendência homogénea a ambos os Agrupamentos de Escolas (taxa de variação positiva de 6,9% no Agrupamento de Escolas de Benavente e de 4,7% no Agrupamento de Escolas de Samora Correia). Assim, no ano letivo 2020/2021, este ciclo de ensino contabilizava 1.083 alunos inscritos, sendo que 431 frequentavam o Agrupamento de Escolas de Benavente e 652 o Agrupamento de Escolas de Samora Correia.

Quadro 37 – Alunos inscritos nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclos do ensino básico da rede pública, por agrupamento de escolas, vários anos

Agrupamento de Escolas	2º CEB				3º CEB			
	Alunos Inscritos 2018/2019 (n.º)	Alunos Inscritos 2019/2020 (n.º)	Alunos Inscritos 2020/2021 (n.º)	Variação 2018/2019 e 2020/2021 (%)	Alunos Inscritos 2018/2019 (n.º)	Alunos Inscritos 2019/2020 (n.º)	Alunos Inscritos 2020/2021 (n.º)	Variação 2018/2019 e 2020/2021 (%)
Benavente	248	250	250	0,8	403	414	431	6,9
Samora Correia	448	433	385	-14,1	623	644	652	4,7
CC: Benavente	696	683	635	-8,8	1.026	1.058	1.083	5,6

Fonte: CEDRU, 2021.

No ano letivo 2020/2021, o 2º CEB contabilizava 30 turmas, apresentando o Agrupamento de Samora Correia um quantitativo ligeiramente superior (18 face a 12 no Agrupamento de Escolas de Benavente). Já o 3º CEB contabilizava 57 turmas, com uma distribuição por Agrupamento de Escolas contrária à do ciclo de ensino anterior, com o Agrupamento de Escolas de Benavente a deter a maioria (32 turmas face a 25 no Agrupamento de Escolas de Samora Correia).

Quadro 38 – Alunos inscritos/turmas nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclos do ensino básico da rede pública, por agrupamento de escolas, vários anos

Agrupamento de Escolas	2º CEB		3º CEB	
	Alunos Inscritos 2020/2021 (n.º)	Turmas 2020/2021 (n.º)	Alunos Inscritos 2020/2021 (n.º)	Turmas 2020/2021 (n.º)
Benavente	250	12	431	32
Samora Correia	385	18	652	25
CC: Benavente	635	30	1.083	57

Fonte: CEDRU, 2021.

Verifica-se uma clara prevalência de alunos residentes no concelho, muito embora os estabelecimentos sejam frequentados também por alunos exógenos ao concelho. No âmbito do 2º CEB, os alunos residentes fora do concelho representavam apenas 2,4% dos alunos inscritos (correspondente a 15 alunos), no ano letivo 2020/2021. Importa, no entanto, salientar que a totalidade dos alunos provenientes de fora do concelho frequentavam a Escola Básica Duarte Lopes e, portanto, estavam integrados no Agrupamento de Escolas de Benavente, não registando o Agrupamento de Escolas de Samora Correia qualquer aluno não residente no concelho.

De igual modo, também no 3º CEB existe uma prevalência de alunos residentes no concelho (98%). Os 23 alunos que residem em outros concelhos frequentam apenas os estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas de Benavente, sendo que a maioria (18) frequentam a Escola Secundária de Benavente e 5 a Escola Básica Duarte Lopes.

Os estabelecimentos de ensino com 2º e 3º CEB asseguram outros serviços (atividades complementares de ensino), sintomático do interesse e valorização crescente da prática de outras atividades, cada vez mais reconhecidos pelos seus diversos benefícios, quer para o desenvolvimento harmonioso e holístico das crianças e jovens, quer pelas suas vantagens associadas à promoção das aprendizagens escolares.

Neste domínio é observado um contraste entre os Agrupamentos de Escolas, com o Agrupamento de Escolas de Benavente a não dispor desta oferta. Pelo contrário, no Agrupamento de Escolas de Samora Correia, ambas as escolas oferecem atividades complementares diversas, com a tipologia de atividades a apresentar-se homogénea entre os dois estabelecimentos de ensino.

Os serviços prestados evidenciam, desde logo, uma notável diversidade, possibilitando assim abranger os múltiplos interesses e motivações dos alunos, desenvolvidos na área musical, das artes, da saúde, da matemática e robótica, perfazendo um total de 5 atividades complementares.

Quadro 39 – Atividades complementares nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclos do ensino básico da rede pública, por agrupamento de escolas

Agrupamento de Escolas	Designação do Estabelecimento	Atividades complementares (projetos, clubes, outros)
Benavente	Escola Básica Duarte Lopes	-
	Escola Secundária de Benavente	-
Samora Correia	Escola Básica de Porto Alto	Clube de Música Educação Saúde Robótica Oficina de Artes Laboratório Matemática
	Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas	Clube de Música Educação Saúde Robótica Oficina de Artes Laboratório Matemática

Fonte: CEDRU, 2021.

No ano letivo 2020/2021, o número de crianças com NEE era de 55 alunos no 2º CEB e de 52 alunos no 3º CEB, correspondendo a 8,7% e a 4,8% do total de alunos matriculados, respetivamente.

Os alunos com NEE a frequentarem o 2º CEB registavam uma distribuição relativamente idêntica por Agrupamentos de Escolas e subsequentemente por freguesias, uma vez que 19 frequentavam o Agrupamento de Escolas de Samora Correia e 36 o Agrupamento de Escolas de Benavente.

Já no que trata ao 3º CEB a distribuição de alunos com NEE por Agrupamento de Escolas apresentava-se díspar, com a grande maioria a integrar o Agrupamento de Escolas de Benavente (43 alunos), enquanto apenas 9 alunos frequentavam o Agrupamento de Escolas de Samora Correia.

Quadro 40 – Alunos com necessidades educativas especiais inscritos nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública, no ano letivo 2020-2021, por estabelecimento de ensino

Designação do Estabelecimento	Alunos inscritos com NEE (n.º)	
	2º CEB	3º CEB
Escola Básica Duarte Lopes	36	21
Escola Secundária de Benavente	0	22
Escola Básica de Porto Alto	16	6
Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas	3	3
CC: Benavente	55	52

Fonte: CEDRU, 2021.

As tipologias de NEE identificadas nos estabelecimentos de ensino do 2º CEB e 3º CEB foram: a educação de alunos cegos e com baixa visão, a unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com

perturbações do espectro do autismo e unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita (unidade de apoio especializado).

Quadro 41 – Alunos com NEE, com medidas universais ou Relatório Técnico-Pedagógico, 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico, no AE de Benavente

Designação do Estabelecimento de Ensino	Alunos Inscritos 2018/2019 (n.º)		Alunos Inscritos 2020/2021 (n.º)		Alunos Inscritos 2022/2023 (n.º)	
	Medidas universais	RTP	Medidas universais	RTP	Medidas universais	RTP
Escola Básica Duarte Lopes - 5º ano	0	20	1	18	2	23
Escola Básica Duarte Lopes - 6º ano	0	8	1	16	1	21
Total	0	28	2	34	3	44
Escola Básica Duarte Lopes - 7º ano	0	16	1	15	0	14
Escola Básica Duarte Lopes - 8º ano	1	10	1	4	0	13
Escola Básica Duarte Lopes – CEF (1º e 2º ano de formação)	-	-	-	-	7	6
Total	1	26	2	19	7	33
Escola Secundária de Benavente – 9º ano	2	12	0	16	0	12
Escola Secundária de Benavente – CEF (1º e 2º ano de formação)	3	7	0	6	0	-
Total	5	19	0	22	0	12

Fonte: AE Benavente

No que trata às retenções de alunos, entre os anos 2017/2018 e 2019/2020, regista-se uma quebra muito expressiva (-56%), passando-se de um total de 70 alunos para 31 alunos. A retenção observada ao longo deste triénio, bem como no ano letivo mais recente, foi mais significativa no Agrupamento de Escolas de Samora Correia. Uma análise mais detalhada por estabelecimento de ensino evidencia que a taxa de retenção era de 2,4% na Escola Básica Duarte Lopes e de 3,8% na Escola Básica do Porto Alto e de 7,7% na Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas.

No ano letivo mais recente, para o qual se dispõe de dados para as retenções (2019/2020), registaram-se no concelho de Benavente 53 retenções, o que traduz uma taxa de retenção de 5% e representa um decréscimo continuado face aos resultados nesta matéria obtidos nos anos letivos anteriores (89 alunos retidos em 2017/2018 e 70 alunos retidos em 2018/2019). Uma análise da taxa de retenção comparativa entre os diversos estabelecimentos de ensino do concelho, evidencia que a Escola Básica de Porto Alto apresenta uma proporção particularmente significativa (8,6%), enquanto os restantes estabelecimentos de ensino apresentam níveis mais homogéneos (4,7% na Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas, 4% na Escola Básica Duarte Lopes e 3,1% na Escola Secundária de Benavente).

Quadro 42 – Alunos retidos nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo do ensino básico da rede pública, por estabelecimento de ensino, no ano letivo 2019/2020

Designação do Estabelecimento	2º CEB		3º CEB	
	Alunos retidos (n.º)	Taxa de retenção (%)	Alunos retidos (n.º)	Taxa de retenção (%)
Escola Básica Duarte Lopes	6	2,4	10	4,0
Escola Secundária de Benavente		-	5	3,1
Escola Básica de Porto Alto	8	3,8	17	8,6
Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas	17	7,7	21	4,7
CC: Benavente	31	4,5	53	5,0

Fonte: CEDRU, 2021.

A taxa de abandono apresenta-se bastante diminuta e com uma tendência decrescente em ambos os ciclos de ensino, o que constitui um fator a destacar. Assim, no que trata ao 2º CEB, no período que decorreu entre os anos letivos 2017/2018 e 2019/2020, apenas registou situações de abandono escolar na Escola Básica Duarte Lopes, tendo decrescido de 4 para 2 alunos respetivamente nos 2 últimos anos letivos. Por conseguinte, no ano letivo 2019/2020 registou-se uma taxa média de abandono escolar no 2º CEB no concelho de Benavente de 0,3%.

Relativamente ao 3º CEB, neste triénio, o Agrupamento de Escolas de Samora Correia não registou qualquer situação de abandono escolar, enquanto foram verificadas situações nos dois estabelecimentos de ensino que integram o Agrupamento de Escolas de Benavente, ainda que de reduzida expressão. A Escola Secundária de Benavente teve 4 alunos que abandonaram o ensino em 2017/2018, 3 alunos em 2018/2019 e zero ocorrências em 2019/2020. A Escola Básica Duarte Lopes apresentou os mesmos valores, com a única diferença que no ano letivo 2019/2020 registou 2 situações de abandono escolar. Com efeito, no ano letivo 2019/2020 registou-se uma taxa média de abandono escolar no 3º CEB no concelho de Benavente de 0,2%.

4.1.5. Ensino secundário

De acordo com o inquérito aos diretores/coordenadores dos estabelecimentos de ensino, no ano letivo 2020/2021 frequentavam o Ensino Secundário da rede pública 675 alunos, repartidos por 2 estabelecimentos de ensino, ainda que de forma bastante diferenciada, com a Escola Secundária de Benavente a concentrar a grande maioria dos alunos (561 alunos face a 114 alunos inscritos na Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas), o que evidencia uma distribuição igualmente assimétrica dos alunos pelas freguesias de Benavente e de Samora Correia.

Nos últimos anos o Ensino Secundário registou um incremento continuado e muito significativo de alunos inscritos, de cerca de 27%, tendo passado de 531 alunos inscritos no ano letivo 2018/2019 para 595 alunos inscritos em 2019/2020 e posteriormente para 675 alunos no último ano.

Contabilizando um total 38 turmas no Ensino Secundário, a sua distribuição por freguesias e subsequentemente por Agrupamento de Escolas decalca a repartição espacial dos alunos pelos estabelecimentos de ensino. Com efeito, a Escola Secundária de Benavente concentrava a ampla maioria das

turmas (33), enquanto a Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas concentrava apenas 5 turmas.

Quadro 43 – Alunos inscritos /turmas nos estabelecimentos do Ensino Secundário da rede pública, por estabelecimento de ensino

Designação do Estabelecimento de Ensino	Alunos Inscritos 2018/2019 (n.º)	Alunos Inscritos 2019/2020 (n.º)	Alunos Inscritos 2020/2021 (n.º)	Turmas 2020/2021 (n.º)
Escola Secundária de Benavente	531	552	561	33
Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas	0	43	114	5
CC: Benavente	531	595	675	38

Fonte: CEDRU, 2021.

Frequentavam os estabelecimentos de Ensino Secundário do concelho 59 alunos residentes em outros concelhos, o que representava cerca de 9% da procura efetiva, no ano letivo 2020/2021. No entanto, a procura exógena ao concelho apenas se verificava no Agrupamento de Escolas de Benavente, mais especificamente na Escola Secundária de Benavente, com a Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas a ter unicamente alunos residentes no município.

Neste mesmo ano letivo, frequentavam ainda este nível de ensino 45 alunos com NEE (Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho), correspondente a 6,7% do total de alunos. Muito embora este valor seja reduzido, a leitura por Agrupamentos de Escolas evidencia uma forte concentração na Escola Secundária de Benavente (44 alunos com NEE), enquanto a Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas tinha um único aluno com NEE.

Entre os estabelecimentos de Ensino Secundário foi identificada uma unidade de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo na Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas. Na Escola Secundária de Benavente está sediada uma unidade de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita.

Quadro 44 – Alunos com Necessidades Educativas Especiais inscritos nos estabelecimentos do Ensino Secundário da rede pública, no ano letivo 2020-2021

Designação do Estabelecimento de Ensino	Alunos inscritos com NEE
Escola Secundária de Benavente	44
Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas	1
CC: Benavente	45

Fonte: CEDRU, 2021.

Quadro 45 – Alunos com NEE, com medidas universais ou Relatório Técnico-Pedagógico, ensino secundário, no AE de Benavente

Designação do Estabelecimento de Ensino	Alunos Inscritos 2018/2019 (n.º)		Alunos Inscritos 2020/2021 (n.º)		Alunos Inscritos 2022/2023 (n.º)	
	Medidas universais	RTP	Medidas universais	RTP	Medidas universais	RTP
10º ano - Regular	2	4	2	3	2	2
10º ano - profissional	2	6	4	7	2	6
11º ano - Regular	1	3	2	3	1	5
11º ano - profissional	3	4	1	10	2	6
12º ano - Regular	1	2	0	3	1	3
12º ano - profissional	0	5	5	4	2	7
Total	9	24	14	30	10	29

Fonte: AE Benavente

No Ensino Secundário, a taxa de retenção média no concelho, no ano letivo 2019/2020, era relativamente baixa (4,3%). Muito embora o número de alunos retido seja consideravelmente distinto entre os 2 estabelecimentos de Ensino Secundário, com a Escola Secundária de Benavente a apresentar um volume de retenções consideravelmente superior (24 alunos retidos face a 5 alunos na Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas), as taxas de retenção apresentam uma forte similaridade (4,3% na Escola Secundária de Benavente e 4,4% na Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas).

Quadro 46 – Alunos retidos/que abandonaram nos estabelecimentos Ensino Secundário da rede pública, por estabelecimento de ensino, no ano letivo 2019/2020

Designação do Estabelecimento	Ensino Secundário			
	Alunos retidos (n.º)	Taxa de retenção (%)	Alunos que abandonaram (n.º)	Taxa de abandono (%)
Escola Secundária de Benavente	24	4,3	0	0,0
Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas	5	4,4	0	0,0
CC: Benavente	29	4,3	0	0,0

Fonte: CEDRU, 2021

No ano letivo 2019/2020 não houve registo de situações de abandono escolar no Ensino Secundário no concelho de Benavente. Mesmo considerando um período de análise mais alargado, aos últimos 3 anos letivos, embora tendo existido, estas foram muito reduzidas e consistiram apenas em 2 alunos no ano letivo 2017/2018 e 1 aluno no ano letivo 2018/2019, situações identificadas apenas na Escola Secundária de Benavente.

Nos 6 cursos profissionais em funcionamento na Escola Secundária de Benavente inscreveram-se 170 alunos, no ano letivo 2020/2021. A procura efetiva nestes cursos aumentou 28% no último triénio, pois situava-se em 133 alunos inscritos no ano letivo 2018/2019.

Estes cursos profissionais registam quantitativos de procura diferenciadas, com o curso de desporto a apresentar o maior número de alunos (62), seguido com um valor consideravelmente inferior pelo curso profissional de instalações elétricas (35 alunos). Os cursos de saúde e de informática apresentam níveis de procura idênticos (23 alunos respetivamente) e as restantes ofertas profissionais, níveis de procura mais moderadas, pouco acima de uma dezena de alunos (o curso de turismo regista 15 alunos e o curso de ação educativa 12 alunos).

Uma análise global dos cursos profissionais em termos de retenção e de abandono apresenta-se bastante favorável, uma vez que no ano letivo 2019/2020 não se registou nenhuma situação de retenção de alunos e no que concerne ao abandono apenas foram registadas ocorrências (8) no curso profissional de instalações elétricas.

Quadro 47 – Alunos em cursos profissionais nos estabelecimentos de Ensino Secundário da rede pública, no ano letivo 2020-2021 (Nível de Qualificação 4)

Designação do Estabelecimento de Ensino	Desporto	Saúde	Instalações Elétricas	Informática	Turismo	Ação Educativa
Escola Secundária de Benavente	62	23	35	23	15	12
Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas	-	-	-	-	-	-
CC: Benavente	62	23	35	23	15	12

Fonte: CEDRU, 2021.

4.2. Projeções da população escolar

4.2.1. Nota introdutória

Segundo o Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro, nomeadamente no que concerne aos objetivos, a Carta Educativa visa promover a adequação da rede de estabelecimentos, de modo que, em cada momento, as ofertas educativas respondam à procura efetiva que se manifeste em cada um dos níveis de ensino. Neste quadro, a melhor utilização dos recursos educativos só poderá ser efetivamente concretizada se, no início de cada ano letivo, a oferta conseguir dar uma resposta adequada às necessidades da procura.

Com base na interpretação da evolução demográfica recente e das tendências de urbanização local é possível desenvolver algumas conclusões sobre tendências e impactes da demografia na evolução da procura educativa no Concelho do Benavente. Acresce que, em qualquer processo de planeamento municipal, a componente demográfica deverá ser destacada, na medida em que se assume como um dos pilares de sustentação e vertebração do desenvolvimento territorial, geradora de fluxos espaciais e de novas necessidades e conceitos, cujos impactes se refletem na organização e modelação do espaço, nomeadamente no que concerne à programação de equipamentos e infraestruturas.

Torna-se assim evidente a necessidade de prospetivar os quantitativos populacionais futuros para se identificarem, atempadamente, algumas carências e problemas que daí advenham, nomeadamente na programação de equipamentos escolares, para satisfazer as necessidades dos habitantes que previsivelmente se virão instalar no concelho num futuro próximo e/ou para colmatar/resolver as necessidades já sentidas pelas populações atualmente. O modelo a adotar na Carta Educativa destina-se a esse fim, pois consegue estimar a estrutura etária da população, em momentos posteriores.

Deste modo, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2031, utilizando o modelo *cohort survival* aberto.

O modelo *cohort survival* aberto corresponde a um modelo que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que sofre o mesmo tipo de acontecimentos demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Existem dois pressupostos de base, no modelo: i) a existência de um grupo etário e um período de projeção, sendo que este deve corresponder à amplitude do primeiro; ii) a probabilidade que um grupo etário tem, num dado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte, num momento posterior. Aqui está subjacente uma equação de concordância onde a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os nascimentos e as imigrações, e se subtraem os óbitos e as emigrações (traduz o efeito do crescimento natural e da variação migratória, na evolução da população, durante um determinado período de tempo).

Nesta projeção, especialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2011 - 2021, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2021-2025 e 2021-2031. Dadas as características do concelho, localizado num território dinâmico, competitivo e atrativo, originando que as freguesias estejam em permanente mutação, no que se refere ao seu modelo de desenvolvimento e ocupação do território, bem como da atual política de desenvolvimento territorial preconizada no âmbito da Revisão do PDM do Benavente, as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos (tendencial e voluntarista moderado). Com base nestes dados de projeção demográfica, construíram-se dois cenários prospetivos de procura educativa por nível de ensino, nomeadamente no que se refere à Rede Pública.

4.2.2. CENARIZAÇÃO DEMOGRÁFICA (2025 e 2031)

Num primeiro momento, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2031, utilizando o modelo *cohort survival*. Nesta projeção, especialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2011 - 2021, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2021-2025 e para 2021-2031. Dadas as características do concelho, o impacto previsível gerado pela crise pandémica, e o timing de realização (muito próximo do Recenseamento Geral da População de 2021), as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram, numa fase posterior, desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos.

A aplicação do modelo, com o objetivo de prospetivar a população residente no concelho, no ano de 2025 e 2031, a partir da evolução demográfica patenteada durante a segunda década de 2000, processou-se a vários níveis: estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade, e saldo migratório.

O primeiro passo metodológico centrou-se na recolha estatística das variáveis necessárias:

- População residente para todas as freguesias do concelho, por grupo etário, em 2011 e em 2021;
- Nados-vivos por grupos etários das mães (grupos etários decenais férteis: dos 10 aos 59 anos), para todas as freguesias, entre 2011 e 2020;
- Óbitos, por grupo etário, para todos os anos entre 2011 e 2020;
- Óbitos com menos de 1 anos entre 2011 e 2020;
- Taxa de mortalidade infantil média do último quinquénio;
- Taxa de natalidade e mortalidade para as freguesias, o concelho, a Lezíria do Tejo e o Continente, em 2011 e 2021;
- Taxa de crescimento migratório para o Continente e a Lezíria do Tejo, entre 2010 e 2021.

Com a população residente em 2011, com o saldo fisiológico (crescimento natural) durante o período 2011-2020 e com a população recenseada em 2021, foi encontrado o saldo migratório (à população recenseada em 2021 subtraiu-se o saldo fisiológico) e a respetiva taxa.

Elaboraram-se, depois, as taxas de natalidade específicas ((nados-vivos por grupo etário / população residente por grupo etário)*Taxa de sobrevivência infantil) e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário (1-(óbitos por grupo etário/ população residente média do grupo etário na década)). Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar na década de projeção, consideraram-se os nados-vivos registados ao longo da segunda década de 2000. As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para o período em projeção foram as registadas em 2021, aplicando-se, depois, a probabilidade de sobrevivência (1- taxa mortalidade infantil). Esta operação permite quantificar o número de nados-vivos que sobrevivem, sendo importante pelo facto de neste período da vida a mortalidade ser relativamente elevada.

As taxas de migração utilizadas foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas à população residente em 2021, pois considerou-se que a tendência se iria manter (partiu-se do pressuposto de que na década seguinte - 2021-2031 -, o saldo migratório iria ser semelhante, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2021).

Para projetar a população do primeiro escalão (0 - 9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respetivo, em 2021. Os escalões etários seguintes, correspondem ao produto da população residente em 2021, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação tem a mesma lógica, mas entra-se em linha de conta com os grupos etários anterior (60 - 69 anos) e o último (70 e mais anos) que engloba o resto da população, dado que é um grupo etário aberto.

Posteriormente, foi necessário reequacionar e readaptar o exercício, para construir outros cenários, face à dinâmica social observada nos últimos 2 anos (pós-censos), nomeadamente em termos de fixação de

população migrante, e das perspetivas que existem à data relativamente aos postos de trabalho a criar no curto prazo (a concretização das múltiplas intensões de investimento existentes/em curso irá gerar cerca de 2.000 postos de trabalho nos próximos 5 anos), com impacte direto na fixação de novos residentes no concelho, sobretudo casais em idade fértil e/ou com filhos menores.

Quadro 48 – Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A - cenário Recuperação acelerada e B – cenário alternativo voluntarista, C - cenário alternativo Dinâmica moderada)

Grupo etário	2011	2021	Cenário Tendencial (Recuperação acelerada) A		Cenário alternativo (Voluntarista) B		Cenário Alternativo (Dinâmica moderada) C	
			2025	2031	2025	2031	2025	2031
0-9	3400	2777	3371	3383	4802	4881	3477	3725
10-19	3321	3470	3502	3462	4780	5021	3692	3836
20-29	3374	3207	4135	4289	4910	5705	3649	3795
30-39	4885	3511	4425	4799	4806	5200	4284	4495
40-49	4413	4806	5597	5067	6106	5806	4773	4964
50-59	3409	4297	6189	7217	6490	7891	3687	3835
60-69	2973	3300	4749	5737	4946	5896	3416	3544
+70	3244	4341	5176	5862	5720	6550	4509	4649
Total	29019	29709	37144	39816	42558	46950	31487	32843
Var. face a 2021	-	.	25,0	34,0	43,2	58,0	6,0	10,5

Fonte: INE (2011 e 2021) e elaboração própria (2025 e 2031)

Conforme se conclui da análise do quadro anterior, a população no cenário tendencial (cenário de recuperação acelerada, de regresso às dinâmicas observadas no início do século), terá uma evolução positiva muito acentuada, contabilizando-se um acréscimo, em 2025, em torno dos 25% (mais 7.300 residentes, aproximadamente). Este cenário é altamente improvável, face à evolução recente das principais variáveis demográficas. Neste contexto, o cenário alternativo de dinâmica moderada, deverá refletir uma maior aproximação à realidade demográfica perspetivada para os próximos anos.

Este cenário, face à dinâmica social atual, nomeadamente em termos de fixação de população migrante, e das perspetivas que existem de concretização diversos investimento geradores de emprego (cerca de 2.000 postos de trabalho nos próximos 5 anos), que irão resultar na fixação de novos residentes no concelho, sobretudo casais em idade fértil e/ou com filhos menores, deverá assumir-se como o cenário de referência a adotar.

Com base neste cenário alternativo de dinâmica moderada, em 2025, a população residente no concelho será 31.487 e, em 2031, de 32.843 habitantes, traduzindo neste último um acréscimo de 10,5% face ao valor contabilizado em 2021.

4.2.3. Censurização da população a escolarizar (2025 e 2031)

No caso dos equipamentos educativos, procurou-se proceder à repartição da população estimada para os dois primeiros grupos etários decenais, que são aqueles que agregam a população potencialmente a escolarizar, pela idade, ano a ano, que os compõem. Assim, optou-se por, em primeiro lugar, verificar qual o peso relativo que, em 2011 e 2021, cada ano representava no total do grupo decenal e, em segundo lugar, aplicar a mesma proporção (média ponderada) aos valores estimados para 2025 e 2031, em cada cenário. De tal opção resulta que, por exemplo, todas as crianças que em 2021 possuíam 1 ano, terão previsivelmente 11 anos em 2031, a manterem-se, como preconiza o modelo, as suas probabilidades de sobrevivência e migração em cada um dos cenários equacionados.

Relativamente aos jardins-de-infância, estima-se que a “população-alvo” (crianças com 3 a 5 anos), em 2031, se situe próxima das 1.002 crianças (no Cenário C).

Quadro 49 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: jardins-de-infância

Freguesia	Jardim de Infância: 3-5 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Barrosa	22	22	18	23	23	18
Benavente	368	406	299	382	416	326
Samora Correia	510	815	506	501	818	571
Santo Estevão	59	102	57	59	111	87
Total	959	1345	880	965	1368	1002

Fonte: Elaboração própria.

No que respeita ao 1º ciclo, estima-se que a “população-alvo” (crianças com idade compreendida entre os 6 e os 9 anos), em 2031, ronde as 2.030 crianças (no Cenário C) ou as 1.310 crianças (no Cenário A). As diferenças intra-freguesias são significativas, relevando, em termos absolutos, a importância da freguesia de Samora Correia. Pelo contrário, Barrosa possuirá efetivos bastante inferiores neste nível de ensino, quando comparada com as restantes freguesias (32, em 2031, no cenário C).

Quadro 50 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 1º ciclo

Freguesia	1º Ciclo: 6-9 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Barrosa	37	37	30	40	40	32
Benavente	411	454	602	427	465	662
Samora Correia	765	1222	1169	751	1227	1242
Santo Estevão	93	160	74	92	173	94
Total	1306	1873	1875	1310	1905	2030

Fonte: Elaboração própria.

No 2º ciclo, o número de efetivos populacionais apresenta-se mais reduzido (nível de ensino compreende, potencialmente, apenas crianças com 10 e 11 anos). Em 2031, no Cenário A perspetivam-se 795 crianças e, no Cenário C, esse valor ronda as 965 crianças.

Quadro 51 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 2º ciclo

Freguesia	2º Ciclo: 10-11 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Barrosa	12	12	10	13	13	10
Benavente	196	253	205	206	222	265
Samora Correia	532	746	626	513	824	610
Santo Estevão	66	90	73	63	101	80
Total	806	1101	914	795	1160	965

Fonte: Elaboração própria.

No que respeita ao 3º ciclo, estima-se que a população-alvo (crianças com idade compreendida entre os 12 e os 14 anos), em 2031, ronde as 1065 crianças (no Cenário C) ou as 993 crianças (no Cenário A). As diferenças intra-freguesias são significativas, com relevo para a freguesia de Samora Correia que mais uma vez possui um quantitativo bastante significativo (693, no Cenário C).

Quadro 52 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 3º ciclo

Freguesia	3.º Ciclo: 12-14 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Barrosa	11	11	9	12	12	10
Benavente	281	363	255	297	320	288
Samora Correia	640	897	612	616	990	693
Santo Estevão	71	97	67	68	110	74
Total	1003	1368	943	993	1432	1065

Fonte: Elaboração própria.

No ensino secundário, o número de efetivos populacionais é pouco expressivo (nível de ensino compreende, potencialmente, crianças com 15 e 17 anos, mas face ao acumular das taxas de repetência nos anos anteriores deve incorporar/deve ponderar a inclusão da população com 18 e 19 anos). Em 2031, no Cenário A perspetivam-se 999 crianças e, no Cenário C, esse valor ronda as 1.099 crianças.

Quadro 53 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: Secundário

Freguesia	Secundário: 15-17 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Barrosa	14	14	11	16	16	13
Benavente	260	336	308	274	296	379
Samora Correia	658	923	596	634	1018	627
Santo Estevão	78	107	72	75	120	80
Total	1010	1380	987	999	1450	1099

Fonte: Elaboração própria.

No caso dos equipamentos (educativos), em todos os níveis de ensino, deve ressaltar-se que os valores apresentados representam a estimativa de população residente com idade “normal” para frequentar esse nível, não correspondendo à população efetivamente a “escolarizar”.

Esta discrepância potencial afigura-se relevante por exemplo no ensino básico (2º e 3º ciclos) onde as taxas de retenção, podem contribuir para a presença de alunos com idade superior em níveis de ensino mais baixos, ou no ensino secundário onde existem maiores taxas de repetência. Por outro lado, sobretudo neste último nível é importante ter em conta que os valores podem ser mais elevados, refletindo também, em parte, a capacidade de atração relativamente a alunos provenientes de outros concelhos.

Neste quadro, existem diversas dinâmicas e características territoriais e setoriais que importa ter presente e que implicaram um exercício de ponderação gerador de reajustamento dos valores, de modo a garantir uma melhor adequação e elevar o grau de confiança relativamente às projeções da população a escolarizar em 2025 e 2031. Dos descritores com maior relevância, aponta-se a representatividade da população em idade escolar residente noutros concelhos limítrofes, mas que frequenta os estabelecimentos localizados no concelho e, por outro lado, a importância que o insucesso escolar possui em alguns níveis de ensino, gerando taxas de repetência importantes e conseqüentemente provocando a manutenção dos alunos com idades mais “avançadas” face ao expectável para esse nível. Finalmente, importa ainda ter presente a importância que a Rede Privada e Solidária assume no Concelho, nomeadamente detendo um número muito significativo de crianças no pré-escolar.

Assim, metodologicamente optou-se por: i) num primeiro momento, verificar a representatividade dos alunos residentes em Benavente, por freguesia de localização dos estabelecimentos escolares (com base nos valores médios registados nas escolas localizadas nessas freguesias); ii) num segundo momento, aplicar esses valores às estimativas de população em idade de frequentar os diversos níveis de ensino (neste contexto, os valores foram acrescidos em função da população oriunda de outros concelhos que virá frequentar as escolas de Benavente); iii) num terceiro momento, ponderar o peso que a população que trabalha ou estuda noutro concelho e o seu potencial impacte nos diversos níveis de ensino; iv) considerar as taxas de repetência e abandono, nos estabelecimentos escolares da Rede Pública sediados em cada freguesia, aplicando esses valores à população escolar estimada.

Quadro 54 – Indicadores relevantes para calibrar a população a escolarizar na rede pública

Tx. repetência e abandono (%), por nível de ensino			
1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
3,3	4,8	5,2	4,3
Alunos residentes noutros concelho (%)			
1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
0,0	2,4	2	9

Fonte: Elaboração própria, com base na informação do inquérito.

Independentemente da incerteza e constrangimentos inerentes à realização de qualquer exercício de estimativas demográficas/escolares (num quadro de múltiplas e complexas variáveis/ fenómenos, de previsibilidade incerta), a aplicação desta metodologia, de passos sequenciais, ajustados às características atuais do Sistema Educativo de Benavente, permite projetar com maior confiança a população que irá integrar as Escolas da Rede Pública (e rede privada e solidária, no caso do pré-escolar), nos próximos anos.

As matrizes seguintes, sinalizam a procura potencial por cada nível de ensino (2025 e 2031), em cada uma das freguesias analisadas.

Quadro 55 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025-2031): jardins-de-infância

Freguesia	Jardim de Infância: 3-5 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Barrosa	22	22	24	23	23	28
Benavente	368	406	339	382	416	356
Samora Correia	540	815	526	551	818	591
Santo Estevão	59	102	57	59	111	77
Total	989	1345	946	1015	1368	1052

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

Quadro 56 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025-2031): 1º ciclo

Freguesia	1º Ciclo: 6-9 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Barrosa	38	38	34	41	41	36
Benavente	425	469	622	441	480	692
Samora Correia	790	1262	1189	776	1267	1282
Santo Estevão	96	165	84	95	179	106
Total	1349	1935	1929	1353	1968	2116

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

Quadro 57 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025-2031): 2º ciclo

Freguesia	2.º Ciclo: 10-11 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Barrosa	13	13	10	14	14	10
Benavente	210	271	225	221	238	285
Samora Correia	570	800	656	550	883	690
Santo Estevão	71	96	83	68	108	96
Total	864	1180	974	852	1244	1081

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

Quadro 58 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025-2031): 3º ciclo

Freguesia	3.º Ciclo: 12-14 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Barrosa	12	12	10	13	13	11
Benavente	301	389	285	318	343	318
Samora Correia	686	962	812	660	1061	993
Santo Estevão	76	104	67	73	118	74
Total	1075	1466	1174	1064	1535	1396

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

Quadro 59 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025-2031): Secundário

Freguesia	Secundário: 15-17 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Barrosa	16	16	13	18	18	14
Benavente	295	381	338	310	335	399
Samora Correia	746	1046	656	718	1153	697
Santo Estevão	88	121	82	85	136	92
Total	1144	1564	1089	1132	1643	1202

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

Estabelecendo uma comparação entre a população presente atualmente no Sistema (Rede Pública e privada) em cada um dos níveis de ensino, e os cenários criados para 2025 e 2031, observa-se que existirá um acréscimo do número de alunos muito significativo em todos os níveis de ensino. Ou seja apesar da trajetória de redução da natalidade durante a década anterior e o impacte da pandemia, face às dinâmicas socioeconómicas atuais e perspetivas de investimento no curto prazo (fixação de migrantes; maior intensidade dos fluxos migratórios, internos e externos; criação de cerca de 2.000 postos de trabalho; cerca de 500 fogos com licença de construção), no concelho/região, será exigida uma grande capacidade de adaptação da rede, nos próximos anos.

Quadro 60 – Rede Pública (n.º de alunos; diferencial face ao ano letivo 2020/2021)

Ciclos	2020/2021 (Público)	2031			Variação 2020/2021-2031		
		Cenário tendencial (Recuperação acelerada)	Cenário alternativo (Voluntarista)	Cenário alternativo (dinâmica moderada)	Cenário tendencial (Recuperação acelerada)	Cenário alternativo (Voluntarista)	Cenário alternativo (dinâmica moderada)
Pré-escolar	781*	1015	1368	1052	30,0	75,2	34,7
1º Ciclo	1210	1353	1968	2116	11,8	62,6	74,9
2º Ciclo	635	852	1244	1081	34,2	95,9	70,2
3º Ciclo	1083	1064	1535	1396	-1,8	41,7	28,9
Secundário	675	1132	1643	1202	67,7	143,4	78,1
Total	3709	5416	7758	6847	46,0	109,2	84,6

* 533 (rede pública)

Fonte: Equipa Técnica (2021)

4.3. Matriz Síntese de Diagnóstico

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Importância da Vila de Benavente e de Samora Correia no sistema urbano regional e na estrutura funcional concelhia e regional; ▪ Tendência decrescente das taxas de retenção e desistência no 1º, 2º e 3º CEB; ▪ Taxa de abandono escolar muito reduzida é demonstrativo de um resultado positivo das políticas educativas municipais e do sistema de ensino e desenvolvimento social no concelho de Benavente; ▪ Existência de uma oferta diversificada de atividades complementares de ensino é revelador de uma crescente valorização de outras abordagens para o desenvolvimento das crianças e dos jovens; ▪ Acréscimo de população no concelho e nos seus principais aglomerados (Benavente e Samora Correia) na última década e elevada capacidade de atração de população migrante; ▪ Saldo global dos movimentos de entradas e saídas de população ativa e estudantil positivo em 2021; ▪ As projeções da população escolar apontam para uma evolução positiva na próxima década. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da população com mais de 65 anos no concelho; ▪ Percentagem significativa de população residente com níveis de instrução iguais ou inferiores ao ensino básico.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Período de forte investimento na inovação e digitalização com potencial de alavancagem de novas abordagens nas metodologias de ensino, mais dinâmicas e atrativas para os alunos; ▪ Existência de programas de âmbito europeu capazes de dinamizar o ensino e a partilha de experiências com outros países, como o programa Erasmus+; ▪ A Lei da Transferência de Competências para as Autarquias (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro) promove o planeamento a uma escala local e intermunicipal e, conseqüentemente, uma intervenção adaptada a cada contexto territorial e socioeconómico; ▪ Mobilização concertada de várias fontes de financiamento, europeias e nacionais, nomeadamente, o novo período comunitário de apoio (PT2030) e do mecanismo de recuperação e resiliência (PRR), favorável para medidas em linha com a dimensão “Transição Digital” (C20 Escola Digital) mas também em linha com a dimensão “Transição Climática” (C13 Eficiência Energética em Edifícios). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Poli-crisis representam fator de risco acrescido para o ensino, com impacte no desenvolvimento de competências sociais das crianças; ▪ Falta de atratividade da profissão de docente coloca em causa a renovação do corpo docente para os próximos anos; ▪ Acentuar das debilidades infraestruturais e do estado de conservação dos equipamentos escolares de 2.º e 3.º ciclo e do ensino secundário, na ausência de investimento público relevante; ▪ Falta de recursos humanos não docentes nas escolas é um entrave ao pleno funcionamento dos equipamentos escolares.

5. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

5.1. PRINCIPIOS ORIENTADORES

5.1.1. Equipamentos escolares: instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos

Atualmente, o desenvolvimento integrado e sustentável constitui um dos principais objetivos e desafios, seja ao nível nacional, seja, sobretudo, ao nível local. Os equipamentos coletivos desempenham um papel relevante na medida em que contribuem para a qualificação do quadro de vida das populações em domínios considerados estratégicos para a prossecução do desenvolvimento integrado. A educação assume-se como um dos principais domínios estruturadores desse processo de desenvolvimento.

Atuando como plataformas de sustentação das políticas públicas, assumem outra relevância instrumental conferida pelos impactes que têm no território e no quotidiano dos cidadãos. Assim, os equipamentos coletivos constituem a um tempo, instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos, e, num segundo tempo, formas de estruturação do sistema urbano, influenciando na afirmação de centralidades e no protagonismo funcional dos espaços, contribuindo para um correto ordenamento do território, a diferentes escalas.

Neste contexto, o exercício de programação e planeamento de equipamentos escolares assume uma dupla relevância:

- ▶ A um tempo, diagnosticando as necessidades quantitativas e qualitativas, e identificando os investimentos que serão necessários realizar, de forma a suprir as necessidades atuais e futuras, no quadro de uma política de desenvolvimento integrado e sustentável, onde emerge a Educação com um papel aglutinador e central na prossecução de diversas políticas públicas;
- ▶ A outro tempo, contribuindo para o planeamento urbanístico e para a concretização de um modelo de desenvolvimento sustentável harmonioso, multidimensional, contemplado noutros instrumentos de ordenamento e gestão territorial, nomeadamente o Plano Diretor Municipal (PDM).

5.1.2. Equipamentos escolares: instrumentos de integração social

No Concelho de Benavente, a programação e planeamento dos equipamentos escolares reveste-se de uma importância elevada, dadas as especificidades que caracterizam este território, resultantes da sua inserção na Lezíria do Tejo, na periferia imediata da Área Metropolitana de Lisboa e dos eixos de ligação a Lisboa. Esta situação, este posicionamento regional, gera um conjunto de problemáticas, pressões demográficas e respostas que colocam importantes desafios à programação e planeamento dos equipamentos escolares. É o caso de fenómenos como:

- ▶ A forte pressão demográfica. O acentuado crescimento demográfico registado nos últimos anos, tem consolidado uma lógica de metropolização do concelho, reforçando-se a sua lógica bipolar, eixo Samora Correia- Porto Alto e Benavente, com impacte muito forte na procura escolar nos estabelecimentos existentes nesses núcleos urbanos;
- ▶ A necessidade de assumir a Escola, enquanto estrutura de apoio e de acolhimento, enquanto elemento identitário e âncora da vivência e proximidade à Comunidade;

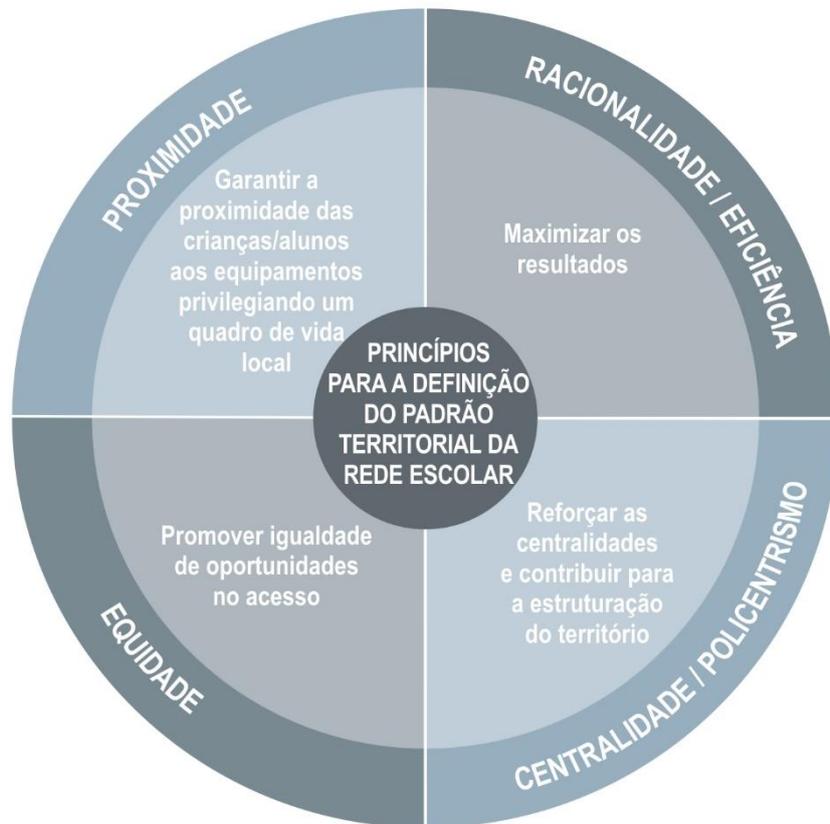
- ▶ A acentuada procura de respostas para ocupação das crianças fora do horário letivo, fruto da recomposição das estruturas familiares, de uma participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego e de uma pendularização (casa-emprego), com tempos de deslocação bastante relevantes;
- ▶ A presença de população migrante com elevados défices de conhecimento da língua portuguesa, de integração social e económica, com potencial impacte nos resultados escolares (níveis de insucesso escolar);

5.1.3. A territorialidade da Rede Escolar

A partir da concertação dos desafios com que a Carta Educativa de Benavente se depara, foram definidos quatro grandes princípios de sustentação do padrão territorial da Rede:

- ▶ A prossecução de uma lógica de equidade, de modo que seja assegurada uma distribuição que possibilite a todas as crianças/alunos a igualdade de oportunidades no acesso à Escola;
- ▶ A prossecução de uma lógica de proximidade, uma vez que a distribuição espacial deverá garantir que as escolas (nos primeiros níveis: pré-escolar e 1º ciclo), em alguns territórios específicos, se localizem próximo das áreas de residência das crianças/alunos, privilegiando um quadro de vida local e evitando extensos movimentos pendulares;
- ▶ A preocupação em contribuir para a estruturação do território assente num modelo policêntrico, em que a localização/distribuição dos equipamentos permita reforçar as centralidades locais;
- ▶ O cumprimento dos princípios de racionalidade e eficiência, promovendo uma espacialização e afetação de recursos que maximize os resultados a gerar (melhorar o sucesso escolar, promover uma maior integração social, reforçar o protagonismo e atratividade de algumas centralidades).

Figura 24 – Padrão territorial da rede: Princípios



Fonte: Equipa Técnica (2022)

F

5.2. MATRIZ ESTRATÉGICA

5.2.1. Visão Estratégica

Considerando a situação atual da Rede Escolar no Concelho de Benavente, bem como os objetivos definidos para a Carta Educativa, a estratégia de intervenção visa:

- ▶ Orientar a ação municipal em termos de planeamento e ordenamento do território e de uma maior integração das políticas públicas, concedendo à Educação um papel central na prossecução do desenvolvimento integrado e sustentável do Concelho de Benavente;
- ▶ Orientar a ação municipal, sinalizando as orientações, necessidades e prioridades de investimento, na ótica da qualificação das condições físicas e humanas da oferta existente, melhorando as condições de aprendizagem e contribuindo para a melhoria global do sistema de ensino no concelho;
- ▶ Orientar a ação municipal, procurando estabelecer sinergias e desenvolver parcerias colaborativas à escala intermunicipal, que reforcem a atratividade sub-regional, garantam ganhos de eficácia e eficiência multi-escalar e permitam encontrar as melhores respostas para problemas e/ou necessidades transversais à Lezíria do Tejo.

Assim, a Estratégia de Intervenção desenhada pretende contribuir para a materialização de uma ambição para o concelho de Benavente, sintetizada na mensagem:

Figura 25 – Visão Estratégica



Fonte: Equipa Técnica (2022)

5.2.2. Princípios e Objetivos Estratégicos

Conforme consagra o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, este deve ser o instrumento referencial de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho de Benavente, de acordo com as ofertas de educação a satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico do Concelho.

Trata-se assim de uma visão para a programação da rede de equipamentos educativos, que procura incorporar os princípios do planeamento estratégico ao setor da Educação. Neste quadro, a um tempo, trata-se de um produto, temporalmente concretizado, que procura consubstanciar a política educativa num dado território (o concelho de Benavente). A outro tempo, deve ser encarada como um processo, em permanente avaliação e atualização, no quadro das transformações territoriais e socioeconómicas do território municipal e sub-regional assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional (aspeto particularmente pertinente e atual, dado o contexto de transferência de competências e responsabilidades do Estado para os Municípios). Por conseguinte, pretende articular uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial.

Na vertente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos de qualidade, diferenciadores e diversificados, através do funcionamento em rede dos estabelecimentos (conceito de escola nuclear – sede - que inclui recursos físicos e humanos especializados). Neste contexto, emerge com significado a necessidade de consolidação e afirmação dos Agrupamentos de Escolas, pela qualidade do ensino ministrado e pela diferenciação das ofertas disponibilizadas. Relativamente à vertente de ordenamento do território, a

Revisão da Carta deverá procurar responder às tendências de organização do território e à política de desenvolvimento multidimensional em curso, levando em consideração o sistema territorial e urbano existente ou a consolidar, bem como as dinâmicas evolutivas e linhas de intervenção que estruturam a política de emprego, de habitação, cultural, desportiva ou social no Concelho de Benavente.

Nesta perspetiva, as propostas de reconfiguração da rede educativa devem ser efetuadas de um modo relacional, entendendo os estabelecimentos de ensino como organizações que fazem parte de redes de equipamentos coletivos que procuram prestar um serviço de qualidade às populações. Assim, nenhum estabelecimento de educação ou ensino deverá ser considerado isoladamente, mas sim integrado em redes de equipamentos concebidos como organizações integradas e integradoras, tanto no plano interno como no das relações com a comunidade.

Neste contexto, o Sistema de Ensino (rede pública), deverá pautar a sua atuação com base nos seguintes Princípios Estratégicos:

- ▶ desenvolvimento harmonioso de uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar das crianças/alunos;
- ▶ funcionamento articulado dos diversos serviços de apoio socioeducativo e sociocultural, contribuindo para a geração de polos e centralidades educativo-culturais que reforcem os processos de aprendizagem;
- ▶ racionalização, rentabilização e melhoria da qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado, adequado às características da rede e às necessidades da procura;
- ▶ facilitação dos contatos e trocas de experiência entre os diversos agentes educativos, reforçando as respostas/soluções integradas e de parceria, incluindo à escala sub-regional.

As escolas-sede, nucleares nesta perspetiva, devem congregar recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio, quer quanto a instalações quer quanto à dinamização pedagógica. Neste contexto, a Revisão da Carta Educativa deve contribuir para criar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento destes centros de excelência e de competências educativas, bem como apontar caminhos para melhorar as condições para uma gestão mais eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

A Revisão da Carta Educativa de Benavente constitui um instrumento fundamental para sustentar a política educativa para o Concelho nos próximos anos, procurando dar uma visão territorializada a essa política (integrada, em estreita articulação com a política socioeconómica, de emprego, de habitação, cultural e desportiva), favorecendo um ensino de qualidade e pedagogicamente enriquecedor e, ao mesmo tempo, promovendo a qualificação do território, através do fortalecimento dos fatores estratégicos de competitividade do concelho, à escala sub-regional, bem como permitindo uma maior integração da comunidade migrante e das jovens famílias que escolhem o Concelho como local de residência.

Este referencial estratégico estrutura-se numa multiplicidade de Objetivos Estratégicos, que devem sustentar o quadro operacional associado à Revisão da Carta Educativa:

- ▶ Melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade e diferenciador, consagrando o ensino secundário como referencial mínimo em termos de qualificação;

- ▶ Potenciar os meios e recursos disponíveis, procurando sinergias e complementaridades e assumindo os espaços escolares enquanto verdadeiras centralidades e polos educativo-culturais;
- ▶ Reforçar as capacidades pedagógicas dos estabelecimentos e a disponibilidade de recursos humanos (não docentes) que integram os diferentes Agrupamentos, de modo a garantir uma gestão adequada dos espaços e de integração/acompanhamento dos alunos;
- ▶ Reforçar a componente profissionalizante da formação de recursos humanos, através da rede de escolas existentes (incluindo á escala sub-regional) e de uma oferta formativa adequada e ajustada ao mercado de trabalho;
- ▶ Promover um maior apetrechamento técnico-pedagógico dos diferentes estabelecimentos de ensino, nomeadamente em termos tecnológicos, e fomentar iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade;
- ▶ Requalificar o parque escolar, de forma a promover uma melhoria das condições de vivência escolar e uma progressão positiva dos resultados escolares;
- ▶ Melhorar as condições e qualidade de ensino, reforçando a atratividade e diversificando as soluções de aprendizagem, com especial atenção às comunidades migrantes;
- ▶ Criar as condições para garantir o acesso de todos à educação e à formação, como dimensão central de coesão social;
- ▶ Reforçar a projeção e protagonismo do Concelho de Benavente no território sub-regional (Lezíria do Tejo), através de uma oferta diferenciadora e especializada, permitindo ganhos de visibilidade e notoriedade fomentadores de uma maior atratividade e procura escolar;
- ▶ Desenvolver programas e projetos de combate ao abandono, absentismo, saídas antecipadas e insucesso escolar.

Os últimos inquéritos realizados pela OCDE revelam que cerca de 20% dos alunos com 15 anos de idade testados (PISA) têm uma compreensão insuficiente do que leem e uma proporção ainda maior possui competência insuficiente em matemática. Estes valores demonstram que em muitas das regiões da UE (incluindo no Alentejo), ainda existem grandes dificuldades na aprendizagem de competências básicas, bem como de iliteracia científica. Por outro lado, dos problemas apontados pelos Diretores de Agrupamento, emerge a persistência de algum insucesso escolar dos alunos (sobretudo menor rendimento às disciplinas de Matemática e, em menor escala, Português; grandes dificuldades de aprendizagem/compreensão da língua portuguesa, por uma parte importante da comunidade migrante). Neste contexto, estimular o interesse pela matemática, pelas ciências e pelas tecnologias desde uma idade precoce, de modo a aumentar o número de estudantes que frequentam cursos nessas áreas, bem como aumentar o interesse pela língua materna, devem ser igualmente objetivos a prosseguir.

Acresce que, nos últimos anos, o alargamento do horário de funcionamento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e do pré-escolar, foi uma dimensão importante para apoiar as famílias e promover uma maior conciliação entre a vida profissional e familiar. As atividades extracurriculares de carácter lúdico-didático representam um papel central no desenvolvimento das crianças, devendo ser reforçada e qualidade da oferta desse tipo de atividades. Assim, garantir a melhor ocupação dos tempos dedicados às atividades

extracurriculares, deve também ser um objetivo estratégico a ter em conta no âmbito da ação educativa municipal.

É igualmente estruturante, tornar a aprendizagem mais atrativa para os jovens que estão no sistema de ensino, incentivando-os a prosseguir a sua formação para além da escolaridade obrigatória. A existência de repetências no percurso escolar, em muitos casos origina desmotivação e desinteresse pela escola/estudo e altera as expectativas face à mesma. Neste quadro, é fundamental desenvolver estratégias de aproximação aos alunos, de modo que a frequência do ensino superior possa constituir uma meta após a finalização do 12.º ano, enfatizando a importância de progressão e conclusão de um curso no ensino superior para ter uma boa profissão, mais bem remunerada, e maior facilidade de ingresso no mercado de trabalho.

Finalmente, existem diversas outras orientações que devem ser prosseguidas e priorizadas, contribuindo para reforçar a aposta “infraestrutural”, dimensão central deste instrumento de planeamento, nomeadamente:

- ▶ Identificar e desenvolver novas competências essenciais à sociedade do conhecimento (aposta na dimensão digital/tecnológica) e harmonizá-las com as competências tradicionais;
- ▶ Generalizar e valorizar os bons Projetos Educativos;
- ▶ Melhorar a formação dos educadores e professores, através da formação contínua, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, com especial foco na dimensão digital;
- ▶ Reforçar a coesão interna dos Agrupamentos de Escolas;
- ▶ Garantir condições de segurança nas escolas e na sua envolvente;
- ▶ Reforçar a ação social;
- ▶ Reforçar as ligações com o mundo do trabalho, a investigação e a sociedade em geral;
- ▶ Valorizar a partilha inter-geracional de experiências e de Conhecimentos;
- ▶ Reforçar a autonomia das escolas;
- ▶ Promover a criação de redes de instituições de educação e de formação a vários níveis, no contexto da aprendizagem ao longo da vida.

Escola do século XXI: uma escola mais sustentável

As cidades devem desempenhar um papel central na redução das emissões de CO2 e na luta contra as alterações climáticas. A transição para uma economia de baixo carbono atribui por isso um papel central às áreas urbanas, nomeadamente através da melhoria da eficiência energética dos equipamentos coletivos.

As medidas de eficiência energética e a utilização das energias renováveis vinham sendo lentamente adotadas, devido aos custos de investimento e à fraca relevância atribuída às vantagens económicas, ambientais, de saúde e de conforto que podiam resultar de melhores práticas em termos de eficiência energética.

Nos últimos anos, a administração pública tem desenvolvido um número significativo e diversificado de projetos com vista a diminuir a energia consumida na sua esfera de atuação, bem como promovendo normas

obrigatórias de aumento da eficiência energética dos edifícios ou atribuindo incentivos à adoção de energias renováveis. Contudo, persiste um défice estrutural muito acentuado nestes domínios. As intervenções executadas associavam-se sobretudo à instalação de sistemas solares térmicos, em piscinas e recintos desportivos, à instalação de reguladores de fluxo como garante da melhoria de eficiência energética na iluminação pública, e à substituição das fontes luminosas nos sistemas de controlo de tráfego e peões (tecnologia LED).

Empenhada num processo de mudança em prol da sustentabilidade ambiental, a Câmara Municipal de Benavente tem investido na redução dos consumos energéticos nos edifícios municipais maiores consumidores. A requalificação e modernização do parque escolar, criando melhores condições para toda a comunidade escolar e melhorando o desempenho energético nas escolas continua a ser uma prioridade.

Os trabalhos realizados nos últimos anos contemplaram várias medidas como a substituição da iluminação existente por soluções LED mais eficientes, a alteração de caixilharias, envidraçados e a substituição de coberturas, a instalação de sistemas solares fotovoltaicos e de sistemas de monitorização do consumo de energia.

A alteração do paradigma energético, possibilitando o surgimento de soluções inovadoras, potenciadoras da eficiência energética, e um maior empenho e esforço na redução do consumo de eletricidade, promovendo melhorias de eficiência energética e incrementando a produção de energias renováveis (aproveitamento do potencial solar em termos da produção de energias renováveis, nomeadamente a micro produção para autoconsumo), será decisiva para melhorar as condições de conforto térmico nas escolas e reduzir o seu consumo energético.

A vetustez do edificado, associada aos importantes níveis de degradação que uma percentagem de edifícios apresenta, fazem com que a eficiência energética do edificado escolar seja globalmente baixa, assumindo-se a sua melhoria como uma prioridade de atuação municipal.

Assim, de modo a alterar os padrões de consumo energético na rede de equipamentos escolares, assim como reduzir os custos associados e incrementar o conforto térmico, pretende-se aumentar a eficiência energética e a produção para autoconsumo, contribuindo para a redução de despesa, para o uso eficiente de recursos, e para a redução de emissões e para a alteração comportamental da comunidade escolar. A criação de uma Comunidade de Energia Renovável, à escala local ou sub-regional, enquanto modelo de organização local/sub-regional de autoprodução de energia poderá ser ponderada.

Escola do século XXI: uma escola mais tecnológica

O século XXI veio redefinir conceitos e reequacionar quais as condições para promover a qualidade da educação, do ensino e da aprendizagem.

Os ambientes educacionais estão cada vez mais focados nas Tecnologias da Informação, seja porque ampliam o sentido de educação/aprendizagem, seja porque existe um novo quadro de exigência no processo de aprendizagem dos alunos (potenciado pelo contexto pandémico), seja pela influência no desempenho dos alunos e da gestão do ambiente educativo.

As escolas estão a ser transformadas, dando espaço a novos mecanismos e formas de funcionamento e de relacionamento, conferindo primazia a ferramentas tecnológicas no processo de aprendizagem. Os processos

de receção e adaptação às novas tecnologias, e a sua utilização enquanto ferramentas para dinamizar e potencializar a função ensino/aprendizagem é cada vez mais uma realidade.

Considerando-se um recurso auxiliar na prática pedagógica do professor, a inserção das tecnologias em sala de aula (computadores portáteis, quadros interativos, manuais virtuais,...) deve ser acompanhada por uma metodologia adequada às necessidades dos alunos, utilizando-se de maneira adequada e ajustada ao processo ensino - aprendizagem. As possibilidades metodológicas que as tecnologias trazem para trabalhar os conteúdos a lecionar, através de atividades criativas, mais apelativas e interessantes para os alunos, estão a transformar a aprendizagem escolar. Mas não basta que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos, dinamizando o processo de aprendizagem. É fundamental criar todas as condições de suporte a montante, nomeadamente em termos de redes (elétricas, de cobertura e velocidade de internet,...).

Cada vez mais a tecnologia está presente nas escolas de Benavente e no processo de aprendizagem do aluno, seja pela disponibilização e uso de equipamentos tecnológicos seja pelo desenvolvimento de projetos envolvendo educação e tecnologia. A prioridade, para além do reforço da aposta no *hardware* e *software* (recursos das TIC) passará por garantir as condições de operação dos meios virtuais/tecnológicos disponíveis.

Escola do século XXI: uma escola mais funcional

Atualmente, existe uma cultura audiovisual eletrónica que se tem generalizado, que proporciona aos jovens informações, valores, saberes e outros modos de ler e perceber o conhecimento. Contudo, progressivamente tem vindo a gerar uma diminuição acentuada do tempo dedicado à brincadeira, à prática desportiva, da própria apetência para sair da sala de aula e utilizar espaços formais ou informais de recreio.

Os períodos de recreio têm de ter equipamentos que não sejam padronizados ou aborrecidos, têm de ser desafiantes. O analfabetismo motor, o comprometimento do desenvolvimento físico e cognitivo deve evitar-se, pelo que a disponibilização de equipamentos lúdico-desportivos na maior parte dos estabelecimentos escolares é fundamental para a formação de crianças saudáveis e funcionais.

6. PROGRAMA DE AÇÃO

6.1. Estruturação do Plano de Intervenção

As conclusões e análises anteriores à rede escolar, permitiram evidenciar, em termos gerais, a progressiva desadequação do parque escolar instalado, face à procura existente e potencial. Por outro lado, demonstrou-se da existência de escolas que, pelo seu estado de conservação, não dispõem/oferecem as condições adequadas para garantir os padrões de qualidade que devem reger a Escola Pública.

Estes são os principais desafios do processo de Revisão da Carta Educativa, mas surge também como uma oportunidade para reforçar a função e vocação educativa dos equipamentos escolares, conferindo-lhe outras valências e respostas complementares que potenciem a sua centralidade enquanto polos educativo-culturais estruturantes do concelho e, sobretudo, das comunidades onde se inserem. Nesta perspetiva, cada vez mais deverão procurar-se soluções que gerem ambientes escolares abertos, promotores do sucesso escolar e da inclusão social (integração de migrantes) e que permitam robustecer os fatores diferenciadores da oferta pública, tornando-a mais atrativa e competitiva, seja à escala local, seja sub-regional.

Uma atuação pensada e concertada, com ambição e impacte, deve ultrapassar as fronteiras “da Educação” e integrar-se numa visão mais ampla de desenvolvimento harmonioso e sustentado do concelho e da sua afirmação à escala sub-regional. Num contexto de descentralização/transferência de competências e responsabilidades do Estado para o Município de Benavente, importa que este referencial suporte e enquadre o processo e permita informar a tomada de decisão e de priorização no próximo período de programação de apoios comunitários, que confirmam suporte financeiro às principais intervenções estruturantes a realizar.

Neste contexto, as propostas de reordenamento da Rede, sustentam-se em 4 Eixos de Intervenção e num conjunto amplo de objetivos operacionais, que estruturam as intervenções a executar:

- ▶ Eixo I - Requalificar/ampliar o parque escolar instalado;
- ▶ Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino;
- ▶ Eixo III - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos;
- ▶ Eixo IV - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior.

6.2. Eixo I –Requalificar/Ampliar o parque escolar instalado

Este eixo estratégico pretende dar continuidade, por um lado, à consolidação do conceito de centro/ núcleo escolar, promovendo/ consolidando a capacidade de oferta integrada, por outro lado, dando resposta e procurando resolver alguns problemas existentes na rede, nomeadamente resultantes das deficitárias condições infraestruturais de alguns estabelecimentos e da incapacidade de resposta do parque instalado à evolução da procura.

As intervenções a desenvolver neste eixo estratégico contemplam cinco linhas de atuação fundamentais:

- ▶ Medida 1.1. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo;

- ▶ Medida 1.2. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: 2º, 3º ciclo e Secundário;
- ▶ Medida 1.3. Programa de modernização e manutenção do parque escolar;
- ▶ Medida 1.4. Programa de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio;
- ▶ Medida 1.5. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar;
- ▶ Medida 1.6. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: ensino profissional.

Medida 1.1. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo

A educação pré-escolar, assumida enquanto primeira etapa do processo educativo e progressivamente reconhecida como uma fase importante para garantir o gosto pelo ensino e pelo futuro sucesso escolar, é uma prioridade nacional e municipal. Essa prioridade confere uma importância acrescida ao investimento dos poderes públicos na ampliação da rede, de modo a garantir a universalidade da educação pré-escolar às crianças desde os três anos (todas as crianças com essa idade deverão ter lugar num jardim-de infância).

Atualmente a rede pública de educação pré-escolar no concelho de Benavente, ainda não apresenta uma densificação da oferta que permita responder de forma efetiva a este desafio (não obstante os avanços importantes realizados nos últimos anos), pelo que a ampliação do número de salas é determinante.

Por outro lado, nos últimos anos, em função da participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego, da recomposição das estruturas familiares (filhos a cargo de um único elemento parental), de uma maior pressão do mercado de trabalho (horários mais extensos, menor flexibilidade das entidades empregadoras, ...) e de uma pendularização significativa, em termos de emprego, com impacte nos elevados tempos de deslocação (bacias de emprego alargadas), as famílias confrontam-se com maiores dificuldades no apoio e na ocupação das crianças fora do período letivo. Neste contexto, tem vindo a acentuar-se a procura dos pais por respostas, em condições de qualidade, que permitam prolongar a estadia das crianças nos espços escolares. Em parte, a presença da rede privada e da rede solidária na procura pela educação pré-escolar, resulta dessa capacidade de oferecer condições adequadas/ajustadas às necessidades em causa.

A rede pública pode e deve reforçar as suas condições, melhorando a qualidade da oferta, tornando-a diferenciadora e atrativa. Assim, alguns estabelecimentos deverão ponderar, em função da evolução da procura, da possibilidade de destinar salas/espços que permitam desenvolver com maior qualidade as atividades de animação e apoio à família (AAAF). No caso do 1º ciclo, dada a necessidade de um maior apoio educativo para alunos com dificuldades de aprendizagem e para o desenvolvimento, com qualidade, das atividades de enriquecimento curricular, importa igualmente ponderar, em função da evolução da procura, da possibilidade de destinar salas/espços específicos para esses serviços/atividades.

Anualmente, deverá ser efetuada uma leitura global da rede e da procura existente, por alguns estabelecimentos (no âmbito do exercício de monitorização e avaliação regular da Carta), de modo a ponderar da possibilidade/sustentabilidade de ampliação e/ou adaptação de alguns estabelecimentos. Não obstante, podem ser sinalizadas diversas intervenções a realizar no curto prazo, na rede de educação pré-escolar, assumidas como estruturantes e prioritárias no contexto de ampliação e qualificação da rede, nomeadamente:

- ▶ Construção do Centro Escolar de Samora Correia n.º 2, contemplando 2 salas para JI;

- ▶ Construção/Ampliação do Centro Escolar de Areias (Benavente), contemplando duas salas para JI, enquanto resposta aos casais a instalar numa nova zona de expansão urbana, em fase de construção/consolidação, e num quadro de incapacidade de resposta dos estabelecimentos existentes.
- ▶ Construção do Centro Escolar de Santo Estevão, contemplando 3 salas para JI;
- ▶ Ampliação do JI da Lezíria, com mais 3 salas e refeitório.
- ▶ Ampliação do refeitório da Escola Básica n.º 2 de Porto Alto (Centro Escolar de Porto Alto).

Também ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, existem constrangimentos a ultrapassar, sendo necessário priorizar um conjunto de intervenções, nomeadamente:

- ▶ Construção do Centro Escolar de Samora Correia n.º 2, contemplando 12 salas para o 1.º ciclo do Ensino Básico;
- ▶ Construção/Ampliação do Centro Escolar de Areias (Benavente), contemplando 5 salas para o 1.º ciclo do Ensino Básico;
- ▶ Construção do Centro Escolar de Santo Estevão, contemplando 6 salas para o 1.º ciclo do Ensino Básico;
- ▶ Ampliação da Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância N.º 2 de Benavente e dos estabelecimentos escolares de Samora Correia, contemplando salas destinadas a atividade complementares/outras valências, nomeadamente informática.

Quadro 61 –Ficha de Ação: Criação de Centro Escolar de Samora Correia

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Centro Escolar de Samora Correia n.º 2					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-escolar e 1.º Ciclo de Ensino Básico				
Localização:	Samora Correia				
Promotores:	Câmara Municipal de Benavente				
Tipologia:	Criação de um novo estabelecimento (2 salas JI e 12 salas 1.º Ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em proceder à substituição da atual Escola Básica de Acácias, estabelecimento que possui 42 anos de existência e que tem múltiplos problemas de conservação, infraestruturais e de funcionamento, e que com o aumento da população escolar não consegue dar uma resposta efetiva e de qualidade face aos padrões exigidos. Assim, pretende-se com a presente ação criar um centro escolar em Samora Correia, com 2 salas de pré-escolar e 12 salas de 1.º ciclo e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa, ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo.</p> <p>A atual EB1 Acácias ficaria desativada, após a entrada em funcionamento do novo equipamento, mas com possibilidade de no futuro, em função da evolução da procura neste território, poder ser novamente reativada, o que implicará a sua requalificação.</p> <p>Neste quadro, procura-se melhorar a capacidade de resposta do parque escolar instalado em Samora Correia e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação e modernização do parque escolar, nomeadamente resolvendo os fortes constrangimentos que existem na atual escola, impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla a construção de um novo equipamento (2 salas de pré-escolar e 12 salas de 1.º ciclo), de raiz, nas Acácias (Samora Correia), cuja características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escola local.</p> <p>A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/ energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão das salas para a componente letiva e das salas específicas para as atividades extracurriculares (AAAF e CAF) deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.</p> <p>Nos espaços exteriores envolver-se-á criação de espaços ajardinados e de espaços para a prática desportiva e lúdico-recreativos.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
	X	X			
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			1.800		

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Quadro 62 –Ficha de Ação: Criação/ampliação de Centro Escolar de Areias

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Criação/ampliação do Centro Escolar de Areias					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-escolar e 1.º Ciclo de Ensino Básico				
Localização:	Areias (Benavente)				
Promotores:	Câmara Municipal de Benavente				
Tipologia:	Ampliação do estabelecimento (2 salas JI e 5 salas 1.º Ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em criar um centro escolar em Areias (Benavente), através da ampliação do estabelecimento existente, com 2 salas de pré-escolar e 5 salas de 1.º ciclo e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar potencial (zona de expansão urbana, em fase de construção/consolidação) e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa local, ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo.</p> <p>Neste quadro, procura-se ampliar a capacidade de resposta do parque escolar instalado em Benavente e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação do parque escolar e, deste modo, melhorar o processo de aprendizagem e a qualidade do ensino ministrado na sede concelho.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla a construção de um novo centro escolar, como resultado da ampliação do equipamento existente (2 salas de pré-escolar e 5 salas de 1.º ciclo), nas Areias (Benavente), cuja características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escola local. O projeto deverá prever a possibilidade de ampliação no futuro, em função da evolução demográfica e de procura escolar neste território.</p> <p>A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/ energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão das salas para a componente letiva e das salas específicas para as atividades extracurriculares (AAAF e CAF) deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.</p> <p>Nos espaços exteriores envolveres promover-se-á criação de espaços ajardinados e de espaços para a prática desportiva e lúdico-recreativos.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
	X	X			
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			1.200		

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Quadro 63 –Ficha de Ação: Criação de Centro Escolar de Santo Estevão

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Centro Escolar de Santo Estevão					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-escolar e 1.º Ciclo de Ensino Básico				
Localização:	Santo Estevão				
Promotores:	Câmara Municipal de Benavente				
Tipologia:	Criação de um novo estabelecimento (3 salas JI e 6 salas 1.º Ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em criar um centro escolar em Santo Estevão, com 3 salas de pré-escolar e 6 salas de 1.º ciclo e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar potencial (zona de expansão urbana, em fase de construção/consolidação) e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa local, ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo.</p> <p>Neste quadro, procura-se ampliar a capacidade de resposta do parque escolar instalado em Santo Estevão e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação do parque escolar e, deste modo, melhorar o processo de aprendizagem e a qualidade do ensino ministrado na sede concelho.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla a construção de um novo equipamento (3 salas de pré-escolar e 6 salas de 1.º ciclo), de raiz, em Santo Estevão, cuja características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escola local.</p> <p>A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/ energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão das salas para a componente letiva e das salas específicas para as atividades extracurriculares (AAAF e CAF) deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas. O projeto deverá contemplar refeitório e biblioteca.</p> <p>Nos espaços exteriores promover-se-á criação de espaços ajardinados e de espaços para a prática desportiva e lúdico-recreativos.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
		X	X		
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			1.300		

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Quadro 64 –Ficha de Ação: Ampliação do Jardim de Infância da Lezíria

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Ampliação do JI Lezíria					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-escolar				
Localização:	Benavente				
Promotores:	Câmara Municipal de Benavente				
Tipologia:	Ampliação do estabelecimento (3 salas JI)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em ampliar o estabelecimento existente, com 3 salas de pré-escolar e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar potencial e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa local, ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo.</p> <p>Neste quadro, procura-se ampliar a capacidade de resposta do parque escolar instalado em Benavente e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação do parque escolar e, deste modo, melhorar o processo de aprendizagem e a qualidade do ensino ministrado na sede concelho.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla a ampliação do equipamento existente (3 salas de pré-escolar). O projeto deverá prever também a construção de refeitório.</p> <p>A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/ energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo.</p> <p>Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
	X	X			
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			400		

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Medida 1.2. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: 2º, 3º ciclo e Secundário

Alguns estabelecimentos com 2º e 3º ciclo e/ou ensino secundário possuem necessidades de salas para a componente letiva, seja pela forte procura atualmente existente, seja pela necessidade de compatibilizar um amplo conjunto de atividades e projetos, de apoio à aprendizagem, com espaços letivos. Por outro lado, para os estabelecimentos que não foram alvo de intervenção nos últimos anos e carecem de processos de requalificação, deverá ser ponderada no âmbito da eventual execução desses processos, a ampliação/reformulação dos espaços de modo a responder às necessidades atualmente existentes.

As situações atualmente existentes na Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes (num cenário de manutenção do estabelecimento; não construção de uma nova escola secundária) na Escola Secundária de Benavente e na Escola Básica Duarte Lopes, deverão conferir uma priorização a estes estabelecimentos,

nomeadamente equacionando as possibilidades de ampliação (construção de novos blocos), que permitam responder à procura existente e à melhoria das condições de aprendizagem.

Neste quando, deverão priorizar-se estas intervenções, a realizar com a brevidade possível, em função da capacidade de investimento do Município (no processo de transferência de competências para o Município, deverão ser acautelados os montantes financeiros necessários para a concretização destas intervenções).

As principais carências, assinaladas pelos Diretores de Agrupamento, que poderão ser ultrapassadas através da construção de novos blocos, assinalam-se na:

- ▶ Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas, que apresenta as carências mais expressivas (24 salas)
- ▶ Escola Secundária de Benavente, que apresenta uma carência aproximada de 20 salas;
- ▶ Escola Básica Duarte Lopes, que apresenta menor carência, muito embora igualmente expressiva (15 salas).

A Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas, em Samora Correia, está sobrelotada (em desdobramento e não responde à procura atual), criando inúmeras dificuldades para gerir os espaços disponíveis e desenvolver um ensino de qualidade. Acresce que o equipamento atual possui inúmeros constrangimentos, a saber: falta de sala polivalente, recreio coberto, pavilhão desportivo, a que acrescem as debilidades de conservação e infraestruturais (tetos, caixilharias e tetos,...). Por outro lado, é muito importante que o concelho continue a dotar-se de equipamentos que contribuam para reforçar o posicionamento de Benavente no contexto sub-regional, com maior integração territorial e maior atratividade.

Neste quadro, é fundamental a criação de uma nova Escola Secundária, que dignifique Samora Correia e responda à enorme pressão demográfica/procura escolar, diferenciadora à escala regional, que permita disponibilizar à comunidade educativa um conjunto de espaços e respostas potenciadoras de um ensino e de aprendizagens de maior qualidade.

Também no Porto Alto, a EB 2/3, carece de um processo de ampliação, para responder com outra qualidade à enorme pressão gerada pelo acréscimo de população escolar que se tem vindo a acentuar nos últimos anos. Neste quadro, deverá avançar-se, nos próximos 3/4 anos, com a criação de um novo bloco, com 6 salas letivas. A Escola Básica Duarte Lopes carece igualmente de um processo de ampliação para responder, com maior qualidade, às atividades e projetos de apoio à aprendizagem, impactantes para o sucesso educativo dos alunos.

Finalmente, na Escola Secundária de Benavente, para responder à necessidade de salas de aulas letivas e específicas para a componente profissionalizante deverá ser contruído um novo bloco, com 10 salas de aula (piso superior) e uma oficina auto (piso inferior). Em função do espaço existente no perímetro do estabelecimento, esse novo bloco poderá ocupar o espaço atualmente ajardinado.

Quadro 65 –Ficha de Ação: Criação de Escola Secundária

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO	
Escola Secundária de Samora Correia	
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO	
Níveis de Ensino:	Ensino Secundário
Localização:	Samora Correia
Promotores:	Câmara Municipal de Benavente
Tipologia:	Criação de um novo estabelecimento (T36)
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO	
<p>O principal objetivo do projeto consiste em proceder à construção de uma escola secundária em Samora Correia, que responda ao aumento da população escolar neste nível de ensino, dado que a atual Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas está sobrelotada e não consegue dar uma resposta efetiva e de qualidade face aos padrões exigidos. Assim, pretende-se com a presente ação valorizar e dignificar Samora Correia, com um equipamento de referência à escala regional, e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa, ao nível do ensino secundário. A importância de diversificar e ampliar a oferta justifica que se deva prever a possibilidade de desenvolver o ensino profissional e, conseqüentemente, que espaços específicos de apoio, como laboratórios, ...</p> <p>Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da qualificação e modernização do parque escolar secundário (incluindo na vertente técnica/profissionalizante), nomeadamente resolvendo os fortes constrangimentos que existem na atual Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas, impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.</p>	
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO	
<p>A ação contempla a construção de um novo equipamento (T36), de raiz, em Samora Correia, cuja características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escola regional/nacional.</p> <p>A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/ energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão das salas para a componente letiva e das salas específicas para o ensino de cursos de índole técnica deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.</p> <p>O refeitório e a cozinha devem também ter as dimensões e as condições adequadas para responder às necessidades da comunidade educativa. A modernidade do espaço de refeitório e a qualidade das refeições é fundamental para assegurar uma elevada procura pelos alunos, limitando a sua saída da escola e a procura de alternativas nas imediações.</p> <p>Deverá também proceder-se ao apetrechamento técnico-pedagógico do estabelecimento, dando ênfase aos laboratórios, oficinas e salas específicas, enquanto as diversas salas deverão ser apetrechadas com mobiliário e equipamento informático e áudio visual adequado.</p> <p>A criação de um grande auditório, dotado das melhores condições acústicas e de conforto, permitirá servir a comunidade escolar, bem como promover uma maior abertura à comunidade exterior, desenvolvendo iniciativas de atração e mobilização de outros agentes e o estabelecimento de parcerias.</p> <p>Nos espaços exteriores envolver-se-á criação de espaços ajardinados e de áreas de lazer. A construção de um pavilhão desportivo e de um campo de jogos, são igualmente fundamentais, inclusive numa perspetiva de apoio à comunidade local, fora do período letivo.</p>	

PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
	X	X	X		
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			5.000		

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Medida 1.3. Programa municipal de modernização e manutenção do parque escolar

Deve prever-se um conjunto de intervenções, essenciais à obtenção de uma rede de equipamentos educativos eficaz e de qualidade. Trata-se de intervenções que procuram, fundamentalmente, intervir na rede de estabelecimentos de ensino existentes, designadamente no que se refere à sua requalificação e modernização. As intervenções a realizar centram-se em diversos domínios de intervenção, tais como a remodelação de infraestruturas de água, esgotos e eletricidade, a melhoria das coberturas, a pintura de edifícios, a requalificação dos espaços interiores, exteriores e de lazer, entre outras.

Neste quadro, o Município deverá criar um “programa de modernização e manutenção do parque escolar” que permita, em função da capacidade financeira existente e da premência dos constrangimentos a resolver, garantir uma resposta adequada, atempada e eficaz.

Quadro 66 –Ficha de Ação: Programa Municipal de Modernização e Manutenção do Parque Escolar (JI e 1º ciclo)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO	
Programa Municipal de modernização e manutenção do parque escolar (JI e 1º ciclo)	
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO	
Níveis de Ensino:	Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares
Promotores:	Câmara Municipal de Benavente
Tipologia:	Requalificação e modernização (Jardins-de-Infância e 1º ciclo)
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO	
<p>Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possam dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para as crianças do pré-escolar e para os alunos do 1º ciclo do ensino básico.</p> <p>Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através de diversas intervenções de qualificação e modernização do parque escolar, nomeadamente nos estabelecimentos onde existem fortes constrangimentos, impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.</p>	

DESCRIZAÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais nos edifícios, designadamente no que se refere à reabilitação de paredes ou da instalação elétrica.</p> <p>Em todos os estabelecimentos deverão ser efetuadas intervenções associadas ao reforço da capacidade das redes (elétrica, internet,...) e de ampliação/densificação do número de tomadas por sala, para carregamento de bateria dos computadores.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
X	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			800		

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Quadro 67 – Ficha de Ação: Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO	
Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário)	
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO	
Níveis de Ensino:	2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares
Promotores:	Câmara Municipal de Benavente
Tipologia:	Requalificação e modernização (2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário)
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO	
<p>Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possam dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para os alunos do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através de diversas intervenções de qualificação e modernização do parque escolar, nomeadamente nos estabelecimentos onde existem fortes constrangimentos, impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.</p>	

DESCRIPÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla intervenções fundamentais nos edifícios, designadamente no que se refere à melhoria das infraestruturas, intervenções de reabilitação do edificado e substituição de pavimentos. Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se, no que se refere ao 2º, 3º ciclo e ensino secundário:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Escola Básica de Porto Alto: intervenções centradas na pintura e nos ascensores e na construção de uma zona coberta, bem como nas canalizações e rede elétrica; ▶ Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas: intervenções centradas nos tetos, caixilharia e portas, sala de convívio, canalizações e na construção de uma zona coberta; ▶ Escola Básica Duarte Lopes: intervenções centradas nos revestimentos e pavimentos interiores, da caixilharia e portas, no campo de jogos exterior e sanitários. <p>Em todos os estabelecimentos deverão ser efetuadas intervenções associadas ao reforço da capacidade das redes (elétrica, <i>internet</i>,...) e de ampliação/densificação do número de tomadas por sala, para carregamento de bateria dos computadores.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
X	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			2.400		

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Medida 1.4. Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio

A necessidade de requalificação dos espaços exteriores (alguns deteriorados), sem condições para a prática de atividades lúdicas e desportivas e metodologias de maior sucesso, foi uma das principais dimensões de prioridade assumidas pelos Diretores dos Agrupamentos de Escolas.

Por outro lado, é fundamental melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade e diferenciador, assumindo os espaços escolares enquanto verdadeiras centralidades e polos educativo-culturais, onde as atividades lúdicas e desportivas contribuem para a melhoria das condições de vivência escolar e para a diversificação das soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. A criação de um “Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio” é determinante.

Quadro 68 – Ficha de Ação: Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (parque escolar dos JI e 1º ciclo)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO	
Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (parque escolar dos JI e 1º ciclo)	
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO	
Níveis de Ensino:	Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares
Promotores:	Câmara Municipal de Benavente

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (parque escolar dos JI e 1º ciclo)					
Tipologia:		Reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico (Jardins-de-Infância e 1º ciclo)			
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possa dispor de boas condições de aprendizagem e de estada do perímetro escolar, sobretudo reforçando a condições de vivência escolar e diversificando as soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. Os períodos fora do contexto de sala de aula, sobretudo lúdicos, recreativos e desportivos devem ser valorizados, garantindo as melhores condições às crianças/aos alunos para usufruírem dos mesmos</p> <p>Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, reforçando os meios e equipamentos disponíveis no perímetro escolar.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais no perímetro escolar, designadamente no que se refere à modernização/requalificação de recreios e campos de jogos, devendo igualmente contemplar a cobertura arbórea dos espaços exteriores. Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se na:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Escola Básica de Benavente - Centro Escolar de Benavente: requalificação do parque infantil (JI) e requalificação do recreio coberto e descoberto e do parque infantil (1.º ciclo) ▶ Jardim de Infância dos Foros da Charneca: requalificação do campo de jogos exterior; ▶ Jardim de Infância n.º 3 de Benavente: melhoria do espaço para jogos; ▶ Jardim de Infância de Santo Estêvão: requalificação do campo de jogos exterior; ▶ Jardim de Infância da Lezíria: criação de campo de jogos exterior. 					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
X	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			500		

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Sublinhe-se que esta necessidade de criação, qualificação, modernização dos equipamentos desportivos é igualmente fundamental, no 2º, 3º ciclo e no ensino secundário, seja como resposta às necessidades dos alunos que frequentam os estabelecimentos, seja como espaços de apoio à sociedade (fora do período escolar).

Neste quando, deverão priorizar-se algumas intervenções, a realizar com a brevidade possível e em função da capacidade de investimento do Município (no processo de transferência de competências para o Município, deverão ser acautelados os montantes financeiros necessários para a concretização destas intervenções):

- ▶ Escola Básica de Porto Alto: criação de espaço de recreio coberto;
- ▶ Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas: criação de espaço de recreio coberto e de sala polivalente;

- ▶ Escola Básica Duarte Lopes: requalificação do campo de jogos e criação de pavilhão desportivo;
- ▶ Escola Secundária de Benavente: criação de espaço de recreio coberto.

Quadro 69 – Ficha: Pavilhão Desportivo da EB 2/3 Duarte Lopes

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Pavilhão desportivo da Escola Básica Duarte Lopes					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	2.º e 3. ciclo				
Localização:	Benavente				
Promotores:	Câmara Municipal de Benavente				
Tipologia:	Construção de Pavilhão Desportivo				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>Pretende-se com a presente ação valorizar o estabelecimento existente, de modo que possa dispor de boas condições de aprendizagem e promover a prática desportiva dos alunos nas condições devidas durante todo o ano letivo, sobretudo diversificando as soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. Os períodos desportivos devem ser valorizados e não estarem condicionados em função das condições climatéricas, garantindo as melhores condições às crianças/aos alunos para a aprendizagem e pratica de múltiplas atividades desportivas. Por outro lado, permitirá igualmente a sua disponibilização à população, fora do horário escolar, contribuindo para a pratica de atividades saudáveis e, conseqüente, melhoria da qualidade de vida nesta vila.</p> <p>Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa e à sociedade em geral, reforçando os meios e equipamentos disponíveis no perímetro escolar para o desenvolvimento da prática desportiva regular.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla a construção de um pavilhão desportivo e respetivos balneários, para melhorar as condições para a prática de desporto e não condicionar o desenvolvimento das aulas de educação física, em períodos com condições climatéricas adversas.</p> <p>Ao dispor da comunidade educativa e restante comunidade local (fora do horário escolar), diariamente este espaço promoverá a prática da atividade física, contribuindo para uma melhor qualidade de vida com hábitos saudáveis e desportivos.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
X	X	X			
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			2.000		

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Medida 1.5. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar

Dos principais problemas e desafios do parque escolar existente emerge a insuficiente qualidade em termos de conforto térmico, gerada, em parte, pelas próprias limitações construtivas desse parque escolar. Neste contexto, para os estabelecimentos onde se preveem ampliações e/ou requalificações, deverão igualmente ser contempladas soluções adequadas, privilegiando o próprio processo construtivo (adequado em termos técnicos e ambientais), prevendo, entre outras medidas, paredes e vidros duplos, isolamento térmico de paredes e da cobertura, orientação solar, ventilação e a caixilharia ecotérmica.

A melhoria do conforto térmico aliada a uma maior eficiência energética, contribuirá para a redução da fatura energética e para uma maior qualidade da prática educativa. Neste quadro, as intervenções a desenvolver deverão conjugar dois tipos de ações: i) reabilitação térmica dos edifícios (substituição da caixilharia e dos vidros, requalificação da cobertura e respetivos isolamentos e instalação de sistemas de painéis solares); ii) instalação de sistemas de climatização (aquecimento central e sistemas de ar condicionado eficientes).

Por outro lado, é importante fomentar a produção de energias renováveis (aproveitamento do potencial solar em termos da produção de energias renováveis. A criação de uma Comunidade de Energia Renovável, à escala local ou sub-regional, enquanto modelo de organização local/sub-regional de autoprodução de energia poderá ser ponderada.

Esta dimensão deve merecer sobretudo atenção no âmbito dos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, nomeadamente naqueles onde as condições de conforto térmico são mais débeis e onde a eficiência energética é menor (com impacte significativo na fatura energética). Sublinhe-se que no inquérito realizado, se apontou para uma evolução neutra (estabilização do consumo energético) na esmagadora maioria nestas escolas. Não foram adotadas quaisquer medidas específicas de aumento da eficiência nos últimos anos o que concorre para uma faturação elevada em termos de consumo energético.

Neste quadro, deverão priorizar-se intervenções centradas na colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas destes estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, a realizar com a brevidade possível e em função da capacidade de investimento do Município (no processo de transferência de competências para o Município, deverão ser acautelados os montantes financeiros necessários para a concretização destas intervenções).

Quadro 70 – Ficha de Ação: Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO	
Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar	
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO	
Níveis de Ensino:	2.º e 3.º ciclo do ensino básico
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares
Promotores:	Câmara Municipal de Benavente
Tipologia:	Eficiência Energética (2.º e 3 ciclo)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar					
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possa dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para os alunos, sobretudo ao nível do 2.º e 3.º ciclo e secundário.</p> <p>As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/ energética dos edifícios, de modo a melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais, na dimensão da eficiência energética. Primeiramente, pretende-se desenvolver um conjunto de intervenções nos edifícios, apontando-se para que na maioria dos casos, as janelas necessitarão de uma nova caixilharia ecotérmica, com vidros duplos, devendo as paredes exteriores beneficiar de intervenções de isolamento exteriores com sistemas “ETICS”.</p> <p>Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se intervenções centradas na colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas, nomeadamente na:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Escola Básica de Porto Alto; ▶ Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas; ▶ Escola Básica Duarte Lopes; ▶ Escola Secundária de Benavente. <p>No caso do 1.º ciclo, merecem atenção as intervenções a realizar no Centro Escolar de Benavente e na Escola Básica n.º 1 de Benavente</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
X	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			600		

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Medida 1.6. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: ensino profissional

A oferta de ensino profissional existente no concelho assume-se como um importante fator de atração de alunos. Cada vez mais, uma parte significativa dos alunos que concluem o 9º ano em escolas em Benavente e muitos alunos dos concelhos vizinhos, optam por ingressar no ensino profissional.

Para além da importância de desenvolver um modelo de articulação entre as várias entidades e escolas na Região, garantindo a complementaridade e diversidade de ofertas, quer para responder às necessidades do mercado, quer às expectativas e anseios dos jovens, é fundamental reforçar as condições e os espaços dedicados a este ensino em alguns estabelecimentos.

A diversificação da oferta formativa (adequada e ajustada ao mercado de trabalho) e a valorização do ensino profissional é também determinante para a afirmação do concelho à escala regional. A importância de diversificar e ampliar esta oferta justifica que se deva prever a possibilidade de desenvolver com outra

amplitude o ensino profissional e, conseqüentemente, que sejam disponibilizados espaços específicos de apoio, como laboratórios, ...

Assim, conforme referido anteriormente, na Escola Secundária de Benavente é fundamental responder à necessidade de salas específicas para a componente profissionalizante devendo prever-se, quando da construção de um novo bloco, salas e uma oficina auto.

6.3. Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino

Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem

O diagnóstico revelou constrangimentos significativos, nomeadamente a elevada procura e a conseqüente sobreocupação de espaços no perímetro escolar para atividades letivas, em muitos estabelecimentos, muitas vezes aliada a uma conservação deficiente do edificado, condicionadora da sua atratividade e limitadora do desenvolvimento de outras atividades complementares.

Acresce que, dados os níveis de insucesso escolar em alguns territórios e a importância da Escola enquanto elemento identitário e de integração das Comunidades residentes, deverão ser qualificadas e reforçadas as condições do ensino e aprendizagens ministradas, afirmando a escola como espaço de vivência, mais apelativa e reconhecida por alunos e encarregados de educação.

Neste quadro, o reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem, passa pela criação/ponderação de soluções inovadoras para aproveitamento e adaptação de alguns estabelecimentos concorrendo para o desenvolvimento de múltiplas atividades e para a consolidação dos clubes (e sua progressiva ampliação). Sublinhe-se que atualmente, diversos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, já disponibilizam inúmeros serviços, relevando uma notável diversidade, possibilitando assim abranger os múltiplos interesses e motivações dos alunos. Não obstante, é importante que a maioria dos estabelecimentos possam disponibilizar espaços específicos, com boas condições e bem apetrechados, que permitam o desenvolvimento de clubes de teatro e de expressão dramática, clubes de artes, clubes de ciência e de física, clubes de línguas e de escrita criativa, entre outros.

Esta orientação materializa-se em diversas linhas orientadoras de atuação/intervenção a privilegiar:

- ▶ Repensar o espaço escolar, potenciando a sua função e vocação multidimensional (reforçar as respostas/soluções/atividades complementares de aprendizagem);
- ▶ Projetar a escola como espaço-âncora da Comunidade;
- ▶ Fomentar a integração e inclusão de populações migrantes;
- ▶ Reforçar a atratividade/visibilidade da Escola.

Assim, os estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, deverão assumir-se como verdadeiros polos/centralidades educativo-culturais, acarinhando e desenvolvendo projetos, atividades e iniciativas complementares das aprendizagens, que concorram para a prossecução destas linhas orientadoras de atuação.

Medida II.2. Reforço das condições e qualidade da educação especial, diferenciadora e mais bem-adaptada às necessidades específicas das unidades de apoio a crianças com necessidades educativas especiais

A criação e/ou reforço de unidades de ensino estruturado e apoio a alunos com necessidades educativas especiais, com elevada qualidade e que disponibilizem as melhores condições às crianças, promovendo a sua integração e aprendizagem especializada, concorre para a obtenção de melhores resultados e reforça o sentimento de segurança dos pais/família relativamente à igualdade de oportunidades dos seus educandos.

A necessidade de apoio e acompanhamento especializado (muitas vezes individualizado), implica o reforço das condições físicas e humanas disponibilizadas nos equipamentos escolares. Neste quadro alguns equipamentos escolares que possuem unidades de referência devem melhorar as condições de resposta às necessidades de grupos específicos.

Neste quadro, deverão ser melhoradas as condições disponibilizadas pelos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º CEB, nomeadamente na EB 2,3 Porto Alto, na Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas e na EB 2/ Duarte Lopes (Unidade de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo), bem como na Escola Secundária de Benavente (Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita).

Medida II.3. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador

O mobiliário e material didático utilizado pelos alunos deve ser adequado à sua função e dimensionado de acordo com o grupo etário respetivo. Nas escolas que disponibilizam ensino secundário as ações devem incidir na componente laboratorial, facilitando o ensino experimental das ciências (Laboratórios de Física, Química, Biologia, Geologia e Informática). Nos estabelecimentos com 2º e 3º ciclos há, sobretudo, que dotar os centros de recursos e as salas específicas de melhores e mais diversificados equipamentos (incluindo oficinas).

Nos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico a prioridade deverá ser para a manutenção do reapetrechamento de mobiliário (realizado regularmente pela autarquia nos últimos anos) e para o reapetrechamento de material didático (privilegiando a criação de centros de recursos, incluindo bibliotecas e salas de informática).

A dotação dos estabelecimentos de ensino de material informático (computadores, projetores, quadros interativos, ...), bem como garantir a cobertura e o acesso livre à rede wifi, deverão ser dimensões a priorizar, permitindo desenvolver metodologias de ensino de maior qualidade e diferenciadoras. Ou seja, não basta que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos. É fundamental criar todas as condições de suporte a montante, nomeadamente em termos de redes (elétricas, incluindo múltiplas tomadas em todas as salas, de cobertura e velocidade de internet,...).

6.4. Eixo III - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos

Medida III.1 Criação de bolsa municipal de recursos humanos (centralização dos recursos) para partilha entre estruturas

É consensual que a rede pública deve afirmar-se pela qualidade e diferenciação. O número desadequado de recursos humanos, não docentes, pode ser bastante impactante na qualidade dos serviços e no apoio prestado aos alunos. Assim, a aposta na melhoria das condições oferecidas passa, em parte, pela disponibilidade de um maior número de recursos humanos, de modo a garantir uma gestão adequada dos espaços e de integração/acompanhamento dos alunos. A criação de uma bolsa municipal (centralização dos recursos), permitirá uma adequação regular às necessidades das escolas.

Medida III.2 Criação de uma residência de docentes

A criação de uma residência de docentes com o objetivo de criar condições para apoiar os profissionais que precisam de alojamento durante o tempo de serviço na região, poderá contribuir para diluir a dificuldade de contratação em algumas áreas disciplinares.

Por outro lado, dada a contratação de professores por via de horários incompletos o que, em junção com as dificuldades de mobilidade e de alojamento, acarreta problemas ao nível da elevada rotatividade entre docentes e prejudica a continuidade dos projetos escolares, poderá ser obviado com a criação de residências de docentes e conseqüente redução dos custos com alojamento, que impede muitos professores de aceitar os horários.

Assim, deverá ser ponderada a construção de duas residências de docentes no território da Lezíria do Tejo. Em processo de concertação entre os diversos Municípios, deverá ser equacionada a viabilidade e oportunidade de criação destas duas estruturas e a seleção da sua localização, de modo a otimizar distâncias e aproveitar equipamentos/edifícios potencialmente disponíveis para esse fim.

6.5. Eixo IV - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior

Medida IV.1 Projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade

A cedência de salas/espaços à comunidade exterior é uma prática que deve ser incentivada. Não obstante os protocolos existentes entre as escolas e outros atores locais, existe ainda uma ampla margem de progressão. Neste quadro, com a execução do “Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio” e, sobretudo, com a requalificação/modernização/concretização de espaços desportivos (por exemplo, o pavilhão desportivo da EB 2/3 Duarte Lopes, será possível disponibilizar a diversas entidades estes equipamentos (protocolar a utilização), contribuindo para uma maior valorização e abertura das escolas na Comunidade. A amplitude desta estratégia deverá ser devidamente ponderada, caso a caso, em função da possibilidade de assegurar a disponibilidade de recursos humanos fora do período letivo (para a abertura dos espaços, segurança, limpeza...).

Concomitantemente, assumindo que as escolas representam o elemento identitário e integrador das vivências locais, deverão fomentar-se iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade. A promoção de projetos, atividades e iniciativas de trabalho cooperativo, colaborativo e participativo, contribuirão para uma maior valorização da escola e reforçarão o sentimento de pertença pela comunidade.

Destaque para a necessidade de criar um auditório em algumas escolas, nomeadamente no AE Samora Correia e na EB 2/3 Duarte Lopes (atualmente, em algumas escolas, as atividades iniciativas de abertura à Comunidade são desenvolvidas sobretudo em espaços adaptados, sem condições de conforto, o que condiciona a vinda da comunidade às escolas). Estes auditórios são fundamentais para disponibilizar novas valências, novos espaços que permitam acolher iniciativas com maior dimensão.

Em algumas escolas-sede de Agrupamento importa igualmente melhorar as condições de estada coberta dos alunos fora do contexto de sala de aula. A construção de salas de alunos de maior dimensão ou de salas polivalentes é fundamental para garantir que, por exemplo, em períodos de precipitação significativa possam concentrar-se num espaço amplo e com boas condições (a maioria dos espaços que existem são de reduzida dimensão).

6.6. Quadro-Síntese de financiamento

Quadro 71 – Síntese de Financiamento do Programa de Ação

Eixo	Medida	Estimativa de investimento (X 1.000 €)
Eixo I – Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	Medida 1.1. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo	4.800
	Medida 1.2. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: 2º, 3º ciclo e Secundário	7.000
	Medida 1.3. Programa de modernização e manutenção do parque escolar	3.200
	Medida 1.4. Programa de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio	2.800
	Medida 1.5. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar	600
	Medida 1.6. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: ensino profissional	200
Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino	Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem	100
	Medida II.2. Reforço das condições e qualidade da educação especial, diferenciadora e mais bem-adaptada às necessidades específicas das unidades de apoio a crianças com necessidades educativas especiais	300
	Medida II.3. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador	400
Eixo III - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos	Medida III.1. Criação de bolsa municipal de recursos humanos	-
	Medida III.2. Criação de residência de docentes	300
Eixo IV - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	Medida IV.1 Projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade	400
Total de investimento (estimativa)		20.100

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Conforme referenciado anteriormente, num contexto de descentralização/transferência de competências e responsabilidades do Estado para o Município de Benavente e da programação dos apoios comunitários para o próximo período de apoio (Programas Operacionais do Portugal 2030), importa que este referencial informe as negociações, de modo a garantir a exequibilidade financeira das principais intervenções estruturantes a realizar.

7. MODELO DE MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

7.1. Um contexto de partida

Para além da sua dimensão de planeamento e ordenamento, a Carta Educativa do Município Benavente (Revisão) é um instrumento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado (2031/2032, 10 anos letivos). Neste quadro temporal, alargado, não poderá ser assumido como um documento “fechado”, devendo ser apreciado por todos os atores e agentes educativos como um instrumento flexível, cuja complexidade e multidimensionalidade de variáveis e pressupostos em presença, poderão levar a reajustamentos no futuro para uma resposta eficaz, adequada e atempada a novos enquadramentos: reorientações do sistema educativo, novo contexto de responsabilidades e competências municipais, disponibilidade financeira, dinâmicas demográficas, económicas, sociais, entre outras.

Esta perspetiva e abordagem têm assumido uma relevância e protagonismo crescente nos últimos anos, face às mudanças aceleradas observadas nas Sociedades mais avançadas, sobretudo resultado da emergência de contextos demográficos recessivos e da necessidade de readaptar/reaproveitar espaços para novas funções e usos. Como refere Guy Odie (Conselheiro do Programa sobre as construções escolares da OCDE): “Ainda que seja importante implantar os equipamentos num bom lugar, a experiência mostra que esse lugar não será bom para sempre (...). A localização de um edifício escolar nunca está definitivamente correta; ela depende de um processo permanente de reimplantação ou de transformação que responde à evolução da coletividade”.

Neste quadro, a implementação da Carta Educativa do Município de Benavente (Revisão) deve contemplar um adequado processo de monitorização e avaliação, de forma a estabelecerem-se as necessárias inflexões e reorientações, de acordo com as novas dinâmicas do território e novas orientações do sistema educativo. Este processo de monitorização e avaliação deve ser efetuado com a mobilização dos diversos agentes envolvidos no próprio sistema educativo local, com ênfase para o Conselho Municipal de Educação. O papel ativo e empreendedor, sobretudo dos Diretores de Agrupamento e da autarquia é fundamental para garantir eficácia ao processo e para que os resultados sejam consequentes na tomada de decisões informadas.

Este exercício será tanto mais útil e relevante para uma resposta adequada e atempada às necessidades da Rede e para se procederem a reajustamentos na Carta Educativa, quanto melhores os instrumentos criados para o desenvolvimento do processo. Assim, simultaneamente, importa criar um sistema adequado de monitorização e avaliação que inclua uma bateria de indicadores que permita efetuar a validação das opções tomadas, bateria essa que deve incluir uma vertente macro (indicadores de contextualização) e uma vertente micro (indicadores de acompanhamento, nomeadamente sustentados na relação entre a oferta e a procura).

O principal objetivo passa por dotar o Conselho Municipal de Educação de um quadro de indicadores de monitorização e avaliação que permita efetuar um acompanhamento regular da execução da Carta Educativa. Assim, mais do que identificar uma lista exaustiva de indicadores, importa criar um sistema de monitorização composto por um conjunto pertinente de indicadores e por um quadro claro e exequível de rotinas de recolha, tratamento e organização da informação. Neste contexto foram adotados, sobretudo, indicadores cuja recolha sistemática de informação é exequível de realizar pelo Município e Agrupamentos de Escolas. Por outro lado, a organização temporal das rotinas de recolha de informação prevê uma periodicidade realista, ajustada às

dinâmicas desta política pública, às carências de recursos e de meios técnicos possíveis de afetar a estas tarefas.

Conforme refere Édio Martins (DAPP- ME): “O processo de monitorização/ avaliação da Carta Educativa permitirá uma permanente e continuada aferição da clarividência e eficácia das propostas formuladas, para que seja possível a deteção precoce de eventuais desajustamentos e que atempadamente se configurem as soluções mais adequadas. A monitorização é, assim, a continuidade natural da Carta Educativa, a sustentação ao longo de anos subsequentes dos conteúdos da mesma; é um dos seus aspetos essenciais”.

7.2. Âmbito

A par do reforço e sofisticação das políticas públicas, tem vindo a registar-se um crescimento da importância dos processos de monitorização das mesmas, nomeadamente no acompanhamento dos planos, programas e das ações que as corporizam. A União Europeia (UE) tem dado um forte contributo para este processo, nomeadamente por via da Política de Coesão, a qual permitiu a consolidação de conceitos e de metodologias de monitorização e a generalização das práticas de avaliação suportadas em sistemas de indicadores.

A estruturação dos sistemas de monitorização suporta-se, em geral, em três questões de partida:

- ▶ O que monitorizar?
- ▶ Como monitorizar?
- ▶ Para quem monitorizar?

Paralelamente, a crescente necessidade de aumentar a eficácia e a eficiência da intervenção pública, exigiu o desenvolvimento de sistemas de monitorização que permitam sistematizar a informação relativa à execução das políticas públicas, com a finalidade de conhecer os resultados alcançados, apoiar os processos de tomada decisão e de planeamento estratégico e suportar a prestação de contas, a mobilização dos parceiros e a sensibilização das sociedades.

Neste quadro, são reconhecidas importantes vantagens na adoção de sistemas de monitorização, nomeadamente:

- ▶ Verificar se a ação pública responde às necessidades e ao quadro de prioridades;
- ▶ Melhorar a eficácia e a eficiência das intervenções públicas;
- ▶ Aumentar a transparência na utilização dos recursos públicos;
- ▶ Fomentar a ação dos diversos parceiros.

A construção dos sistemas relaciona-se com alguns critérios-chave, aos quais se articulam diferentes tipos de indicadores:

- ▶ Relevância – critério que verifica a adequabilidade dos objetivos do instrumento em relação aos problemas e necessidades do domínio em análise;
- ▶ Eficácia – critério que reporta em que medida os objetivos definidos estão a ser atingidos;

- ▶ Eficiência – critério que procura verificar a importância dos resultados /efeitos conseguidos em relação aos recursos mobilizados;
- ▶ Utilidade – critério que julga os efeitos obtidos em relação às necessidades e problemas de partida (como os efeitos alteram a realidade contextual);
- ▶ Sustentabilidade – critério que proporciona uma reflexão sobre a “durabilidade” da utilidade.

As funções de monitorização previstas neste instrumento (Carta Educativa) visam assegurar o seu regular acompanhamento, nomeadamente em cinco dimensões chave:

- ▶ Conhecer o grau de concretização e a pertinência/atualidade das propostas;
- ▶ Apreciar o desempenho da Carta, identificando as dimensões em que este revele um sucesso/insucesso;
- ▶ Avaliar a conformidade entre os objetivos estratégicos da política pública municipal e os resultados/efeitos obtidos com a implementação da Carta;
- ▶ Avaliar a adequação das propostas da Carta face a novas dinâmicas territoriais e orientações setoriais;
- ▶ Garantir, anualmente, um forte alinhamento e adequação da rede à procura existente.

Assim, o processo de Monitorização e Avaliação deverá dispor de um sistema de indicadores que avalia e monitoriza a eficácia da Carta Educativa (Revisão), através da verificação regular das ações planeadas e da apreciação das dinâmicas territoriais e setoriais em curso, que possam suscitar reajustamentos e reorientações.

Os diversos indicadores produzidos/a produzir, sustentados em múltiplas fontes de informação, são vetores fundamentais neste processo e garantem uma abrangência e alcance superior ao próprio instrumento (Carta), contribuindo para informar, com maior rigor e profundidade, o desempenho da política pública no âmbito da Educação e da sua ligação/articulação com outras dimensões centrais da política pública.

7.3. Modelo de Monitorização

A monitorização caracteriza-se por uma observação sistemática da ação, de forma a acompanhar as mudanças verificadas ao longo de um dado período, permitindo oferecer um quadro atualizado sobre o grau de cumprimento dos objetivos que justificam determinada intervenção. A função monitorização assume assim uma importância fundamental para alcançar uma maior eficácia na execução das políticas públicas, ou seja, uma melhor adequação destas à sua finalidade.

O exercício da monitorização pressupõe não apenas a recolha regular de dados, mas também o seu tratamento e análise, com vista à incorporação dessa informação no processo de planeamento e apoiar/informar o decisor. Assim, um programa de monitorização devidamente estruturado providencia um ciclo contínuo de avaliação de resultados.

Os modelos conceituais que suportam os programas de monitorização (a título de exemplo apontem-se os desenvolvidos por Batista e Silva et al, 2009; US Forest Service, 2010) têm por base, fundamentalmente, o

objetivo de acompanhar a implementação dos Instrumentos/Planos/Programas/da política pública e avaliar os efeitos associados à sua concretização recorrendo a duas tipologias de indicadores:

- ▶ Indicadores de resultado/contextualização – cujo objetivo passa por apreciar o grau de concretização dos objetivos definidos e do contributo para as metas. Trata-se de indicadores de contexto que se revelem coerentes com os objetivos da política pública;
- ▶ Indicadores de realização – têm como principal objetivo avaliar o grau de concretização do Instrumento/Plano/Programa. A sua função é de acompanhar a execução ao nível estratégico e operacional (indicadores criados a partir da análise do Instrumento/Plano/Programa estando associados a cada uma das ações previstas). São indicadores particularmente relevantes para a(s) entidade(s) responsável pela implementação, procurando assinalar o grau de concretização das ações plasmadas no Instrumento/Plano/Programa.

Dado que o Programa de Monitorização deve ser um instrumento eficaz de monitorização da Carta Educativa e dos seus efeitos, os indicadores selecionados cumprem três critérios essenciais:

- ▶ Avaliação – permitem efetuar uma apreciação contínua da Carta, do que vai ocorrendo/sendo executado (avaliação sistemática de resultados face aos objetivos) e do grau de concretização das metas preconizadas;
- ▶ Relevância – permitem efetuar uma clara associação com as principais questões estratégicas (objetivos estratégicos da Carta Educativa) e concorrem para uma maior facilidade de comunicação da informação;
- ▶ Exequibilidade – permitem proceder à recolha de informação de forma simplificada, pouco onerosa e facilmente operacionalizável, em termos de obtenção, processamento e análise. A função primordial deverá ser de simplificar, de quantificar e de comunicar.

A coerência e integração do processo de monitorização é fundamental para garantir a sua eficácia. Neste quadro, releva com significado a adoção de uma arquitetura “verticalizada”, que assume como ponto de partida os Eixos estruturantes da Carta Educativa e cujos indicadores de monitorização (de realização), provêm e/ou têm por base de suporte diversas fontes de informação. Por outro lado, é fundamental que este sistema esteja integrado (seja compatível ou aí esteja alojado) numa plataforma municipal mais abrangente, que permita a partilha de informação e o acesso e cruzamento com variáveis-chave para uma melhor compreensão das causas/dinâmicas em curso noutras dimensões de política municipal, impactantes para o desempenho da Carta Educativa.

A gestão da monitorização da Carta Educativa de Benavente deve ser da responsabilidade de uma estrutura organizativa que tenha uma visão simultaneamente global sobre o sistema educativo e todo o território regional e, em particular, tendo em consideração a realidade local específica. A mobilização do Conselho Municipal de Educação será fundamental neste processo.

O Município de Benavente, entidade “líder” no processo de monitorização da Carta Educativa, deverá por um lado, articular todos os seus serviços/departamentos, de modo a “alimentar” de forma regular a plataforma com informação relevante, por outro lado, deverá estabelecer parcerias com outras entidades intervenientes, nomeadamente com os elementos do Conselho Municipal de Educação, com vista a angariar informação necessária à construção dos indicadores, segundo a periodicidade estabelecida.

7.4. Metodologia de recolha, tratamento e disseminação da informação

A implementação da Carta Educativa de Benavente (Revisão) deverá estar suportada num encadeado regular de procedimentos que permitam:

- ▶ Assegurar a recolha da informação de base à construção dos indicadores;
- ▶ Proceder ao tratamento da informação com destaque para a construção de outros indicadores complementares (sobretudo de resultado);
- ▶ Assegurar a produção de *outputs*, ou seja, de produção de conteúdos para formatos de divulgação.

Estes procedimentos, sendo fundamentais para o sucesso do processo de monitorização, deverão envolver diversos intervenientes, sob a coordenação da Divisão Municipal de Educação, Ação Social, Cultura, Turismo, Desporto e Juventude (DMEASCTDJ), enquanto entidade responsável principal pelo acompanhamento e monitorização da Carta Educativa.

Para o sucesso do processo de recolha de informação, afigura-se determinante assinalar responsabilidades, momentos-chave e tarefas a desenvolver.

Relativamente aos indicadores de realização e resultado, a estrutura do sistema monitorização deverá ser definida, por um lado, com base na capacidade de compilação de informação de base que permita, posteriormente, calcular indicadores diretamente associados à execução da Carta Educativa. Por outro lado, em função de outras bases de dados internas do Município é fundamental garantir mecanismos de articulação (construção de indicadores de resultado/contextualização).

No caso dos indicadores de realização, atendendo à informação de base estar maioritariamente ligada à execução da Carta Educativa de Benavente, serão carregados diretamente pela DMEASCTDJ, em articulação com as entidades que integram o Conselho Municipal de Educação (deverá ser criada uma ficha-modelo a disponibilizar pela DMEASCTDJ e a preencher e disponibilizar pelos Diretores de Agrupamento, ...). As fichas-modelo deverão estar dotadas com os conteúdos de informação de base ao Sistema de Monitorização, mas também de informação complementar que permita evidenciar lições de experiência, boas praticas e constrangimentos que possam servir de orientação para futuras intervenções similares, bem como de informação que possa ser vertida facilmente nas diversas ferramentas de comunicação a produzir.

Posteriormente, será criada uma base de dados que apresentará uma leitura de síntese global de todas as realizações (garantido o envio atempado da informação pelas entidades) e resultado (definidos e calculados pela DMEASCTDJ).

Na recolha dos indicadores de realização, importa num primeiro momento que a DMEASCTDJ defina uma ficha-modelo a disponibilizar aos parceiros, apontando orientações metodológicas e uma primeira aproximação aos indicadores de realização a disponibilizar. A informação deverá ser disponibilizada anualmente. No caso das ações a desenvolver pela DMEASCTDJ, deverá criar-se uma bateria alargada de indicadores específicos de projeto, uniforme para intervenções similares, que permita uma rápida e fácil compilação pelos serviços.

A recolha da informação de base aos indicadores de resultado deverá ser feita anualmente. Este processo deverá ser efetuado a partir dos seguintes procedimentos:

- ▶ A recolha a partir de informação própria – alguns dos indicadores estão suportados em informação sistematizada pela DMEASCTDJ e que resulta da execução de intervenções da sua responsabilidade ou de entidades parceiras (Ministério da Educação/Dgest, ...);
- ▶ A recolha a partir de outras fontes de informação, nomeadamente na informação integrada nas bases de dados municipais ou sistematizada em publicações do INE – alguns indicadores estão suportados em informação a compilar e disponibilizar por outros serviços/departamento ou por fontes oficiais que produzem/sistematizam informação relevante.

Assim, o processo compreende três fases essenciais: Recolha/ Tratamento/Organização da Informação, Instrumentos de Ação e Avaliação dos Resultados.

1. Recolha/ Tratamento/Organização da Informação

O conteúdo dos instrumentos de monitorização da Carta Educativa de Benavente deve, naturalmente, estar ajustados à metodologia e conteúdo da Carta Educativa. Por conseguinte devem contemplar os seguintes domínios: i) Envolve Territorial (transformações demográficas e socioeconómicas); ii) Oferta e Procura de Ensino; iii) Propostas de intervenção.

Relativamente aos indicadores de contextualização, apontam-se alguns exemplos como base de partida, para a criação de uma bateria alargada de indicadores:

Quadro 72 – Indicadores de Contexto (Plano de Monitorização)

Indicadores de contexto	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
<ul style="list-style-type: none"> ▶ População residente no Concelho, nas freguesias e à subsecção estatística ▶ Taxa de crescimento natural e da taxa de crescimento efetivo ▶ Taxa bruta de natalidade ▶ Saldo natural e saldo migratório ▶ População imigrante 	Anual	DMEASCTDJ (parceria/protocolo com o INE)
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Número de desempregados inscritos no centro de emprego de Benavente 	Semestral	DMEASCTDJ (parceria/protocolo com o IEFP)
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Alunos matriculados no ensino pré-escolar, por escola e agrupamento ▶ Alunos matriculados no ensino básico (por ciclo), por escola e agrupamento ▶ Alunos matriculados no ensino secundário, por escola e agrupamento ▶ Alunos residentes em Benavente inscritos, por escola e agrupamento ▶ Alunos com necessidades educativas especiais, por escola e agrupamento ▶ Salas de atividade ocupadas (com turma) ▶ Taxa de retenção e desistência, por escola e agrupamento ▶ Recursos humanos, por categoria, escola e agrupamento 	Anual	DMEASCTDJ / Agrupamentos de Escolas

Fonte: Equipa Técnica (2022)

O processo de recolha dos indicadores de realização (propostas de intervenção) encontra-se sistematizado no quadro seguinte (exemplificação).

Quadro 73 – Indicadores de Realização (Plano de Monitorização)

Eixo	Indicador de realização	Meta	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
Eixo I - Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	N.º de novas salas/espacos letivos e de apoio criadas (I)	7	Anual	DMEASCTDJ
	N.º de novas salas/espacos letivos e de apoio criadas (1º ciclo)	17	Anual	DMEASCTDJ
	N.º de escolas alvo de intervenções de modernização e manutenção (1º ciclo)	2	Anual	DMEASCTDJ
	N.º de escolas alvo de intervenções de modernização e manutenção (2º, 3º ciclo e secundário)	3	Anual	DMEASCTDJ
	N.º de equipamentos de apoio desportivo e lúdicos executados (I)	5	Anual	DMEASCTDJ
	N.º de equipamentos de apoio desportivo e lúdicos executados (2º, 3º ciclo e secundário)	5	Anual	DMEASCTDJ
	N.º de escolas alvo de intervenções de melhoria da eficiência energética (2º, 3º ciclo e secundário)	4	Anual	DMEASCTDJ
Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino	N.º de escolas alvo de intervenções de ampliação/qualificação (salas de educação especial)	3	Anual	DMEASCTDJ
Eixo III - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos	N.º de intervenções executadas	2	Anual	DMEASCTDJ
Eixo IV - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	N.º de intervenções executadas (auditórios/salas de alunos)	4	Anual	DMEASCTDJ

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Com base nas parcerias a estabelecer entre o Município/ DMEASCTDJ e as restantes entidades intervenientes, deverá criar-se um mecanismo expedito de envio-receção anual da ficha-síntese de apoio ao cálculo dos indicadores que compõem o Sistema de Monitorização.

O mecanismo a criar/procedimentos a adotar, deverão ter na génese a possibilidade de aceder e depositar informação (ficha), numa base de dados central, simplificada, a criar pela DMEASCTDJ com esse objetivo.

Deverá ainda prever-se que os processos de atualização da base de dados central sejam dinâmicos e automáticos.

Com base na informação constante na ficha, a DMEASCTDJ deverá, num primeiro momento, sistematizar e analisar, de modo agregado, os diversos indicadores de realização produzidos e disponibilizados pelas restantes entidades. Num segundo momento, com base em informação complementar, igualmente disponibilizada nas fichas, deverá definir e calcular uma bateria de indicadores de resultado. Concomitantemente, a DMEASCTDJ deverá compilar e sistematizar a informação associada às intervenções em que se assume como entidade-executora (semestralmente), gerando indicadores coerentes e suscetíveis de integração com os produzidos/disponibilizados pelas restantes entidades.

2. Instrumentos de Ação

Os indicadores de resultado e de realização constantes da base de dado deverão ser assim utilizados sob diversas formas para produzir informação analítica acessível a todos.

Anualmente, a DMEASCTDJ, dispondo de toda a informação em causa, procederá ao seu tratamento e análise, produzindo conteúdos específicos. Com base na informação recolhida e organizada procede-se à elaboração de pequenos planos de ação (anuais) que permitam definir objetivos e recursos a utilizar anualmente, que vão de encontro às linhas de orientação da Carta Educativa ou que, em alguns casos, impliquem a sua reformulação. Este documento de base, será o suporte principal para a disponibilização de informação através de outras ferramentas (website, ...).

3. Avaliação dos Resultados e disseminação da informação

No final de cada ano letivo (ou, eventualmente, de dois em dois anos letivos) deverão ser produzidos pequenos relatórios de avaliação da própria Carta Educativa (Revisão) e dos Instrumentos de ação, que poderão levar à mobilização de novos recursos (físicos, humanos ou institucionais) e a ajustamentos estratégicos considerados pertinentes.

A divulgação da informação sistematizada assume grande importância, com vista a criar uma cultura de avaliação, relativamente à Educação no Concelho. Esta informação deverá ser disponibilizada periodicamente a todas as entidades e atores responsáveis pela concretização da política pública nesta dimensão.

Os relatórios de monitorização e avaliação, irão informar a produção de Boletins de Monitorização Anual, que serão o instrumento principal de suporte aos conteúdos a disponibilizar nas diversas ferramentas de disseminação. Em termos de outros outputs, deverão ser equacionadas diversas formas de partilha da informação (ferramentas de comunicação): boletins, flyers, website, newsletters online.

Quadro 74 – Ferramentas de Comunicação: formas e regularidade de apresentação da informação-chave

Ferramenta de Comunicação	Tipo de Informação	Forma de Apresentação	Regularidade
Boletim de Monitorização	<ul style="list-style-type: none">▶ Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na execução da Carta Educativa e na política pública;▶ Documento essencialmente gráfico e sustentado nos indicadores de realização, que	Em papel. A disponibilizar nas instalações do Município/ DMEASCTDJ e em eventos/iniciativas específicas	Anual

Ferramenta de Comunicação	Tipo de Informação	Forma de Apresentação	Regularidade
	<p>permita oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa.</p>	<p>associadas à Educação</p>	
<p>Brochuras e Flyers</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Apresentação das principais conclusões, com especial relevo para os indicadores de resultado, com recurso a infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa; ▶ Disponibilização de indicadores, que estarão suportados no tratamento da informação e em conteúdos dinâmicos. 		<p>Anual</p>
<p>Website CMB</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Síntese analítica da evolução das principais realizações e resultados, verificadas na Carta Educativa e na política pública; ▶ Disponibilização de infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa. 	<p>Online. A disponibilizar nas ferramentas online existentes/a criar (separador a alojar no website/conteúdos específicos da newsletter)</p>	<p>Semestral</p>
<p>Newsletters online</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na Carta Educativa e na política pública; ▶ Conteúdos essencialmente gráficos, que permitam oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa. 		<p>Semestral</p>

Fonte: Equipa Técnica (2022)



CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.

Rua Fernando Namora, 46 A

1600-454 Lisboa - Portugal

Telefone: + 351 21 712 12 40

Email: geral@cedru.com

URL: www.cedru.com | www.facebook.com/cedru.pt

Documento:

Revisão da Carta Educativa de Benavente – Fase 3

Data:

Dezembro de 2022